

A HISTÓRIA DOS METALÚRGICOS De SÃO PAULO





UM SINDICATO EM SINTONIA COM A HISTÓRIA DO TRABALHADOR

Em dezembro de 1932, quando o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo foi fundado, a escravidão havia acabado havia apenas 42 anos. A existência de uma organização oficial de trabalhadores representou, dessa forma, uma mudança radical em relação ao triste e, até então, recente passado escravista.

O Sindicato começou de forma modesta, em uma sala alugada na Praça João Mendes, no centro de São Paulo. Funcionava apenas à noite, pois os diretores não podiam se dedicar exclusivamente à atividade sindical.

Em 1934, passou a dividir uma sala com os sindicatos dos chapeleiros, dos tecelões e dos trabalhadores em moinhos e similares, no Palacete Santa Helena, na Praça da Sé. Naquela época, a Catedral e o metrô ainda não existiam, e o Palacete era um símbolo de modernidade. O Sindicato, portanto, acompanhou o crescimento e as transformações da cidade em vários aspectos.

O jornal **O Metalúrgico** foi criado em 1941 e, em 1954, foi adquirida a sede própria na Rua do Carmo.

Nas décadas de 1950 e 1960, sob influência dos comunistas, o Sindicato teve papel central nos grandes movimentos que redefiniram os rumos das negociações trabalhistas e da organização sindical.

Antes do golpe militar de 1964, a entidade sofreu ao menos três intervenções: em 1936, em 1939 e em 1946. Já era uma prática dos metalúrgicos driblar essas intervenções por meio das chamadas “comissões de fábrica”.

Com o golpe, o Sindicato sofreu outra intervenção, e novas eleições só ocorreram em janeiro de 1965, quando o metalúrgico Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, foi eleito.

Após a ditadura, o Sindicato se viu no centro de uma disputa entre a oposição radical, o grupo que queria se manter no poder e um novo grupo, com propostas para um novo tempo. Em 1985, durante a campanha salarial, conquistou a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, um direito que foi incorporado à Constituição Cidadã de 1988.

A partir da década de 1990, especialmente após a criação da Força Sindical, além das tradicionais campanhas salariais e da luta pelos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, o Sindicato envolveu-se em movimentos nacionais, como as Marchas da Classe Trabalhadora.

Entretanto, do ponto de vista econômico, o país sofria um processo de desindustrialização progressiva, aliado a uma intensa terceirização e aumento do desemprego, o que levou a uma relativa desorganização da classe trabalhadora. Esse período representou mais um grande desafio para a entidade.

Em 1998, o Sindicato unificou sua base com a base de Mogi das Cruzes, passando a chamar-se Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes.

Em 2001, mudou-se para o Palácio do Trabalhador, na Rua Galvão Bueno, no bairro da Liberdade, região central de São Paulo. Além de abrigar a sede, o Palácio tornou-se um espaço para assembleias, eventos, exposições e uma referência para todo o movimento sindical paulista.

Sob a presidência de Miguel Eduardo Torres, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes chega ao ano de 2025 mantendo sua unidade, com força social e política. Uma entidade que ainda é objeto de uma história disputada ideológica e simbolicamente e que, principalmente, continua sendo um contrapeso na contradição entre capital e trabalho.



A HISTÓRIA DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO

Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes

Presidente: Miguel Eduardo Torres

Secretário-Geral: Jorge Carlos de Moraes (Arakém)

Tesoureiro-Geral: José Luiz de Oliveira

1º Vice-Presidente: Tadeu Moraes de Sousa

2º Vice-Presidente: João Carlos Gonçalves (Juruna)

3º Vice-Presidente: David Martins de Carvalho

4º Vice-Presidente: Ednilson Rossato (Alemão)

5º Vice-Presidente: Valdir Pereira da Silva

1º Secretário: Carlos Augusto dos Santos (Carlão)

2º Secretário: Ricardo Rodrigues (Teco)

3ª Secretária: Alsira Maria da Silva Lima

4º Secretário: Sales José da Silva

5º Secretário: Jefferson Coriteac

1º Tesoureiro: José Maurício da Silva (Ceará)

2º Tesoureiro: Érlon Souza Lorentz

3º Tesoureiro: Paulo Pereira da Silva (Paulinho)

4ª Tesoureira: Maria Euzilene Nogueira (Leninha)

1º suplente: José Silva dos Santos

2º suplente: Adriano de Assis Lateri

3º suplente: Rodrigo Carlos de Moraes

4º suplente: Geraldino dos Santos Silva

5º suplente: José Maurício Mesquita Forte

6º suplente: Roberto Soares Dias (Ninja)

7º suplente: Ester Regina Borges

8º suplente: Admilton Mariano da Silva (Curió)

9º suplente: Cláudio do Prado Nogueira

10º suplente: Josias Alves da Silva

11º suplente: Pedro Nepomuceno de Sousa Filho (Pedrinho)

12º suplente: Jesus Isabel dos Santos Filho

13º suplente: Donizeti Aparecido de Jesus

14º suplente: Luiz Antonio de Medeiros Neto

15º suplente: Paulo Fernandes de Souza (Paulão)

16º suplente: Rubens Pereira

17º suplente: Yara Pereira da Silva

18º suplente: Lourival Aparecido da Silva

Conselho Fiscal

1º efetivo: Carlos Andreu Ortiz

2º efetivo: Nivaldo Crispim Patrício

3º efetivo: Euvaldo Alves Lima (Biro)

1º suplente: Eufrázio Pereira da Silva

2ª suplente: Sonete Rodrigues dos Santos Silva

3ª suplente: Cristina Maria dos Santos Silva

Conselho da Federação e Confederação

1º efetivo: Ricardo Rodrigues (Teco)

2º efetivo: Eufrázio Pereira da Silva

1º suplente: Luís Carlos de Oliveira (Luisinho)





SINDICATO DOS METALÚRGICOS

DE SÃO PAULO E MOGI DAS CRUZES

A HISTÓRIA DOS metalúrgicos de São Paulo

Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e
Mogi das Cruzes, 90 anos

São Paulo
2025

REALIZAÇÃO:
SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO E MOGI DAS CRUZES

PROJETO

A história dos metalúrgicos de São Paulo

Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo 90 anos

Centro de Memória Sindical

Presidente: Milton Cavallo

Coordenação geral e redação: Carolina Maria Ruy

Revisão: Josias A. de Andrade

Capa e diagramação: Cláudio Gonzalez

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A História dos metalúrgicos de São Paulo :
Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo
90 anos / organização Carolina Maria Ruy. --
São Paulo : Centro de Memória Sindical, 2025.

Bibliografia.
ISBN 978-85-66157-14-7

1. Industrialização - Brasil - História
2. Metalurgia - História 3. Metalúrgicos -
Atividades políticas 4. Sindicato dos Metalúrgicos
de São Paulo - História
I. Ruy, Carolina Maria.

24-243523

CDD-669.09

índices para catálogo sistemático:

1. Metalurgia : História 669.09

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO E MOGI DAS CRUZES

Rua Galvão Bueno, 782, Liberdade | CEP 01506-000 | São Paulo – SP

Fone (11) 3388-1066 | <https://metalurgicos.org.br/>

CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL

Rua do Carmo, 171 – Sé | CEP 01019-020 | São Paulo – SP

Tel.: (11) 3531-4623 | www.memoriasindical.org.br

SUMÁRIO

PREFÁCIOS

9 Um prefácio deve ser curto e rascante como um aperitivo

João Guilherme Vargas Netto

11 Um documento histórico

Miguel Eduardo Torres

13 INTRODUÇÃO

Um sindicato em sintonia com a história do trabalhador

23 Capítulo 1

1930: um marco de grandes mudanças

Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: primeiros anos

Principais reivindicações nos primeiros anos do sindicato

O intenso ano de 1935

Período de repressão

Mudanças na estrutura sindical

O jornal

Expansão industrial

Comunistas

Repressão no governo Dutra

Anos 50, novo governo de Vargas

No sindicato, militantes de esquerda derrubam ministerialistas

Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (CISCAI)

Eleições sindicais de 1953

Greve dos 300 mil

Aumento do salário mínimo

Anulação das eleições no sindicato

Fundação do Dieese

Anos JK

Mulheres metalúrgicas

Greve dos 400 mil

50 anos em 5

Custo de vida no governo JK

Crescimento e inflação no fim do governo JK

61 Capítulo 2

- Eleições sindicais – 1961
- O abono de Natal
- Guarulhos e Osasco
- O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)
- Presidencialismo e a vitória do “não”
- Progressistas e conservadores
- Greve dos 700 mil
- Rebelião dos Sargentos
- O golpe militar

77 Capítulo 3

- Um interventor no sindicato
- Joaquim dos Santos Andrade, o Joquinzão
- Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA)
- As greves de 1968
- O Ato Institucional no 5 (AI-5)
- Milagre econômico: crescimento desigual no centro da ditadura

89 Capítulo 4

- Tortura e mortes: a parte mais cruel da ditadura
- Olavo Hanssen
- Luiz Hirata
- Manoel Fiel Filho
- Nelson Pereira de Jesus
- Santo Dias
- O enterro de Santo tornou-se um ato político
- Distensão relativa no governo

101 Capítulo 5

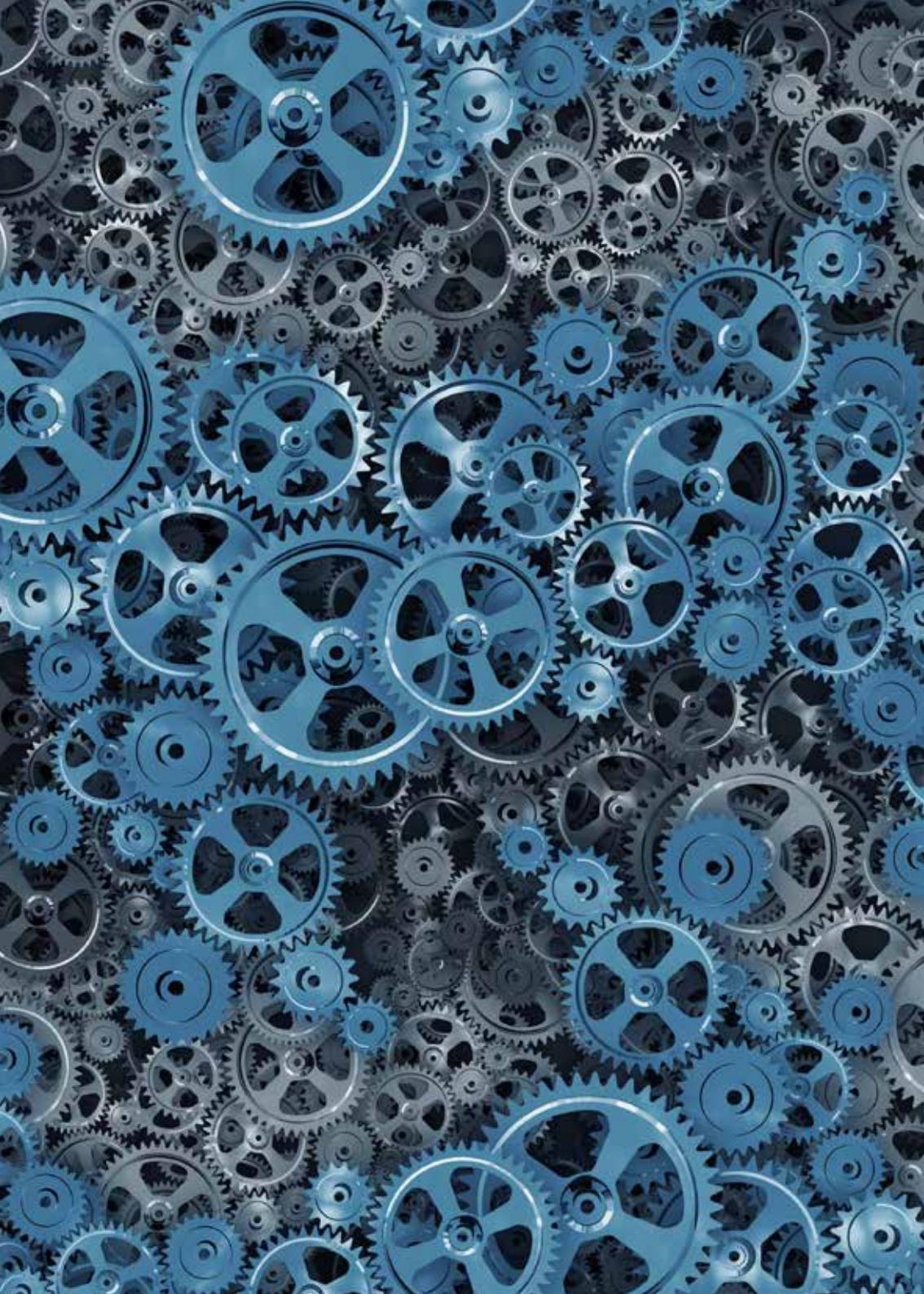
- Crise do Petróleo e o fim do “milagre”
- 1977: Manipulação do índice da inflação
- Greves do fim dos anos 1970
- 1979: novas reivindicações
- Assembleia da Vila Euclides
- Campanha salarial de 1979
- Sindicato consegue melhores acordos e mais conquistas

Saúde e segurança do trabalhador
Anistia marca começo do fim da ditadura
Congresso da Mulher Metalúrgica
A oposição compõe com o sindicato
Miguel Eduardo Torres
Uma mulher de muitas lutas
Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat)
Reorganização interna
Greve geral
Desdobramentos da Conclat
Diretas Já!
Eleições sindicais de 1984
1985: Os trabalhadores da Rheem
“Fábrica de moer carne”
Redução da jornada de trabalho
Eleições presidenciais de 1985

143 Capítulo 6

Brasil pós-ditadura
8º Congresso
O racha na diretoria
Constituinte
O impeachment de Collor
Força Sindical
Sindicato cresce
Greves e negociações
Sindicalismo cidadão
O fim de uma era
Atuação nacional e política
Participação nos Lucros e Resultados
Marchas das centrais sindicais
Eleno Bezerra
A crise de 2008

177 Bibliografia



Um PREFÁCIO Deve ser CURTO e RASCANTE como um aPERITIVO

*João Guilherme Vargas Netto**

O livro que vai ser lido, escrito por autora qualificada, conta uma história relevante para os trabalhadores e para a sociedade.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (agora também de Mogi das Cruzes) foi disputado, reprimido, silenciado e injustiçado, mas teve sempre uma inegável influência na trajetória das lutas do mundo sindical.

Sua criação e seu desenvolvimento são o retrato do avanço da industrialização no Brasil, principalmente em São Paulo, tornando-se ao longo do tempo o mais importante sindicato dos trabalhadores na história do nosso país.

Teve influência marcante na criação do Dieese e na construção das colônias de férias da Praia Grande e sofreu, com o golpe militar, uma repressão severa cujos efeitos se fizeram sentir durante vários anos, enlutando famílias metalúrgicas com assassinatos cometidos pelas forças repressivas.

Recuperou sua capacidade de atuação nas lutas pela redemocratização e pela renovação sindical, com eleições periódicas, muito disputadas e na campanha pelas diretas. Sob a presidência de Joaquim dos Santos Andrade seus diretores, assessores e ativistas protagonizaram a greve geral de 1983 contra o arrocho salarial e, desde então, seus sucessores têm lugar privilegiado na elite das direções sindicais,

confirmado na condução de greves, na vitória na Constituinte (redução da jornada de trabalho), na criação da Força Sindical e em acordos e convenções salariais vantajosos.

Em seus 90 anos de história contados pela autora o sindicato demonstra as vicissitudes da ação sindical e o esforço permanente dos metalúrgicos em defesa de seus direitos, da democracia, do desenvolvimento nacional, tornando vivo hoje em dia o lema de que “a luta faz a lei”.

** João Guilherme Vargas Netto é jornalista e consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo.*

Um DOCUMENTO HISTÓRICO

*Miguel Eduardo Torres**

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes lança um livro sobre os 90 anos de sua existência. A partir de uma extensa pesquisa histórica, o documento relata, contextualiza e esclarece com lucidez sobre a importância e o protagonismo dessa entidade.

A trajetória do sindicalismo, com esse viés metalúrgico, é documentada como uma sociedade escrevendo a sua saga em cada momento histórico e que pôde atravessar esses períodos conturbados com lutas, vitórias, negociações, conquistas e enfrentamentos.

O Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo foi fundado em 28 de dezembro de 1932, no início do processo de industrialização e urbanização do Brasil. No livro, deparamo-nos com a história do Brasil desde os anos 20 do século passado. Após a crise do café nos anos 20 e 30, por exemplo, os investimentos na cidade de São Paulo correm para o setor industrial, nos ramos têxteis e de alimentação, já iniciando e demonstrando o crescimento do setor metalúrgico.

Essas mudanças fortalecem o conglomerado de operários e migrantes existentes na cidade de São Paulo. Com isso, os trabalhadores de diversos setores se organizam e constituem o sindicato do setor metalúrgico, fruto de associações anteriores.

As transformações pelas quais a cidade passa, do ponto de vista econômico e social refletem, também, na vida dos trabalhadores metalúrgicos, pois, à medida em que aumenta o seu quadro trabalhista, também aumenta seu potencial de organização. Esse movimento fortalece o Sindicato, que já nos anos de 1940 e 1950 tem seu

protagonismo nas greves operárias por reajuste do salário mínimo, nas leis sociais e nas melhorias das condições de trabalho.

As mudanças na legislação, sem dúvida, já estavam inseridas nos acordos e convenções coletivas dos metalúrgicos à época, resultando no exemplo a ser seguido pelas demais categorias e na legislação trabalhista vigente. Vale lembrar a instituição do salário mínimo, do 13º salário, do direito de férias entre outras conquistas.

A obra narra em detalhes a fundação do Sindicato em 1932, que de início reuniu trabalhadores do setor e acreditaram na ambiciosa proposta de ajudar a transformar o País em uma nação moderna, capaz de competir com o mundo desenvolvido. As páginas contam com várias imagens que exibem a trajetória de crescimento e a importância da categoria.

Este livro tem tudo para ser uma referência na área sindical e trabalhista. A obra faz um balanço histórico dos 90 anos desta rica história. Esperamos que você, prezado leitor, possa compartilhar da mesma opinião.

O livro representa mais um pedaço importante da história do sindicalismo brasileiro.

Boa leitura!

*Miguel Eduardo Torres é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos e da Força Sindical.

Introdução

O Sindicato dos Operários Metalúrgicos de São Paulo foi fundado no início do processo de industrialização e urbanização do Brasil, quando o país começava a deixar sua situação predominantemente agrária e ainda colonial. A fundação ocorreu no dia 27 de dezembro de 1932, na Rua Venâncio Aires, nº 10, com a presença de cerca de cem metalúrgicos. O reconhecimento oficial pelo Ministério do Trabalho viria poucos meses depois, em 2 de maio de 1933.

No mesmo ano ocorreria, também em São Paulo, a chamada Revolução Constitucionalista, iniciada por fazendeiros, com grande participação de estudantes universitários, comerciantes e profissionais liberais. Se, por um lado, aquele movimento de elite reivindicava o retorno da velha Constituição de 1891, por outro, a formalização do sindicato de trabalhadores de um ramo no qual o governo de Getúlio Vargas apostava alto, mostrava que um novo tempo havia chegado para ficar. Esse era o tom da efervescência e da disputa entre projetos de poder que marcou a década de 1930.

Impulsionado pela necessidade de produção e diversificação de bens de consumo em território nacional em virtude da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o novo tempo foi marcado pela implementação de um projeto de industrialização brasileira.

A Guerra pressionou a economia do país e provocou uma onda migratória que mudou o perfil da classe trabalhadora. Tanto que datam daquele período as primeiras greves operárias e a formação da Confederação Operária Brasileira (COB), que existiu entre 1906 e 1920.

Na década de 1920, São Paulo, que já contava com alguma estrutura comercial e com aumento da população urbana gerado pela crise do café e pelo fluxo de imigrantes europeus, projetou-se como a maior concentração industrial do país.

Mas, embora existissem indústrias no Brasil antes de 1930, sobretudo em torno da economia cafeeira, os latifúndios e as oligarquias rurais predominavam.

Entre 1919 e 1939, praticamente dobrou a produção das indústrias dinâmicas (metalúrgica, mecânica, material elétrico e material de transporte e química), ao passo que a produção das indústrias tradicionais (vestuário, alimentos e mobiliário) caiu de 70% da produção total em 1919 para 56,7% em 1939.

Ainda que a indústria de São Paulo tenha perdido fábricas e operários após a depressão mundial de 1929, depois de 1933 a industrialização, para além do setor de vestuário e alimentação, avançou na produção de matérias-primas básicas (cimento e aço, principalmente)¹ e indústria de máquinas e equipamentos, corroborando o projeto desenvolvimentista da Revolução de 1930.

Não só o tipo de produção na indústria avançava, mas também as condições de trabalho.

Segundo o jornalista José Luiz Del Roio², na época da Greve Geral de 1917, “a dominação oligárquica foi praticamente total”, e a maioria da população brasileira era camponesa e estava “mergulhada na miséria e ignorância”.

Ligada ao que Del Roio chamou de “feudalismo do campo”, a burguesia industrial mantinha uma concepção escravocrata em relação aos operários. “Tanto é”, diz o jornalista, “que os primeiros italianos que vieram para cá chamavam esses trabalhadores [os novos imigrantes] de *schiavi bianchi*, os escravos brancos”. Del

¹ SUZIGAN, Wilson. “A Industrialização de São Paulo: 1930-1945”.

² CINTRA, André. Entrevista José Luiz Del Roio: “Por uma jornada que dê para viver e um salário que dê para não morrer de fome”, 2017. Revista Memória Sindical. 100 anos da greve de 1917, CMS.

Rio explica que se tratava de uma classe feroz, que não tinha um projeto de nação e não concedia nada.

A hostilidade com que o Estado e o patronato tratavam os trabalhadores é aquela descrita pelo filósofo Friedrich Engels sobre a situação da classe operária na Inglaterra no século 18. Em *Como mudar o mundo*³, Eric Hobsbawm afirma que o jovem Engels, no fim da década de 1830, ficou chocado com os “horrores dos primórdios do capitalismo industrial”. O historiador mostra que já naquela época estava claro que nas áreas economicamente adiantadas da Europa a pobreza não era mais problema só dos pobres “e sim de uma classe que não tinha precedentes históricos: o proletariado”. “Estava claro também”, diz o historiador, “que o problema do proletariado não era só regional ou nacional, mas internacional.”

O capitalismo industrial se expandia, definindo um padrão na relação capital-trabalho. No Brasil, as relações de trabalho no início do século 20 confirmavam a abordagem de Engels. O historiador Felipe Pereira Loureiro, em sua tese de mestrado⁴, mostra que três elementos caracterizavam essas relações: o emprego de mulheres e menores em grande escala (como mão de obra mais barata e menos qualificada), as precárias condições de trabalho nas fábricas e a resistência da burguesia na concessão de benefícios mínimos para o proletariado.

Nas fábricas, não havia ventilação, e a iluminação era irregular. As instalações sanitárias eram, em sua maioria, sujas e fétidas, e a ocorrência de mutilações era frequente.

Este foi o padrão dos primórdios da indústria entre o fim do século 19 e o início do século 20, situação que manteve sua essência

³ HOBSBAWM, Eric. *“Como mudar o mundo”*, 2011, Companhia das Letras, capítulo “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”.

⁴ LOUREIRO, Felipe. *“Nos fios de uma trama esquecida: a indústria têxtil paulista nas décadas pós-depressão, 1929-1950”*, FFLCH/USP, 2006.

da relação capital *versus* trabalho, mas que, na esteira das contradições do sistema econômico, evoluiu por meio de embates e demandas sociais, principalmente do sindicalismo. As organizações dos trabalhadores tiveram, desta forma, um papel civilizador, que amenizou a barbárie dos primórdios da industrialização.

Os metalúrgicos de São Paulo, diante das dificuldades que enfrentavam no mundo do trabalho, criaram diversas entidades representativas e conduziram movimentos reivindicatórios da categoria. Entre 1895 e 1932, ano da fundação do sindicato, a maioria das greves ocorria pela redução da jornada de trabalho, que era exaustiva e desumana.

Del Roio explica que, durante a República Velha, a redução da jornada era a principal reivindicação dos trabalhadores “porque, se deixasse, aqueles homens matavam o pessoal de tanto trabalhar na fábrica. Trabalhava-se 14 horas, inclusive aos sábados, e, às vezes, também no domingo de manhã”. A segunda principal reivindicação era: “salário que desse para não morrer de fome”. Era o básico: “As reivindicações não eram políticas, eram estritamente econômicas. Mais do que isso, eram de sobrevivência”.

Embora a contradição entre capital e trabalho tenha permanecido na base das relações de produção, após 1930 o nível das reivindicações começou a mudar.

O sociólogo Leônicio Rodrigues fala sobre uma crescente institucionalização do movimento operário em um estado de bem-estar social. Em *Capitalismo industrial e sindicalismo no Brasil*⁵, ele diz que uma “série distinta de interferências” suavizou o conflito de classes nas sociedades industriais. Escrito na década de 1960, o livro pode até apontar de maneira crítica o que ele chama de institucionalização e suavização, mas reconhece que se trata de um processo de inserção do operariado na sociedade urbana. Mesmo

⁵ RODRIGUES, Leônicio. “*Capitalismo industrial e sindicalismo no Brasil*”, 1966, Editora Difusão Europeia do Livro.

que ele se ressinta do enfraquecimento de uma postura revolucionária, a história mostra que esse foi um processo que construiu uma classe média em um ambiente de cidadania. O país estava mudando.

Destaca-se, entre as interferências às quais Rodrigues se refere, o conjunto de medidas tomadas a partir de 1930 no governo de Getúlio Vargas para regulamentar e valorizar o mundo do trabalho. A criação do Ministério do Trabalho e Emprego, em 1930; a regulamentação da sindicalização das classes patronais e operárias, em 1931; a criação da carteira profissional, em 1932; a criação do imposto sindical, em 1940; e, sobretudo, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943.

Getúlio Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório em 3 de novembro de 1930, rompendo com as oligarquias de mentalidade escravista que comandavam o país e investiu em um projeto de industrialização que também fincou raízes, passando a compor as bases estruturais do país.

Demandas históricas da classe trabalhadora encontraram lugar nos planos de Vargas porque iam ao encontro das necessidades dos novos tempos, como a formação de cidadãos, de um mercado consumidor e de trabalhadores preparados para a vida urbana.

Leônicio Rodrigues afirma que, naquela época, o que marcava a evolução do sindicalismo brasileiro era sua preocupação crescente em tornar o operário cidadão, membro de uma sociedade urbana, ante a sociedade agrária.

E, diferente do que ele sugere, o esfriamento de algum ímpeto revolucionário não é uma peculiaridade brasileira.

Segundo Hobsbawm, a previsão de Karl Marx de que o colapso do capitalismo ocorreria mediante a “expropriação dos expropriadores”, por meio de um crescente contingente de proletários gerado pela indústria, não se confirmou no longo prazo. Para ele: “Depois da década de 1840, Marx e Engels tampouco esperavam

que o fenômeno [da industrialização] gerasse a pauperização politicamente radicalizadora em que depositavam suas esperanças. Como era óbvio para ambos, não havia, de modo algum, amplos segmentos do proletariado que estivessem se tornando mais pobres. Com efeito, um observador americano dos congressos operários do Partido Social-Democrata alemão na década de 1900 viu que os camaradas que deles participavam pareciam um ou dois pães acima da pobreza".

Na dinâmica contraditória que move a sociedade, a própria natureza do sistema exigia um espaço de conquistas para os operários, mesmo a contragosto de patrões, que ainda queriam ser es-cravistas.

A fundação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo se insere nesta parte da história. Na parte em que a Era Vargas põe em prática um projeto de industrialização e desenvolvimento e estabelece um conjunto de leis que regulamentam o trabalho. Se insere como a entidade que organiza os trabalhadores de um ramo em ascensão, pleiteando um conjunto de direitos e conquistas que cada vez mais afastaram o trabalhador metalúrgico da situação da classe operária na Inglaterra no século 18. Que o insere como cidadão com poder econômico e, mais para frente, político.

Um sindicato em sintonia com a história do trabalhador

A base dos metalúrgicos da capital paulista era disputada por um resquício do movimento anarquista no Brasil e por aqueles que viriam a fundar o sindicato em 27 de dezembro de 1932.

O sindicato começou modesto, em uma pequena sala alugada na Praça João Mendes, funcionando à noite, pois os diretores, que recebiam pessoalmente os associados, trabalhavam nas fábricas durante o dia. Passou pelo Palacete Santa Helena, na Praça da Sé, em uma época em que a catedral e o metrô ainda não existiam. É simbó-

lico, portanto, que o sindicato tenha acompanhado o crescimento da cidade. Somente em 1941 foi criado o jornal *O Metalúrgico*, e em 1954 foi adquirida a sede própria na Rua do Carmo.

Esta parte, os primeiros 20 anos, mostrou-se a mais interessante na hora de sistematizar a trajetória do sindicato. Em 1932, quando o sindicato foi fundado, a Lei Áurea, que pôs fim à escravidão, tinha apenas 42 anos. É quase o tempo que temos entre a atualidade e o fim da ditadura militar, em 1985, portanto, 38 anos. Desta forma, em 1932, existir uma organização oficial de trabalhadores, o sindicato, representava um avanço radical com relação ao triste, e até então recente, passado escravista.

Os anos 1930 e 1940 foram de grandes ebullições para o movimento sindical, e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo viveu todas elas, sendo alvo de uma intensa disputa política entre ministerialistas, anarquistas, integralistas e comunistas.

Antes de 1964, o sindicato sofreu ao menos três intervenções: em 1936, em 1939 e em 1946. E já era uma prática dos metalúrgicos driblar as intervenções por meio das chamadas “comissões de fábrica”.

Nas décadas de 1950 e 1960, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, sob influência do Partido Comunista, foi central nos grandes movimentos que redefiniram os rumos das negociações trabalhistas e da organização sindical. Junto com os têxteis, gráficos e outras categorias, protagonizou a Greve dos 300 mil, em 1953; a fundação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 1955; a luta pelo abono salarial, em 1962; a Greve dos 700 mil, em 1963; toda a pressão à resistência política vivida no governo de João Goulart, e, finalmente, foi vítima do Golpe de 1964, tendo a sede cercada na manhã do dia 31 de março.

A história do sindicato nos anos de ditadura também precisa ser mais bem elucidada. Em abril de 1964, o sindicato sofreu nova intervenção, ficando sob o comando de Carlos Ferreira dos Santos

por três meses e, depois, de uma junta interventora. Novas eleições ocorreram em janeiro de 1965 e, para afastar a possibilidade de o governo indicar um militar para assumir a direção, remanescentes da antiga diretoria optaram por compor com o “grupo do Joaquim”.

O metalúrgico Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, foi eleito e assumiu em 1965 permanecendo até 1987. Nesse período surgiram grupos de oposição, que preferiam partir para o enfrentamento com a ditadura em vez de compor com um sindicalista da confiança da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, entidade de que, naquela época, apoiava a ditadura militar. A parcela mais radicalizada da oposição nunca aceitou o comando de Joaquim. Outros militantes, egressos daquele grupo, por outro lado, entenderam, com o tempo, que era melhor agir politicamente por dentro da estrutura. Mais do que isso, reconheceram que o presidente lhes dava o espaço e o apoio necessários para a ação política.

O próprio Joaquim se engajou em ações, como o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), de 1967; as grandes greves de 1978 a 1980; e a construção da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) de 1981, quando o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, apesar de ter sido a maior base de sustentação do evento, foi escanteado pela Comissão Pró-CUT. Ele também foi protagonista da greve geral de 1983; participou da campanha pelas Diretas e reivindicou respostas pelos assassinatos dos metalúrgicos da base paulistana no contexto da repressão.

É também papel deste livro retomar e rever essa história, sob um viés mais justo e mais realista.

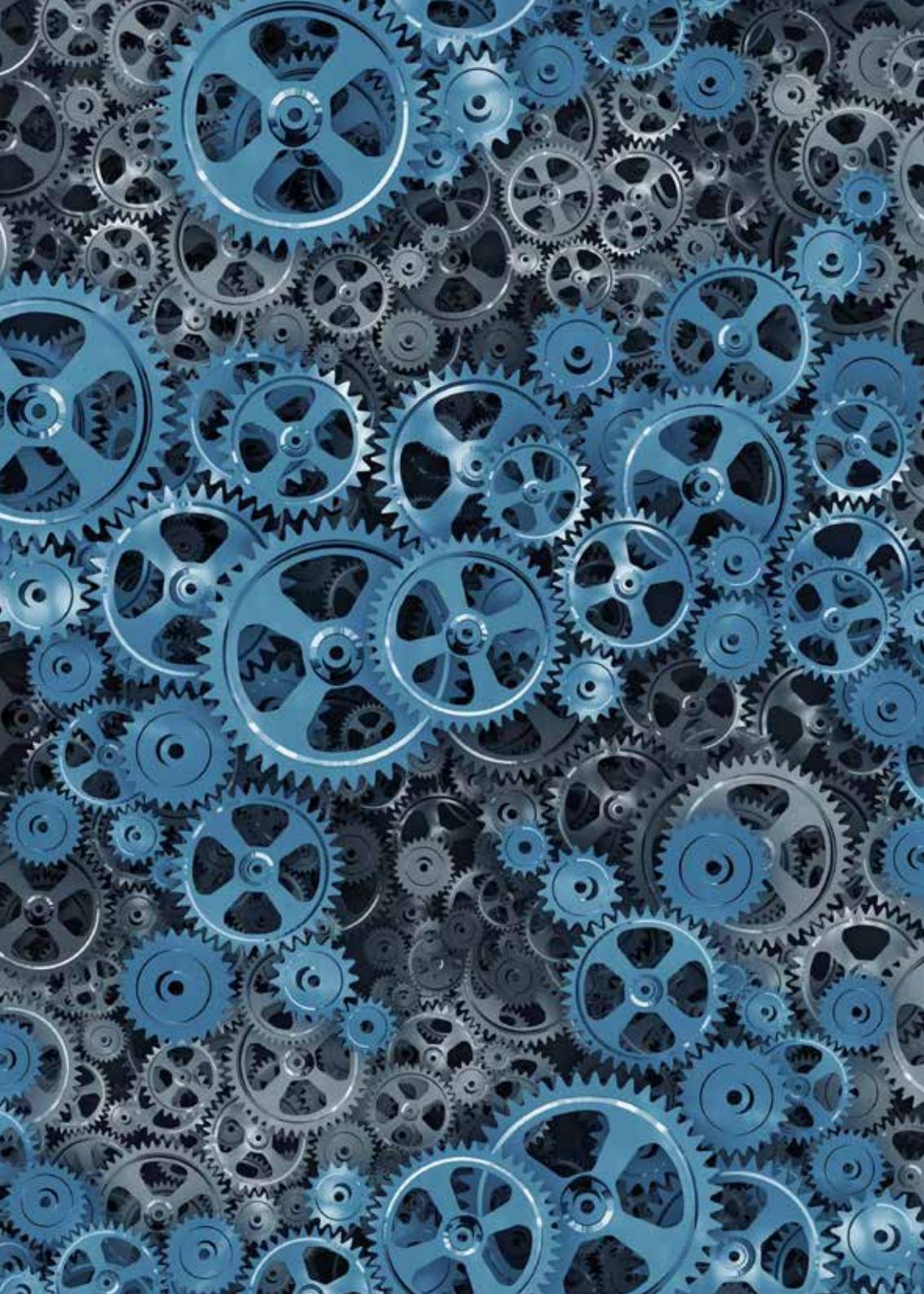
Passada a ditadura, o sindicato se viu novamente no centro de uma disputa. Além da oposição radical e do grupo que visava à permanência, um novo grupo se formou, com novas propostas para um novo tempo. Embora eles não tenham vencido as eleições — uma vez que, com apoio indireto da oposição, a situação se manteve no poder — aqueles sindicalistas fomentaram um pro-

cesso de debates e de reorganização que, poucos anos depois, foi incorporado à estrutura da entidade.

Da década de 1990 em diante, especialmente após a criação da Força Sindical em 1991, além das tradicionais campanhas salariais e da luta cotidiana pelos metalúrgicos de São Paulo, o sindicato envolveu-se em causas nacionais, como a que levou os sindicalistas a realizarem as Marchas da Classe Trabalhadora. O país entrou no período democrático mais longo de sua história. As diretorias estavam livres da ameaça de cassação.

Entretanto, do ponto de vista econômico, ao contrário do crescimento industrial verificado entre 1930 e 1980 — cujo centro nervoso estava em São Paulo — de meados da década de 1980 em diante, o país sofreu uma progressiva desindustrialização, um intenso processo de terceirização e desemprego, e uma consequente desorganização da classe trabalhadora. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, como todo movimento sindical, teve perdas nesse processo e viu aumentarem as lutas de resistência e de contenção. O ápice do desmonte industrial e sindical ocorreu em 2017, quando a Reforma Trabalhista golpeou o movimento sindical de forma nunca antes vista.

Foi mais um período de enfrentamento que, apesar do ambiente de liberdade política, se colocou como um desafio poderoso. O sindicato se manteve e chega em 2024 como uma das únicas entidades com peso e força que mantiveram a unidade por mais de 90 anos. Uma entidade que ainda é objeto de uma história disputada ideológica e simbolicamente. E que, principalmente, é um contrapeso na contradição entre o capital e o trabalho.



Capítulo 1

Beneficiada pela economia cafeeira, a industrialização de São Paulo até o início do século 20 se baseava predominantemente na produção de bens de consumo de primeira necessidade, como alimentos, vestuário, calçados, chapéus, tecidos e alguns produtos farmacêuticos.

A produção começou a se diversificar com as necessidades impostas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A guerra também intensificou a onda migratória iniciada no fim do século 19 e que mudou o perfil da classe trabalhadora. Datam daquele período as primeiras greves operárias e a Confederação Operária Brasileira (COB), que existiu entre 1906 e 1920.

Mas até 1930, os latifúndios e as oligarquias rurais dominavam a economia brasileira. Os trabalhadores da incipiente indústria metalúrgica da época enfrentavam, como os outros trabalhadores do campo e da cidade, imensas dificuldades devido à mentalidade escravista que, mesmo após a abolição de 13 de maio 1888, era muito forte. Para lidar com isso, eles criaram entidades representativas e conduziram movimentos reivindicatórios da categoria para lutar por direitos essenciais, como a redução da jornada de trabalho.

Segundo a historiadora Maria Helena Simões Paes⁶, até a década de 1940 a categoria metalúrgica era pouco expressiva no Brasil, sendo superada pelos têxteis e pela produção de itens essenciais. A metalurgia era “um setor industrial ainda débil”. Ela registrou em sua tese as seguintes organizações de metalúrgicos anteriores a 1930:

⁶ PAES, Maria Helena Simões. “O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo 1932 – 1951”, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1979.

- 1895 Associação de Socorros Mútuos da Companhia Mecânica;
- 1901 Lega di Resistenza di Mecanici ed affini;
- 1901 Lega di Resistenza fra Metallurgici ed affini;
- 1906 Liga de Resistência dos Operários Metalúrgicos;
- 1907 Sindicato dos Ferreiros e Serralheiros;
- 1917 Sindicato dos Serralheiros;
- 1919 União dos Operários Metalúrgicos;
- 1919 União Geral dos Metalúrgicos;
- 1922 União dos Metalúrgicos;
- 1922 União Geral dos Metalúrgicos.

A historiadora explica que as sociedades de socorro mútuo tinham uma finalidade predominantemente assistencial, como serviços médicos e auxílio aos desempregados. Frisa que tais associações “não deram origem ao sindicalismo” e que as organizações que incentivavam a solidariedade de classe e a luta por melhores condições de trabalho foram as ligas operárias, precursoras das sociedades de resistência. Estas eram comandadas pelos anarquistas, que “se opunham terminantemente à inclusão de objetivos assistenciais em suas entidades”.

1930: um marco de grandes mudanças

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 26 de novembro de 1930, para administrar questões que eram tratadas pelo Ministério da Agricultura, sinalizou a mudança que o Brasil viveu a partir da Revolução de 1930. O novo ministério marcou um contexto de transformações que alteraram profundamente o modo de produção e as relações de trabalho no Brasil.

Getúlio Vargas assumiu o poder e se tornou reconhecido por fomentar um processo de industrialização e introduzir uma ampla legislação trabalhista brasileira, não apenas devido à sua boa

vontade política, mas, sobretudo, pelas exigências socioeconômicas daquele momento.

Em 19 de março de 1931, por meio do Decreto nº 19.770, o governo criou a estrutura sindical das classes patronais e operárias, formalizando a sindicalização sob controle do Ministério do Trabalho.

Diversas entidades sindicais surgiram desse período. É o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, fundado em 1932.

Mesmo com a fundação do sindicato, a União dos Metalúrgicos, ligada à Federação Operária de São Paulo, de tendência anarquista, continuou a existir até 1934, ano em que se tem o último registro da entidade. Eles rejeitavam o reconhecimento do Ministério do Trabalho e qualquer relação com o Estado.

Na tese de Maria Helena, entre os poucos registros sobre a União dos Metalúrgicos na década de 1930, um se refere a uma assembleia convocada para as 20 horas do dia 27 de dezembro de 1932. Ou seja, no exato momento da fundação do sindicato. Faz sentido supor que a convocação da entidade anarquista teve o objetivo de esvaziar a criação do sindicato dos metalúrgicos.

Entretanto, como afirma a historiadora: “Associações como a União dos Metalúrgicos, que se negaram a se organizar nos moldes indicados pelo Estado, não buscando o reconhecimento oficial, estavam fadadas ao desaparecimento diante da pressão contra elas exercida pelas novas relações entre Estado e classe operária, estabelecidas nos anos 30”.

Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: primeiros anos

No ano de fundação do sindicato da categoria, 1932, a capital paulista possuía 7.617 operários metalúrgicos, empregados em 473 estabelecimentos⁷.

⁷ EVANGELHO, Carmen. “A Organização Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo”, Tese de doutoramento, FFLCH/USP, 1992.

Eles se dividiam nos setores de construção e reparação de veículos, ferragens e cutelaria, máquinas para lavoura e indústrias, fabricação e reparação de material elétrico, e serralherias. Concentravam nos bairros do Brás, Centro, Barra Funda, Santa Efigênia e Mooca.

A fundação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo aconteceu na Rua Venâncio Aires, nº 10, na Lapa, com cerca de 100 trabalhadores, em 27 de dezembro de 1932. Resultou, principalmente, da articulação entre os trabalhadores da Metalúrgica Matarazzo, da Água Branca, e do chamado grupo do Brás, composto por operários de algumas fábricas, entre as quais se destacava a Fundição Diez.

Conforme mandava a legislação, a diretoria era composta por sete membros: presidente, vice-presidente, secretário-geral, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros, além de um conselho fiscal.

A primeira diretoria, presidida inicialmente por Rodolfo Mantovani e depois por Vicente Guglielmo, foi indicada pelos fundadores em janeiro de 1933.

Em julho do mesmo ano, ocorreram as primeiras alterações: o secretário-geral André Zarcos Junior demitiu-se alegando não poder comparecer às reuniões; o vice-presidente, Miguel Appugliese e o primeiro tesoureiro José Meneses foram demitidos, por terem faltado a três reuniões consecutivas sem motivo justificado. Sucederam-se outras demissões e substituições e, em setembro de 1934, o próprio presidente foi excluído, acusado de ter praticado irregularidades, entre elas, apoderar-se do dinheiro relativo às férias de um associado e ter “abandonado o sindicato”⁸.

Uma sala alugada na Praça João Mendes sediou o sindicato até fevereiro de 1933. Naqueles primeiros meses, a própria diretoria encarregava-se do atendimento aos sócios, que era feito

⁸ PAES, Maria Helena Simões. *“O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo 1932-1951”*, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1979, p. 60.

à noite, das 19 às 23 horas, uma vez que os sindicalistas não eram remunerados e não podiam deixar seus empregos. Foram criados: cadernetas para os associados, cartões para os diretores, carimbo e clichê do sindicato.

Em 2 de maio de 1933, quando o sindicato obteve reconhecimento do Ministério do Trabalho, já contava com o apoio de metalúrgicos da Fundição Pecoraro, Cofres Bernardini, Manoel Chêne-co, Fábricas de Armas Assunção, AS Ciclope e Fábricas de Cofres Irmãos Corrêa.

Nos primeiros anos, ocorreram poucas assembleias, e o nível de atividades do sindicato, que não era ligado a nenhuma associação, ainda era pequeno.

Em 1934, foi criada a Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo, que promoveu maior mobilização do movimento sindical à época. A coligação apresentou um programa que reivindica-va jornada de oito horas, descanso semanal remunerado, cumprimento da lei de férias, salário mínimo, estabilidade etc.

Crescia também, no movimento sindical, a influência do Partido Comunista do Brasil, criado em 1922. O contexto internacional era de ascensão do fascismo, e o VII Congresso da Internacional Comunista defendeu a criação de “frentes populares” para combater a expansão fascista. Entre outras questões, os comunistas de-fendiam ações unificadas “numa frente única antifascista”.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo se viu, então, im-pelido a se articular, e em julho de 1934 se filiou à Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo, ainda que o engajamento da categoria, em um primeiro momento, tenha sido tímido.

Principais reivindicações nos primeiros anos do sindicato

A principal reivindicação da entidade em 1934 não tinha uma relação direta com a situação entreguerras. A luta dos metalúrgi-

cos paulistanos naquele ano era, principalmente, pela Caixa de Aposentadoria e Pensões, e isso levou o sindicato a se articular com os metalúrgicos do Rio de Janeiro e de Santos. Tratava-se de uma causa disseminada pelo operariado urbano no início da década. A resposta veio, entretanto, somente em 1936, com a criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), que começou a funcionar mesmo em 1938.

Havia outras reivindicações defendidas com empenho: melhores condições de trabalho, aumento salarial e o cumprimento de uma legislação trabalhista que crescia ano após ano.

Na Metalúrgica Paulista, houve uma greve entre 23 e 30 de julho de 1934 por aumento correspondente a 20% perdidos. Em seus sete dias de duração, a manifestação espalhou-se por outras seções que se solidarizaram com os polidores. O sindicato foi acionado, e formou-se uma comissão entre os representantes dos grevistas e os diretores do sindicato. Essa comissão negociou diretamente com os donos da fábrica e conseguiu em parte o aumento.

Em 1934, o sindicato mudou a sede para uma sala na 2^a sobreloja do Palacete Santa Helena (Largo da Sé, nº 35), onde ficou até 1954. A sala era dividida com os sindicatos dos chapeleiros, dos tecelões e dos trabalhadores em moinhos e similares.

O Palacete Santa Helena, vale dizer, construído em 1925 (ainda na efervescência da Semana de Arte Moderna de 1922), foi um símbolo do desenvolvimento na época. Era um prédio comercial e de serviços considerado um arranha-céu, com seus sete pavimentos. É tido como o primeiro edifício multifuncional de São Paulo, com instalações modernas, decoração luxuosa, telefonia, máquinas para renovação do ar, elevadores e uma fachada estilo europeu⁹.

⁹ OLIVEIRA, Abrahão de. "A Cicatriz Mais Dolorida de São Paulo – A História do Palacete Santa Helena", São Paulo in foco, 3 de julho de 2014, <https://www.saopauloinfoco.com.br/a-cicatriz-mais-dolorida-de-sao-paulo-a-historia-do-palacete-santa-helena/>.

Em 2003, os jornalistas Victor Ramos e Virgílio Abranches escreveram, para a *Folha de S.Paulo* que: “Apesar de ter sido construído pela e para a elite paulistana, a localização central o transformou [o Palacete Santa Helena] no ponto de encontro dos operários, que vinham dos bairros mais pobres, como o Brás e a Mooca. Ao lado dos finos salões, cafés, cinemas e do teatro, eles fundaram as sedes de seus sindicatos. Assim, a Sé, já na virada dos anos 30, tinha se tornado um mercado do emprego. Quem quisesse um marceneiro ou um metalúrgico sabia onde procurar”¹⁰.

A sindicalização na década de 1930, porém, era baixa. A historiadora Maria Helena aponta que nos anos de 1933, 34 e 35 o número de associados no sindicato era, respectivamente, em torno de 87, 491 e 1.132. E em 1934, a maior assembleia contou com a participação de 186 sócios.

Além disso, apesar da oficialização no ministério, era grande a perseguição aos sindicatos na época, e não era raro que as assembleias terminassem sob repressão policial. “Vários associados escondiam que eram sindicalizados para não sofrer pressão nas fábricas”, aponta a historiadora.

O intenso ano de 1935

A partir de 1935, observou-se uma participação maior dos associados. Naquele ano, o sindicato filiou-se à União dos Sindicatos Proletários de São Paulo.

A diretoria do sindicato também se dedicou à criação da Federação dos Metalúrgicos do Estado, articulando os sindicatos do interior do Estado. A federação, entretanto, só foi fundada em 1º de maio de 1943.

¹⁰ RAMOS , Victor e ABRANCHES , Virgílio. “Santa Helena: A marretadas, novo toma espaço do velho”, em Aqui jaz São Paulo, *Folha de S.Paulo*, 02/12/2003.

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/aquijazsaopaulo/te0212200304.shtml>.

Outra notável campanha desenvolvida naquele ano foi pelo salário mínimo. Os sindicalistas falavam sobre a necessidade de estabelecer um salário que fosse suficiente para a sobrevivência, já que os patrões, valendo-se de uma argumentação baseada na crise econômica, nem isso queriam pagar.

O aumento do custo de vida foi uma consequência inevitável do projeto de desenvolvimento e industrialização implementado por Vargas. E as lutas contra a carestia e por salários melhores tornaram-se constantes por décadas a fio.

Um piso mínimo para o salário de qualquer categoria, o chamado “salário mínimo”, foi criado, enfim, pelo Decreto-Lei 399, em abril de 1938, calculado com base em um levantamento dos salários vigentes no país e nas necessidades básicas do trabalhador. Apesar de ter sido lançado em 1938, os trabalhadores só passaram a contar com o benefício a partir de 1º de maio de 1940, quando entrou em vigor com valores diferenciados entre os Estados brasileiros.

Período de repressão

Em 1936, o sindicato sofreu a primeira intervenção do Ministério do Trabalho. Mas logo os agentes do governo foram tirados de lá pelos integralistas, sob o comando do Departamento Estadual do Trabalho. Os trabalhistas só retornaram em 1939, afastando os integralistas. Eles se juntaram aos ministerialistas em um longo período no comando do sindicato.

Os integralistas compunham um grupo político que tinha identidade com o fascismo europeu. As lideranças de esquerda, principalmente aquelas ligadas ao Partido Comunista, estavam afastadas desde novembro de 1935, quando a Revolta Comunista de 1935 (conhecida como Intentona Comunista) tentou destituir o governo Vargas por meio de levantes nos quartéis militares dos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro.

O cerco se fecharia com a instalação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Naquela data, Getúlio Vargas rasgou a Constituição de 1934, que trazia um teor social avançado, e apresentou ao país uma nova constituição, com caráter centralizador. Mas aquele foi, ironicamente, o início de um período em que a relação do governo com os trabalhadores ganhou força. Entre outros avanços, foi criada a Justiça do Trabalho e, mais tarde, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

As assembleias rarearam, afastando o trabalhador das decisões do sindicato. A sindicalização, entretanto, cresceu não apenas no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, mas em todo o país. Isso porque a Constituição de 1937 impôs aos sindicatos (antes o Estado apenas incentivava tais medidas) a tarefa de oferecer serviços médicos e jurídicos.

Em março de 1939, quando o Ministério do Trabalho afastou os integralistas que estavam na direção desde 1936, tomou posse uma junta governativa composta por somente três diretores: Vicente Guglielmo, presidente; Bernardino Silva, tesoureiro; e Guerino Pian, secretário. Na mesma assembleia geral, alguns associados como Suffredini e João Peramezza, expulsos pela diretoria de Salvador de Luttis, foram readmitidos.

Em 29 de fevereiro de 1940, tomaram posse os novos diretores, com Vicente Guglielmo na presidência, permanecendo José Sanches Duran como vice-presidente. Em maio de 1941, Sanches Duran assumiu a presidência, desta vez conforme decisão tomada em assembleia, recebendo remuneração.

Inscrita na ata de 24 de maio de 1941, como uma gratificação ao associado que se afastar do trabalho para se dedicar ao sindicato, a medida representou uma grande mudança na vida da entidade.

Mudanças na estrutura sindical

Ainda no período em que a junta esteve na direção, foi promulgado o Decreto-Lei 1.402, de julho de 1939, que deu feição definitiva à estrutura sindical.

O decreto estabeleceu a unicidade sindical, ou seja, um sindicato por categoria no município, e previa que sindicatos, federações e confederações só poderiam ser formados por trabalhadores com a mesma profissão ou profissões similares. Delegava ao Ministério do Trabalho o poder de organizar um “quadro de atividades e profissões”, determinando a relação entre as profissões legalmente reconhecidas e seus sindicatos, estabelecendo assim a sindicalização por setor de atividade. Os sindicatos de metalúrgicos, por exemplo, representavam os trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico.

A lei também determinava que os sindicatos tinham que firmar contratos coletivos de trabalho, organizar cooperativas de consumo, serviços médicos, assistenciais etc.

Em 8 de julho de 1940, o governo promoveria uma mudança ainda mais profunda na estrutura sindical ao criar, por meio do Decreto-Lei 2.377, o imposto sindical. O imposto incidia sobre “todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, em favor da associação profissional legalmente reconhecida como sindicato representativo da mesma categoria”, e era descontado na folha de pagamento de seus empregados, relativa ao mês de março de cada ano.

A sustentação financeira permitiu que os sindicatos ampliassem suas estruturas, os quadros de funcionários e até as diretorias. O sonho da sede própria, por exemplo, foi plantado desde o advento do imposto. Mas ele só se realizaria alguns anos mais tarde.

O jornal

Em 1941, a nova realidade financeira do sindicato permitiu a criação de um departamento de imprensa, dirigido por Adolpho Perchon, que também foi o diretor responsável pela publicação do jornal *O Metalúrgico*, lançado em setembro de 1942.

Em sua fundação, o jornal era mensal e chegou a ter, em 1943, uma tiragem de 1.500 exemplares, sendo 70% distribuídos para os associados e o restante enviado a outros sindicatos, autoridades, jornais e revistas.

A diretoria orgulhava-se de apresentar *O Metalúrgico*, como um dos únicos do gênero, em uma estrutura sindical ainda em formação.

Expansão industrial

Desde 1930, com o projeto desenvolvimentista do novo governo, uma legislação trabalhista e social foi sendo construída. A decretação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1º de maio de 1943, ainda no período repressivo do Estado Novo, atendia a demandas históricas do movimento sindical.

Nos 922 artigos da CLT, foram regulamentadas, entre outras coisas, a jornada de trabalho, o trabalho da mulher e do menor, férias remuneradas, seguro social, salário mínimo, saúde e segurança nos locais de trabalho, convenção coletiva, sindicalização e estrutura sindical.

A CLT foi a base legal para as relações de trabalho do país mais industrializado que Getúlio Vargas idealizava, garantindo uma formalização massiva nos moldes de uma sociedade urbanizada e proporcionando maior mobilidade social entre os novos trabalhadores.

Em paralelo, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, contribuiu substancialmente para a

qualificação da mão de obra. É expressivo o número de metalúrgicos, nestes mais de 90 anos de história, formados pelo SENAI.

Esse processo ocorreu em um contexto em que a produção no Brasil crescia em ritmo acelerado, impulsionada pela procura de matérias-primas estratégicas e de produtos manufaturados durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Em São Paulo, a construção de três rodovias ligando a capital paulista a outras regiões do Estado intensificou o desenvolvimento facilitando o escoamento da produção. A Via Anhanguera, inaugurada em 1940, que passa pelo interior e vai até o norte do Estado; a Via Anchieta, inaugurada em 1947, que liga São Paulo à Baixada Santista, passando por São Bernardo; e a Via Dutra, inaugurada em 1951, que passava por Guarulhos e o Vale do Paraíba, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro.

Tal conjunto de fatores — a política desenvolvimentista, a necessidade de reposição de produtos que deixaram de ser importados por causa da guerra e a construção da malha rodoviária — levou a um aumento de 77,8% no número de estabelecimentos de transformação industrial em São Paulo, entre 1940 e 1950. O setor metalúrgico registrou um crescimento de 104,7%, resultando em um aumento de 130,5% no número de trabalhadores empregados nessa área.

Comunistas

Afastados desde o Levante de 1935 e reprimidos com a decretação do Estado Novo, os comunistas voltaram a dialogar com Getúlio, com base na ideia de uma “União Nacional” contra o fascismo, a partir de 1942. Naquele ano, quando a Segunda Guerra chegava à metade, o governo brasileiro se posicionou, declarando estado de guerra contra Alemanha e Itália.

Mesmo com seu maior líder, Luís Carlos Prestes, preso desde 1936, o apoio incondicional do Partido Comunista (PCdoB) a Vargas,

a fim de deter o avanço fascista, foi consolidado na Conferência da Mantiqueira, em 1943. Em 1945, Prestes recebeu anistia do governo, que também anistiou o Partido Comunista. Com isso, Vargas, acuado pela extrema-direita, buscava apoio no operariado e na esquerda.

O partido organizou, então, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), agrupando sindicatos de várias tendências. Mas o caráter centralizador da organização gerou atritos em seu interior. Além disso, eram constantes as manifestações contra as más condições e o custo de vida, entre os trabalhadores; e, mesmo com a relação entre os comunistas e o governo, a classe operária não foi contida.

Em 1945, com o fim do Estado Novo e também da Segunda Guerra, os metalúrgicos pressionavam o sindicato para que lutassem por melhores salários.

Repressão no governo Dutra

Em dezembro daquele ano, o general Eurico Gaspar Dutra, do antigo Partido Social Democrático (PSD)¹¹, foi eleito, vencendo Eduardo Gomes da União Democrática Nacional (UDN). Dutra, que assumiu em janeiro de 1946, ficou conhecido por seu perfil autoritário e sua implacável perseguição ao movimento social, aos comunistas e aos sindicatos de trabalhadores.

Por meio do Decreto-Lei 9.070, de março de 1946, Dutra interferiu no direito de greve, suspendeu as eleições sindicais, prorrogou por um ano os mandatos das diretorias e tornou obrigatório o famigerado “atestado de ideologia”¹² para que os trabalhadores pudessem concorrer às eleições sindicais.

11 O PSD foi criado naquele ano de 1945 e extinto em 1965, pela ditadura militar.

12 Documento que declarava toda a vida funcional, política, religiosa, moral, familiar, civil e criminal de qualquer pessoa que almejasse um cargo eletivo sindical. O general Dutra usou e abusou desse artigo durante a sua gestão prendendo e destituindo representantes de vários sindicatos sob alegação de que eles participavam dos movimentos comunistas.

O atestado de ideologia era fornecido pela polícia política e continha informações sobre a vida política dos candidatos a postos na diretoria dos sindicatos. Com isso, o presidente vetava a participação de sindicalistas de esquerda, pelo menos daqueles sobre os quais se tinham informações e, sobretudo, dos quadros egressos do Partido Comunista, que teve seu registro revogado, voltando à ilegalidade em 7 de maio de 1947.

Dutra também promulgou, em janeiro de 1949, a cláusula de assiduidade nos contratos salariais, incluída na Lei 605¹³, segundo a qual qualquer falta ou atraso resultaria na perda do direito ao descanso semanal remunerado, perda de meio dia de salário e do aumento salarial eventualmente obtido.

No sindicato, a diretoria encabeçada por Carlos Garcia, empossada em setembro de 1944, foi afastada em fevereiro de 1946 por uma intervenção da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo e do Ministério do Trabalho. Mas os metalúrgicos não pararam. Foram realizados movimentos por aumento salarial nas chamadas “comissões de fábrica”. De uma dessas comissões, a da Companhia de Parafusos Santa Rosa, projetou-se o metalúrgico Remo Forli, que depois teve longa trajetória na direção do sindicato.

Os protestos tiveram êxito, e a companhia foi obrigada a dar aumento de 30% para os operários, contando desde dezembro de 1945. O caso abriu precedentes para protestos em outras fábricas. E, como eles aconteciam sem a participação dos sindicatos, que estavam sob intervenção federal, o governo não conseguia conter a movimentação.

Os comunistas ainda implementavam o MUT e, segundo Maria Helena Paes, há indícios de que eles tivessem mantido alguma influência no jornal do sindicato, *O Metalúrgico*, já que em março de 1946 o órgão criticou de forma contundente o Decreto-Lei 9.070. Mas, em 1947 a censura se instalou no jornal.

¹³ Sobre repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.

Naquele ano, foram registrados diversos protestos organizados pelas comissões de fábrica, que já existiam desde 1945, mas que passaram a ter influência comunista no fim de 1946.

Mesmo com o aumento da repressão no fim de 1947, os protestos continuaram. O Partido Comunista adotou a estratégia do “paralelismo sindical”, instruindo seus membros a fortalecerem as comissões de empresas e a promoverem a criação de organizações trabalhistas registradas como entidades civis, independentemente do controle ministerial.

Anos 50, novo governo de Vargas

Nas eleições de 1950, Getúlio Vargas foi candidato à Presidência da República pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com a bandeira da industrialização e da legislação trabalhista. Comunistas e sindicalistas apoiaram seu retorno. E, em janeiro de 1951, Vargas iniciou seu último mandato, o único que alcançara pelo voto direto.

O Brasil entrou na segunda metade do século 20 com 51,9 milhões de habitantes. A maioria da população (50,49%) ainda era analfabeta, embora esse índice tenha melhorado a cada recenseamento¹⁴. Em 1950, a população urbana brasileira era de 18.782.891 habitantes, com uma taxa de urbanização de 36,1%. E a população rural era de 33.161.506 habitantes, 63,84%¹⁵.

O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1950 mostra que naquele ano, 174.607 brasileiros estavam ocupados nas indústrias metalúrgicas e mecânicas.

A agricultura continuava como atividade predominante, mas mudanças ocorriam rapidamente e de forma profunda, superando as velhas formas pré-capitalistas pelo trabalho assalariado.

¹⁴ Em 1900, a população analfabeta era 65,11%, em 1920, 64,94% e 1940, 55,97%.

¹⁵ GIRARDI, Eduardo Paulon. “Atlas da questão agrária brasileira, Características socioeconômicas gerais”. http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con_subsubcat/populacao. Acesso: em maio de 23.

Não só o Brasil, mas o mundo estava mudando. Segundo o historiador Eric Hobsbawm: “Quando o campo se esvazia, as cidades se enchem. O mundo da segunda metade do século 20 tornou-se urbanizado como jamais fora”¹⁶.

No sindicato, militantes de esquerda derrubam ministerialistas

A posse de Getúlio coincidiu com as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, realizadas nos dias 5 e 6 de janeiro de 1951. A chapa liderada por Joaquim Ferreira, composta por militantes de esquerda, derrubou a velha guarda ministerialista, em uma tendência que se mostrou forte e duradoura.

Ao assumir, a nova diretoria enfrentou uma situação desafiadora: os salários da categoria não eram reajustados desde 1945, o salário mínimo permanecia inalterado desde a criação da CLT, em 1943, e, por outro lado, os preços eram ajustados mensalmente.

O promissor programa de Vargas gerou grandes expectativas entre os trabalhadores, mas foi atropelado pelo alto custo de vida, que se tornou o principal problema enfrentado pelo movimento sindical.

Nessa conjuntura de urbanização e industrialização, por um lado, e de elevação do custo de vida e precarização do trabalho, por outro, a década de 1950 foi marcada por diversas manifestações que conferiram maior politização do movimento sindical brasileiro.

Ao lado dos protestos contra a alta de preços, intensificavam-se as reivindicações sobre a gratificação anual (natalina) e maior rigor na fiscalização das leis trabalhistas (registro em carteira, condições de trabalho, repouso semanal remunerado).

Em julho de 1952, o Partido Comunista definiu que seus militantes deveriam abandonar o paralelismo sindical e retornar aos

¹⁶ HOBSBAWM, Eric. “A era dos extremos”, 1994, Companhia das Letras, p. 288.

sindicatos oficiais. Desta forma, os comunistas passaram a disputar cargos de direção, criar alianças com as forças atuantes e retomar a luta pela sindicalização e pela unidade sindical.

O governo, por sua vez, em um esforço para aparar as arestas, aboliu a exigência do atestado de ideologia em 1952.

Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (CISCAI)

Uma das primeiras ações da política do Partido Comunista no retorno aos sindicatos foi a criação da Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (CISCAI), em 8 de junho de 1952, no Rio de Janeiro. A comissão reivindicava abolir a cláusula de assiduidade incluída por Dutra na Lei 605.

Em São Paulo, 60 sindicatos apoiaram a criação da CISCAI e convocaram a Convenção Nacional Contra a Assiduidade Integral para o período de 15 a 22 de novembro, no Rio de Janeiro.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo apoiava a comissão, mas defendia que ela deveria se concentrar apenas nos problemas da assiduidade e não se dispersar em outros temas, como ocorreu na convenção.

A exclusão da cláusula da assiduidade nos contratos coletivos, entretanto, só ocorreu com a aprovação da Lei nº 2.510, de junho de 1955.

Eleições sindicais de 1953

Entre 27 e 29 de janeiro de 1953, as primeiras eleições no sindicato, depois da extinção do atestado de ideologia e da Resolução Sindical do Partido Comunista que fez com que seus militantes disputassem as direções sindicais, a chapa encabeçada por Remo Forli chegou à diretoria.

São poucas as referências sobre o perfil desse sindicalista. Mas, em uma entrevista publicada no site Scielo Brasil¹⁷, o economista Paul Singer assim definiu Remo Forli: “Era uma liderança sindical de grande peso. Ele é meio parecido com o Lula, o tipo humano... Era uma liderança interessante”.

Embora não fosse do Partido Comunista, Forli era próximo do partido de Luís Carlos Prestes. Ao assumir o sindicato, aquela diretoria se viu diante da responsabilidade de lidar com o agravamento da carestia, a intransigência dos empregadores e a desconfiança quanto aos dados oficiais do governo.

Uma das medidas tomadas foi coletar dados sobre preços dos insumos básicos para criar cálculos próprios acerca do custo de vida, além de reivindicar aumento salarial e manter a luta contra a carestia.

Em janeiro de 1953, o departamento de contabilidade do sindicato emitiu uma solicitação pedindo que todos os metalúrgicos, sócios e não sócios, que possuíssem cadernetas em empórios com informações de preços de alimentos essenciais, preferencialmente desde 1951, as entregassem à secretaria do sindicato. O objetivo era coletar dados para melhor orientar as reivindicações na prefeitura de São Paulo.

Ao lado de categorias como têxteis, gráficos, vidreiros, marceneiros, trabalhadores em curtumes, a reivindicação por aumento salarial era geral.

Greve dos 300 mil

A situação econômica era dramática para os trabalhadores e, no dia 10 de março de 1953, após a assembleia sindical, os tecelões

¹⁷ ESTEVES, Cris Andrade Egeu. “Paul Singer: uma vida de luta e de trabalho pelo socialismo e pela participação democrática”. <https://www.scielo.br/j/ea/a/ysVLgn8ksjFwVY4Ndnt87rt/?lang=pt>. Acesso em 5 de junho de 2023.

de São Paulo decidiram entrar em greve contra a carestia, desenca-deando uma sequência de eventos.

No dia 15 de março, os metalúrgicos de São Paulo se juntaram ao protesto dos tecelões, participando, no dia 18, de uma passeata da Praça da Sé até a sede do governo, no Palácio dos Campos Elíseos. A passeata, marcada por confrontos com a polícia e grande número de prisões, entrou para a história com o sugestivo nome de “Panelas Vazias”.

No dia 25 de março, uma semana depois, teve início a greve geral. Naquele momento, o movimento já possuía um comando intersindical formado pelo Comitê Central da Greve. Além disso, cada sindicato envolvido tinha uma comissão de salários, grupos que organizavam os piquetes e aqueles que organizavam a distribuição de refeições e gêneros alimentícios.

A Delegacia Regional do Trabalho (DRT) tentou contornar a situação realizando uma reunião tripartite com trabalhadores e empregadores. Porém, o patronato se negou a participar, e os trabalhadores não aceitaram a presença da DRT nas negociações. Sem sucesso, instaurou um Dissídio Coletivo *ex officio* e estabeleceu um prazo de dez dias para a resolução do conflito.

Desde o início da greve, o Estado usou a violência para coagir os operários a voltarem ao trabalho. Primeiro, por intermédio do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS-SP), e depois, com o reforço das polícias civil e militar.

A reivindicação era de reajuste de 60%, e a proposta de 20%, feita pelo patronato, soou como um deboche, acirrando a tensão. No dia 31, após uma assembleia com as categorias da linha de frente do movimento (metalúrgicos, têxteis, gráficos e marceneiros), os grevistas mais uma vez saíram em passeata. Mais uma vez, houve repressão com violência.

Tentativas de conciliação com propostas muito abaixo do que eram reivindicadas, em vez de resolver, impulsionavam o movi-

mento, que crescia e recebia apoio da sociedade. No dia 7 de abril, estudantes de direito realizaram um comício em solidariedade aos grevistas e condenaram a atitude do Ministério do Trabalho e da Justiça de autorizar o congelamento dos depósitos em dinheiro nas contas dos sindicatos envolvidos na greve. No dia 9, o Comitê Intersindical entregou ao governador Lucas Nogueira Garcez uma pauta de reivindicações que expressava o caráter amplo e unitário do movimento:

- Aumento fixo e mensal, a partir de março de 1953, de CR\$ 600,00, sem qualquer cláusula restritiva, inclusive assiduidade;
- Pagamento dos dias parados na greve;
- Liberação imediata dos trabalhadores presos em virtude da greve;
- Compromisso de que não haveria perseguições ou dispensas em razão da greve;
- Compromisso de que, em benefício da indústria e do trabalho, o racionamento de energia elétrica ocorreria, em primeiro lugar, nas atividades supérfluas;
- Compromisso de serem adotadas medidas urgentes e concretas contra a carestia;
- Restabelecimento das liberdades públicas e especialmente para os sindicatos vítimas das violências policiais;
- Assinatura do acordo de aumento e sua homologação imediata.

O governo paulista não conseguia sair do impasse, e coube ao próprio presidente Getúlio Vargas receber no Palácio do Catete os presidentes dos quatro sindicatos envolvidos e as comissões de salários de cada categoria, no dia 10 de abril.

Vargas determinou a revisão dos dissídios coletivos de todas as categorias, assegurando que faria uma revisão das tabelas do salário

mínimo “a fim de desfazer o desnível entre os mínimos de lei e o custo de vida”.

Começavam, então, as tratativas para o fim da greve.

Oficialmente, a greve encerrou-se em 23 de abril de 1953, quando o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) propôs aumento de 32% nos salários, aceito pelos patrões e pela maioria dos sindicatos. O pagamento dos dias parados foi negociado para que fossem cobertos como adiantamentos sobre o salário ou sobre férias. A liberdade para os grevistas foi anunciada no dia 21 de abril.

No entanto, em descumprimento a um dos itens do acordo, no retorno ao trabalho houve uma onda de demissões. Ainda assim, a paralisação teve um importante papel em termos de organização de trabalhadores e trabalhadoras. Além de conquistarem o aumento de 32%, os trabalhadores exerceram o direito de greve, enfrentando a legislação sindical vigente.

Deste processo, surgiu um senso de unidade sindical que influenciou uma série de entidades intersindicais. Os trabalhadores ganharam experiência e força.

Aumento do salário mínimo

A alta do custo de vida ainda era sensível, e a mobilização dos sindicatos envolvidos no Pacto de Unidade Intersindical (PUI), criado a partir das articulações da greve de 1953, era intensa.

A crise levou Getúlio Vargas a indicar, em junho de 1953, um novo ministro do Trabalho, substituindo José de Segadas Viana (que chegou a ameaçar o uso da Lei de Segurança Nacional [LSN] contra os grevistas) por João Goulart, que era deputado federal pelo PTB-RS.

Goulart assumiu a missão de rever o valor do salário mínimo. Apesar da contrariedade dos empresários¹⁸, ele apresentou, em fe-

¹⁸ Que propunham um aumento de 42%.

vereiro de 1954, um aumento de 100%, justificando que: “Não são os salários que elevam o custo de vida; pelo contrário, a alta do custo de vida é que exige salários mais altos”.

Era uma proposta radical que sofreu forte reação dos empresários e da imprensa, forçando o ministro a renunciar ao cargo em 23 de fevereiro de 1954. O decreto do novo salário mínimo, entretanto, estava garantido e foi assinado por Getúlio em 1º de maio de 1954.

Ao anunciá-lo, o presidente relembrou as medidas que havia tomado para “proteger a classe trabalhadora” e concluiu com um veemente apelo: “Constituíis maioria. Hoje estais com o governo. Amanhã sereis governo”.

O presidente não teve medo de enfrentar as elites que dominavam o país e, por isso, foi vítima de armadilhas, como o atentado da Rua Tonelero. Pressionado, Vargas pôs fim à própria vida em 24 de agosto de 1954. Após a notícia de sua morte, o povo brasileiro, indignado e comovido, tomou conta das ruas em imensas passeatas pelo país.

Em 13 de novembro de 1954, o sindicato ainda concretizaria o sonho da sede própria, plantado com a instituição do imposto sindical. Naquela data foi, enfim, inaugurada a sede da Rua do Carmo, 171, onde a entidade ficou até 1990.

Anulação das eleições no sindicato

O fim abrupto dos anos em que Getúlio Vargas esteve no poder marcou uma nítida mudança na política e no movimento sindical. O vice, Café Filho, assumiu a Presidência da República e o novo ministro do Trabalho, Napoleão Alencastro Guimarães, que assumiu em 23 de setembro de 1954, não demorou a mostrar seu caráter repressor, ao assinar uma portaria que tornava ilegal a filiação das entidades sindicais a quaisquer associações ou grupos não

autorizados pela legislação sindical sob pena de ter a carta sindical cassada.

No Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a medida provocou a anulação das eleições sindicais realizadas entre 24 e 27 de janeiro de 1955.

O ministério alegava que a eleição havia sido manipulada pelo Partido Comunista por intermédio de militantes que integravam a Chapa 2, encabeçada por Fortunato Martinelli e José de Araújo Plácido.

A anulação das eleições não se deu só no Sindicato dos Metalúrgicos. Um manifesto denunciando as arbitrariedades do Ministério do Trabalho e defendendo a autonomia, a unidade e liberdade sindical, produzido naquele ano, contou com a assinatura de dez sindicatos.

Um novo pleito para os metalúrgicos de São Paulo chegou a ser marcado pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Entretanto, um parecer do Supremo Tribunal de Recursos anulou o ato do Ministério do Trabalho e determinou a posse da chapa eleita em janeiro.

A diretoria, enfim, tomou posse no dia 15 de outubro.

Fundação do Dieese

Um dos principais desdobramentos desta fase de maior politização e articulação do movimento sindical, verificado sobretudo a partir da greve de 1953, foi a fundação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 22 de dezembro de 1955. O Dieese foi criado para suprir a necessidade de índices econômicos confiáveis que balizassem as negociações e reivindicações.

Luiz Tenório de Lima, o Tenorinho, um dos fundadores do Dieese e ex-diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Alimenta-

ção e Indústria de Laticínios de São Paulo, explica esse processo: “As lutas sindicais encontravam a barreira de como comprovar a porcentagem que os trabalhadores reivindicavam. Os únicos órgãos em que a Justiça se baseava eram uma comissão do Ministério do Trabalho e da Secretaria de Abastecimento de São Paulo. Os dados dessas duas fontes nunca conferiam com aquilo que a gente achava que era custo de vida. E nós só levávamos vantagem quando fazíamos aquelas greves enfrentando a polícia, como fizemos em 1953. Então, surgiu a ideia de criar o nosso próprio organismo de levantamento de custo de vida”¹⁹.

Essa desconfiança ficou clara na ação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo ao pedir aos trabalhadores de sua base que fornecessem as anotações sobre as compras em empórios no contexto que deflagrou a greve de 1953.

Com esse propósito, o Dieese foi criado por um grupo de 20 dirigentes sindicais paulistas, tendo como primeiro presidente Salvador Romano Losacco, do Sindicato dos Bancários. Entre 1959 e 1961, Remo Forli, pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, foi o segundo presidente da história do Dieese.

O primeiro diretor técnico do departamento, o sociólogo José Albertino Rodrigues, permaneceu no cargo entre 1957 e 1962, dando início a uma longa trajetória baseada no tripé pesquisa, assessoria e educação.

Um dos primeiros trabalhos do Dieese foi uma pesquisa de padrão de vida das famílias paulistanas, que serviria como base para o Índice de Custo de Vida (ICV). A pesquisa era feita por um grupo de técnicos, que faziam o acompanhamento de famílias que concordavam em participar do estudo.

¹⁹ Depoimento para o projeto sobre os 60 anos do Dieese, em 2006, no site Memória Dieese: https://memoria.dieese.org.br/navegacao/nossas_historias/lui-z-tenorio-de-lima .

Anos JK

Desde as conspirações contra Getúlio, que culminaram em seu suicídio, o clima de golpe era forte. Nas eleições presidenciais de 1955, o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek (PSD), e o vice João Goulart (PTB), aquele que promoveu um aumento de 100% do salário mínimo, derrotaram o candidato apoiado pelo presidente Café Filho, general Juarez Távora (UDN), com uma diferença de apenas 5,41% dos votos. Com isso, os udenistas passaram a defender abertamente um golpe militar.

Coube a Nereu Ramos, então vice-presidente do Senado, em uma breve passagem pela Presidência do Brasil (de 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956), decretar estado de sítio para, por meio de uma articulação do general Henrique Teixeira Lott, garantir a posse dos eleitos.

Apoiado pelos comunistas e pelos sindicalistas, Juscelino se elegeu com um discurso desenvolvimentista, que entrou para a história com o *slogan* “50 anos em 5”.

O Plano de Metas, apresentado na campanha eleitoral, mencionava setores básicos da economia que deveriam receber investimentos públicos e privados. Entre os setores que receberiam mais recursos, estavam energia, transportes e indústrias de base.

As metas eram audaciosas e, segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), “o crescimento das indústrias de base, fundamentais ao processo de industrialização, foi de praticamente 100% no quinquênio 1956-1961”²⁰.

Outro aspecto que marcou a gestão JK foi a abertura da economia para o capital internacional e a massiva entrada no país de empresas multinacionais, com destaque para a indústria automo-

²⁰ Plano de Metas: <https://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/plano-de-metas> . Acesso em 24 de maio de 2023.

bilística com fábricas da Volkswagen, Mercedes-Benz, Willys-Overland, General Motors e Ford.

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo²¹ explica que: “O Juscelino prometeu crescer 50 anos em cinco – e cumpriu. A economia teve um desempenho em termos de taxa de crescimento, de diversificação do setor industrial, de avanço da industrialização, com a incorporação de quase todos os setores que já havia nas economias desenvolvidas. O Brasil avançou muito. Juscelino fez um progresso na infraestrutura, na indústria e nos serviços, começou a diversificar a economia e a produzir na sociedade essa variedade de funções. Estamos falando de 1956 a 1960”.

Mulheres metalúrgicas

Era um momento de mudanças, que levou o sindicato a organizar, em 18 e 19 de fevereiro de 1956, a “Primeira Conferência Municipal dos Trabalhadores e Trabalhadoras Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico de São Paulo”, onde se discutiram temas como previdência, salário mínimo, higiene e segurança do trabalho, imposto sindical, entre outros.

Dois meses depois, em 28 e 29 de abril, ocorreu a “Primeira Conferência das Mulheres do Setor Metalúrgico”, evento em que foi aprovada uma pauta de reivindicações avançada para a época: salário igual para trabalho igual, creches e berçários nas fábricas com mais de dez mulheres; extensão da CLT às trabalhadoras do campo e às empregadas domésticas, inclusive o direito de sindicalização; ampliação do tempo de amamentação da CLT; três dias consecutivos de faltas por mês; estender os direitos da CLT; punição para as discriminações patronais contra as operárias casadas e

²¹ CINTRA, André e RUY, Carolina Maria entrevistam Luiz Gonzaga Belluzzo: “A economia na década de 1960”, 2018. Revista Memória Sindical. 1968 Sindical, CMS.

inclusão de uma representante da mulher trabalhadora nas comissões de salário mínimo.

Embora a CLT de 1943 já contemplasse os direitos das mulheres no mercado de trabalho, no fim da década de 1950, a situação do país ainda era marcantemente rural. A cultura patriarcal oprimia as mulheres, que eram vistas pela sociedade principalmente como cuidadoras do lar. Merece atenção, nesse sentido, que já naquela época elas se organizassem em torno de reivindicações próprias em uma categoria que era ainda predominantemente masculina, como a dos metalúrgicos. Aquelas reivindicações foram apresentadas na “Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras”, que ocorreu no Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de maio.

Greve dos 400 mil

A carestia que atravessou toda a década de 1950, persistindo mesmo com algumas tentativas de solução por parte do governo, mobilizou o Pacto da Unidade Intersindical a discutir com delegados de empresas de todo o Estado um programa de ações logo em janeiro de 1957.

Na década de 1950, a inflação alcançou índices mais elevados do que na década anterior, com taxas anuais oscilando entre 12% e 40%. E em 1957, a crise econômica se apresentava como um dos efeitos colaterais do desenvolvimentismo de JK.

Em 21 de julho, uma assembleia do sindicato definiu a reivindicação de 45% de reajuste salarial e propôs estender a campanha salarial para o Estado.

A proposta foi mantida até o dia 6 de outubro, em assembleia realizada no Cine Oberdan (um cinema no centro de São Paulo), onde também foi decidido organizar comissões de solidariedade, finanças, propaganda e piquete já vislumbrando a possibilidade de deflagração de uma greve.

Das 14 entidades patronais metalúrgicas, as que não se negaram a negociar apresentaram propostas com valores irrisórios.

Mais uma vez, a situação atingia grandes categorias. Os gráficos e os têxteis também não obtiveram propostas patronais às reivindicações de reajuste salarial. Isso fez com que os sindicatos dos têxteis, gráficos e metalúrgicos se unissem em uma aliança intersindical para aumento de salário. Se não houvesse acordo, eles desencadeariam uma greve a partir de zero hora do dia 15 de outubro.

A greve começou com a paralisação de 350 mil trabalhadores. Em pouco tempo, aderiram ao movimento trabalhadores em papel e papelão, trabalhadores das indústrias químicas, alimentícias e de borracha, gráficos e vidraceiros. Quando a mobilização se expandiu pelo Estado, foi decretada greve geral.

No dia 17 de outubro, 95% dos trabalhadores das categorias envolvidas cruzaram os braços. O governador do Estado, Jânio Quadros, que a princípio não usou a força policial para conter o movimento, voltou atrás e declarou que a greve era ilegal.

Na Siderúrgica Aliperti, “sessenta milicianos da Força Pública armados até os dentes, a partir da madrugada espancaram indiscriminadamente dezenas de trabalhadores, que se achavam nas imediações, tentando obrigá-los a entrar em serviço”²².

No sétimo dia de greve, lideranças sindicais foram chamadas ao Rio de Janeiro, e o presidente Juscelino apresentou a proposta de aumento imediato de 20%, submetendo-se as partes ao que fosse deliberado pela Justiça do Trabalho nos dissídios instaurados *“ex officio”*. A proposta foi considerada razoável, mas os trabalhadores exigiram um compromisso por escrito dos industriais. O patronato enviou, então, uma proposta de 15% de aumento, que foi repelida, e o julgamento dos dissídios foi marcado para o dia 24 de outubro.

²² “O Metalúrgico”, nº 167, novembro/dezembro de 1957. Citado por Carmen Evangelho.

No dia do julgamento, os trabalhadores saíram em passeata pela cidade até o Tribunal Regional do Trabalho, na Praça Roosevelt. Ali, aguardaram a decisão judicial que concedeu 25% de aumento sobre os salários de 1º de outubro de 1956, com vigência de um ano a contar do julgamento, sem limite de teto.

A greve durou dez dias e mobilizou 400 mil trabalhadores. Apesar dos resultados obtidos, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) e divulgou o manifesto “Da indústria paulista à opinião pública: sua posição em face dos últimos dissídios coletivos”, onde justificava sua atitude de não pagar o reajuste decidido pela Justiça, alegando falta de recursos financeiros.

O caso tramitou até 13 de janeiro de 1958, quando o TST, em resposta ao recurso da FIESP, reduziu o aumento de 25% para 18% e estabeleceu um teto máximo de Cr\$ 1.500,00 para o reajuste salarial.

Diante da manifestação de desagrado pelo resultado, feita pelas lideranças sindicais, o presidente do TST, ministro Delfim Moreira, afirmou que “mandaria prender”, caso houvesse alguma manifestação, “Aqui estamos no Rio de Janeiro. Aqui não é São Paulo (...) e um eventual movimento grevista seria uma verdadeira subversão”²³, numa clara alusão aos governos municipais e estaduais de São Paulo.

Segundo dados levantados pelo sindicato, 90% das indústrias metalúrgicas já estavam pagando os 25% e se propuseram a manter o percentual independentemente do TST. O resultado conquistado variou de empresa para empresa, e durante todo o ano de 1958 foram feitas reivindicações salariais nas fábricas metalúrgicas de São Paulo.

Entre os dias 9 e 14 de setembro de 1957, em plena campanha salarial, os metalúrgicos realizaram eleições sindicais, dando vitória à Chapa 1, encabeçada por Remo Forli.

²³ “O Metalúrgico”, nº 169, fevereiro de 1958. Citado por Carmen Evangelho.

Pouco depois da Greve dos 400 mil, nos dias 14 a 17 de novembro de 1957, cerca de 139 delegados, representando quatro federações e 54 sindicatos de metalúrgicos de todo o país, realizaram em Porto Alegre o “1º Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Brasil”.

No encontro discutiram-se temas como liberdade e autonomia sindical; melhoria das condições de vida e trabalho; aplicação e ampliação da Previdência e Seguros Sociais; defesa das liberdades democráticas e da soberania nacional; legislação sindical e Justiça do Trabalho; defesa da Indústria Nacional e do Ensino Técnico Profissional; organização (regional, nacional e internacional) dos Metalúrgicos; convênios e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Era um exemplo de como a categoria, àquela altura, atingia força e importância e alcançava um grau de politização, decorrente principalmente de três fatores: do advento da CLT, de 1943; da Greve Geral, de 1953; e da influência e inserção do Partido Comunista no movimento sindical.

50 anos em 5

O Plano de Metas de Juscelino deu um novo impulso ao desenvolvimento.

Divididas entre os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação, ao conjunto de 30 metas foi adicionado, na última hora, mais um item: a construção da nova capital federal no Centro-Oeste, coração do país, até então um lugar quase inexplorado.

Com a inauguração de Brasília em 21 de abril de 1960, JK deixaria mais do que um legado desenvolvimentista, deixaria uma imagem impressa na história. Imagem que, a despeito de qualquer controvérsia que tenha marcado a empreitada em tempo recorde,

projetava um novo Brasil com os traços modernistas de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Mesmo depois de mais de 60 anos de sua construção, a arquitetura dos edifícios do poder federal em Brasília nunca deixou de ser inovadora e moderna.

Após o processo de industrialização idealizado e posto em prática por Getúlio Vargas, a implementação das 31 metas de Juscelino abriu uma nova fase de desenvolvimento que modificou radicalmente a economia nacional.

Mas, diferente da Era Vargas, o capital privado nacional e internacional deu o novo tom das mudanças, e isso viria a cobrar um preço lá na frente.

Os principais resultados dessa política foram a implantação da indústria automobilística e um conjunto de indústrias produtoras de bens de consumo leves e bens de capital sob encomenda.

Logo em junho de 1956, Juscelino criou, por decreto, o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Geia), ligado à Presidência da República, para regular a diretrizes básicas relativas à indústria automobilística brasileira. O Geia facilitou a entrada de diversas fábricas do setor automobilístico no Brasil, como Volkswagen, Ford, Fábrica Nacional de Motores (FNM), General Motors, International Harvester, Carrozzeria Ghia, Mercedes-Benz, Scania, Simca, Toyota, Vemag e Willys-Overland do Brasil, principalmente na região da capital paulista e Grande São Paulo.

As fábricas geraram uma cadeia de produção em seu entorno, abrangendo desde a fabricação de placas de aço, autopeças, vidros, plásticos, até o emprego de diversos serviços, como assistência técnica e revendedores.

O setor de metalurgia cresceu muito no período, com fábricas que empregavam uma grande quantidade de operários.

Custo de vida no governo JK

A abertura do mercado para o capital internacional e a importação de máquinas geraram protestos. Em março de 1958, trabalhadores defenderam, na Primeira Conferência Sindical Nacional, realizada no Rio de Janeiro (ainda capital do país), melhorias salariais, a luta contra a carestia assim como a soberania nacional, as riquezas naturais e a indústria brasileira.

Os metalúrgicos de São Paulo lançaram uma campanha de “mobilização unitária para impedir a política lesiva à indústria”, trazendo à tona inúmeras denúncias de irregularidades no gerenciamento do setor público em benefício de interesses privados.

JK esforçava-se para contornar a crise sem abrir mão de seu plano de desenvolvimento. Em discurso²⁴ de janeiro de 1959, difundido pela Agência Nacional para o país, disse que: “Ao dar cumprimento ao seu programa de metas, teve o governo sempre presente a necessidade de um esforço coordenado e enérgico no sentido de evitar que o processo do nosso desenvolvimento econômico acarretasse um agravamento do processo inflacionário que se vinha verificando de longa data”.

A expectativa do presidente era de que, aquecida pelo desenvolvimentismo, a situação econômica encontrasse estabilidade: “Estamos agora numa fase de transição, e dentro em breve se farão sentir os resultados favoráveis das medidas incorporadas no Plano de Estabilização Monetária. Destarte, serão evitadas as oscilações bruscas de cotações cambiais e amortecidas as pressões inflacionárias provenientes do setor privado da economia”.

Por fim, JK reitera a concepção que guiou o seu governo, a de que um grande salto de desenvolvimento viria a incluir os mais pobres: “Insisto em que não há incompatibilidade entre uma linha

²⁴ Memórias do Brasil – 1959. *Discursos de Juscelino Kubitschek*. Livraria do Senado.

de austeridade, de rigor e, mesmo, de compressão, e o desenvolvimento nacional, que, no caso específico do Brasil, não é simples, embora justa, pretensão de engrandecimento, mas condição de sobrevivência. Para sobrevivermos, somos obrigados a expandir a nossa produção. Não perco de vista jamais que temos de alimentar, vestir e abrigar todos os anos quase dois milhões de novos brasileiros, consumidores forçados. Uma vez que se integraram na classe de consumidores, que passaram a comprar o indispensável, são seres felizmente egressos do país da miséria. Esta recuperação é devida em parte ao surto industrial”.

Os desafios, entretanto, eram enormes. O custo de vida aumentava, os preços subiam. A inflação foi crescente, assim como a dívida externa.

Segundo o economista Fausto Saretta²⁵: “As tentativas de estabilização, no mais das vezes, não lograram os efeitos perseguidos. O aprofundamento do processo de industrialização via substituição de importações manteve-se no período e, mais do que isso, avançou para, no fim da década de 1950 e começo da de 1960, dotar a economia brasileira de um setor industrial que não seria mais decorrência apenas do processo substitutivo, mas constituído de uma lógica própria, engendrada pela interação entre a indústria de bens de produção e de bens de consumo. Repita-se que não se pode considerar haver, ao longo destes anos, um ‘trade-off’ entre crescimento e estabilidade, embora em alguns momentos se aceitasse alguma inflação como funcional para a própria expansão econômica. Por certo, aceitou-se alguma inflação para não viabilizar, ou pelo menos estimular o crescimento. Aceite este feito algumas vezes declaradamente, outras nem tanto”.

O aumento dos preços e a resistência de parte do patronato em atender às reivindicações salariais acentuavam o descontentamento.

²⁵ Em “Uma análise do Programa de Estabilização Monetária de 1958”, publicado em Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (visto em 12/06/2023).

mento no meio operário. Nos meses de janeiro e fevereiro de 1959, o aumento dos alimentos foi de 14%, o que aumentou a reação contra a carestia.

A reivindicação dos metalúrgicos de São Paulo no início de 1959 era de 30% sobre os salários de dezembro de 1958. Ao longo do ano, a luta foi realizada por meio de campanhas contra a carestia e a elevação das contribuições aos Institutos de Previdência para 9,5%; campanhas nas fábricas para exigir da FIESP uma revisão do acordo coletivo; e do debate sobre questões nacionais que influíam no custo de vida, como o regulamento do direito de greve; defesa da indústria nacional; remessa de lucros para o exterior; papel das empresas estatais (Petrobrás, Eletrobrás e Companhia Siderúrgica Nacional [CSN]) na produção de riquezas; regulamentação da Lei Orgânica da Previdência Social; apoio ao presidente Juscelino pelo rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (junho de 1959), que exigia a adoção de medidas restritivas para conter o processo inflacionário²⁶.

Crescimento e inflação no fim do governo JK

Dados do Dieese mostram que o custo de vida de 1º de janeiro de 1959 a 30 de abril de 1960 aumentou 52,2%. A inflação também crescia, ao passo que a facilitação da entrada de produtos importados pressionava a indústria e os empregos no país. Por outro lado, a modernização implementada pelo governo JK criou um clima de esperança na população.

O jornalista José Hamilton Ribeiro, em matéria publicada na *Folha de S.Paulo*²⁷, lembrou do otimismo que marcou as eleições de 1960.

²⁶ EVANGELHO, Carmen. “A Organização Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo”, Tese de doutoramento, FFLCH/USP, 1992.

²⁷ RIBEIRO, José Hamilton. “Otimismo dos anos dourados marcou eleição presidencial de 1960”, matéria publicada em *Folha de S.Paulo*, 25/08/2018, (visto em 03/07/2023).

Segundo ele: “O Brasil vivia o que se chamou depois de ‘os anos dourados’, fruto do otimismo de Juscelino Kubitschek. O povo não levava sustos na política, com um governo sereno e popular. O país crescia mais de 7% ao ano, havia estabilidade democrática e a liberdade como que se respirava no ar. Em sua campanha de 1955, JK prometera, com seu ‘Programa de Metas’ (todas cumpridas, dizia ele em 1960, a começar pelo que parecera uma miragem, a construção de uma nova capital no sertão), que o país avançaria 50 anos e em cinco”.



Primeira Diretoria, 1932

.Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo



Antiga sede na Rua do Carmo

Foto: Arquivo Nacional



Presidente Getúlio Vargas no Dia do Trabalho de 1952. Estádio de São Januário, Rio de Janeiro

Capítulo 2

Naquele contexto, Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), atraía eleitores vendendo uma imagem pretensamente simplória e contra a política tradicional. Ele criticava os gastos do governo de Juscelino e a internacionalização da economia. Quando eleito presidente, em 1960, as medidas que Quadros tomou diante da política ostensiva de JK tornaram a situação ainda mais confusa, além de não serem guiadas por um projeto de desenvolvimento como seu antecessor.

Apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), ele impôs um regime de austeridade sob o pretexto de controlar a inflação. Desvalorizou a moeda nacional com relação ao dólar para dificultar as importações, o que levou a um grande aumento do preço de combustíveis, passagens de ônibus e pão. Com seu estilo excêntrico, Jânio realizou um governo breve e controverso, instituindo regras moralistas tanto na política quanto na sociedade.

Jânio ganhou a eleição, mas levou o vice da chapa opositora, de Teixeira Lott. João Goulart, que também foi vice de Juscelino, permaneceu em sua posição, já que naquela época a disputa para presidente e vice era realizada em eleições separadas.

O temor das classes dominantes e de parte expressiva do Exército com relação a Jango levou Jânio Quadros a considerar que, se renunciasse, aqueles que temiam um governo progressista encabeçado por Goulart dariam, enfim, o golpe que vinham tentando desde 1954, desta vez em benefício de Quadros. Foi esse o raciocínio, como comprovam documentos históricos²⁸, que fez com

²⁸ WESTIN, Ricardo. “Em 1961, Congresso aceitou renúncia e abortou golpe de Jânio Quadros”, artigo publicado no site do Senado em 6/8/2021. (Visto em 04/07/2023).

que, em 25 de agosto de 1961, enquanto seu vice estava em missão diplomática na China, Jânio renunciasse à Presidência poucos meses depois de sua posse.

Eleições sindicais – 1961

Na mesma época, realizava-se no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo a eleição que manteve a chapa liderada por Remo Forli na diretoria, vencendo a oposição encabeçada pelo dissidente Hermeto Dantas, de perfil conservador. Na Federação dos Metalúrgicos, Domingos Alvares foi reeleito, mantendo uma relação conflituosa com o sindicato. A tensão entre o sindicato e a federação, que naquela época era dirigida por um grupo conservador, reproduzia os conflitos instalados na política nacional.

A polarização, que permeava todas as relações e determinou os rumos do sindicato, refletia o contexto internacional da Guerra Fria entre Estados Unidos da América e União Soviética. Na América Latina, o despropositado medo do comunismo foi reforçado pela revolução cubana, em 1º de janeiro de 1959.

Na eleição para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), a vitória da chapa encabeçada por Clodesmidt Riani, do Sindicato dos Hidroelétricos de Juiz de Fora (MG), fortaleceu os setores progressistas do sindicalismo. A proximidade de Riani com Jango contribuiu para que as entidades intersindicais daquele momento apoiassem o presidente na derrocada política que se aproximava.

Quando Jânio renunciou, embora a Constituição Federal estabelecesse que o vice deveria ser o substituto, os ministros militares Odílio Denys (Exército), Gabriel Grün Moss (Aeronáutica) e Sílvio Heck (Marinha) tentaram manipular a sucessão e aproveitaram que João Goulart estava na China para empossar o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

Aquele ensaio para o golpe foi, entretanto, frustrado pela Campanha da Legalidade, em defesa da posse de João Goulart. A campanha foi protagonizada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com apoio do general Machado Lopes, comandante do III Exército; dos governadores Mauro Borges, de Goiás; e Nei Braga, do Paraná; do movimento sindical e de amplos setores da sociedade.

A solução encontrada pela Câmara dos Deputados foi lançar mão de uma emenda constitucional instituindo o parlamentarismo e transferindo boa parte do Poder Executivo ao primeiro-ministro Tancredo Neves, do Partido Social Democrático (PSD).

Jango assumiu a Presidência em setembro de 1961, em um contexto turbulento. Mas a situação ainda não estava resolvida. A solução do parlamentarismo causou revolta no movimento social e em setores mais progressistas e legalistas. Com isso, em 5 de julho de 1962, os trabalhadores brasileiros realizaram uma greve geral que tomou proporção nacional e ficou conhecida como Greve Geral da Crise do Gabinete.

O sindicato participou dessa greve e, em nota no jornal *O Metalúrgico*, defendeu a adoção de reformas de base e ações enérgicas para “enfrentar redutos reacionários”.

No contexto da greve, os trabalhadores ampliaram a pauta de reivindicações, reforçando também a luta pelo fim da carestia e para que o presidente sancionasse a Lei do 13º Salário.

O abono de Natal

A volta do presidencialismo ficaria para mais adiante, mas a luta pelo 13º salário, depois de décadas entre as principais bandeiras dos trabalhadores, prosperou a partir daquela greve.

Já em 1959, o deputado Aarão Steinbruch (PTB-RJ) havia proposto a criação do benefício natalino. E anos antes a gratificação já esteve nas listas de reivindicações dos sindicatos.

Ao lado de trabalhadores de diversas categorias, como os têxteis, os metalúrgicos de São Paulo participaram do movimento pelo abono. Para Affonso Delellis²⁹, diretor do sindicato na época, estava claro que a gratificação jamais seria fruto das negociações com os patrões, que alegavam falta de recurso financeiro. Tampouco seria uma decisão da Justiça do Trabalho.

E, de fato, o processo pela aprovação da Lei 4.090 foi intenso e violento. A conquista só seria possível com a realização de uma greve nacional, que aconteceu no dia 13 de dezembro de 1961, poucos dias antes do Natal. Em um primeiro momento, o movimento não apresentou resultados positivos. Segundo Larissa Correa, “Os grevistas sofreram com as prisões em massa. Cerca de seis mil pessoas foram detidas”³⁰.

O projeto de Steinbruch só foi aprovado em 27 de junho de 1962 e sancionado pelo presidente João Goulart em 13 de julho, resultando na Lei 4.090, após uma negociação direta entre os trabalhadores e o presidente, intermediada pela CNTI de Riani.

Guarulhos e Osasco

A inauguração das subsedes de Guarulhos, Lapa, Osasco, Ipiranga e a pedra inaugural de Santo Amaro, bem como a criação da Cooperativa de Crédito dos Metalúrgicos, marcou o aumento do patrimônio do sindicato em 1962.

Entretanto, em maio do ano seguinte, a base de Guarulhos se desligou do Sindicato de São Paulo, seguida pela base de Osasco em junho, constituindo cada uma seu próprio sindicato.

Este foi também um sinal do nível de industrialização dos anos de 1950 e 1960.

²⁹ Em depoimento ao Centro de Memória Sindical, 1979.

³⁰ Abono de Natal: Gorjeta, prêmio ou direito? Trabalhadores têxteis e a Justiça do Trabalho, artigo publicado em 2007, em Esboços, histórias em contextos globais.

Na década de 1950, indústrias dos setores elétrico, metalúrgico, plástico, autopeças, entre outros, chegaram a Guarulhos, o que favoreceu seu crescimento, impulsionado pela inauguração das rodovias Presidente Dutra e Fernão Dias.

A cidade de Osasco, que era um bairro paulistano, se emancipou em 1962, tornando-se parte da região metropolitana.

O crescimento de ambos os municípios demandou, dessa forma, a organização local de trabalhadores, embora a data-base os unisse em grande parte das lutas ao sindicato da capital.

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)

Em agosto de 1962, o 4º Encontro Sindical Nacional dos Trabalhadores entrou para a história como o evento que resultou na criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

O encontro ocorreu com a participação de 3.500 delegados, representando 586 sindicatos, associações e federações.

Sem reconhecimento do Ministério do Trabalho, o CGT foi constituído pelas lideranças de três das cinco confederações nacionais de trabalhadores: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA), além de federações, sindicatos e organizações intersindicais que cresceram depois da greve de 1953, como o Pacto de Unidade e Ação (PUA).

Formado majoritariamente por comunistas e trabalhistas, o primeiro presidente foi Dante Pelacani, e o vice, Clodesmidt Riani, presidente da CNTI. Osvaldo Pacheco da Silva, presidente do PUA, foi o primeiro secretário-geral; e Rafael Martinelli, líder ferroviário, tesoureiro. Aluísio Palhano, Demistóclides Batista, Paulo de Melo Bastos e os líderes da Comissão Permanente de Organiza-

ções Sindicais (CPOS), Benedito Cerqueira, Hércules Correia dos Reis e Roberto Morena também foram dirigentes.

Os líderes do CGT eram próximos do presidente Jango, o que reforçava o clima de animosidade entre setores de direita, que apelidaram o CGT de “quarto poder”.

Isso estava longe de ser verdade. O projeto político de Jango consistia em incentivar o crescimento de pequenos capitalistas, gerando um ambiente liberal de competitividade. E a relação do movimento sindical com o presidente, baseada em diálogos e negociações, nem sempre era harmoniosa.

No fim de 1962, por exemplo, o CGT se opôs às medidas de austeridade previstas no Plano Trienal, criado por San Tiago Dantas e Celso Furtado, e manteve a agenda de lutas por melhores salários. Como resposta, Jango nomeou o advogado Almino Afonso, que tinha boa interlocução com o movimento sindical, para o Ministério do Trabalho. Em um primeiro momento, a atitude de Goulart pareceu surtir efeito, com Almino buscando contornar o movimento grevista. Mas quando os efeitos da austeridade começaram a afetar os trabalhadores, o próprio ministro manifestou-se contra o Plano Trienal.

O fracasso do plano gerou uma crise no governo, que passou a lançar mão de decretos-lei, criando um desgaste ainda maior com a elite brasileira.

Para acalmar os ânimos, o presidente afastou Almino Afonso do ministério e chegou a criar a União Sindical dos Trabalhadores (UST), uma nova entidade trabalhista que supostamente enfraqueceria o CGT, como queria o ministro da Guerra, general Amauri Kruehl.

Apesar do forte apoio oficial, a UST não conseguiu reunir representatividade junto aos trabalhadores, e acabou não se consolidando, sobretudo após o abandono do Plano Trienal. O CGT, por outro lado, seguia forte.

Presidencialismo e a vitória do “não”

As medidas de Jango para enfraquecer o CGT não representaram um rompimento. Em janeiro de 1963, para obter apoio daquela central sindical para o plebiscito que decidiria entre a manutenção do parlamentarismo ou a volta do presidencialismo, Goulart propôs a revisão do salário mínimo e a redução dos preços dos gêneros de primeira necessidade. A negociação garantiu o aumento de 75% do salário mínimo (embora os sindicalistas pedissem 100%) e assegurou o apoio dos trabalhadores à volta ao presidencialismo.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo não só ratificou a palavra de ordem do CGT, como criou a Comissão de Trabalhadores Metalúrgicos pró-divulgação e esclarecimento das reformas de base.

Com isso, o início de 1963 foi marcado pela vitória do “não” no plebiscito de 6 de janeiro, que restaurou o regime presidencialista no país. No plebiscito, a esmagadora maioria (83% dos votos válidos) disse não ao parlamentarismo.

Progressistas e conservadores

Se, por um lado, as forças progressistas cresciam e se articulavam, por outro, os conservadores disseminavam na sociedade o discurso de divisão calcado em uma falsa ideia de comunismo.

Movimentos sociais avançavam. Como o das mulheres trabalhadoras que realizaram, nos dias 27 e 28 de abril de 1963, a Primeira Conferência Nacional da Mulher Trabalhadora no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Naquele encontro, 415 delegadas do Ceará, Guanabara, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo discutiram: aplicação efetiva da legislação de defesa da mulher; jornada de seis horas; aposentadoria especial; salário-família; o papel da mulher tra-

lhadora na sociedade e nas lutas sindicais e a organização da mulher nos órgãos sindicais. Uma pauta que na época rivalizava com um implacável avanço conservador que assolaria o Brasil por anos.

Em maio de 1963, três chapas se inscreveram para as eleições na Rua do Carmo: a Chapa 1, encabeçada por Affonso Delellis, que era a Chapa da situação; a Chapa 2, encabeçada por Hermeto Mendes Dantas, que era conservadora e apoiada pela Federação; e a Chapa 3, encabeçada por Fortunato Martinelli. Mesmo sob acusação de ser composta por comunistas e de utilizar o sindicato para interesses políticos, a Chapa 1 ganhou com grande maioria. Mas, a tensão política afastou Delellis do sindicato, como veremos adiante.

Greve dos 700 mil

Em outubro de 1963, trabalhadores metalúrgicos, têxteis, mestres e contramestres da indústria têxtil, químicos, gráficos, marceneiros e operários da indústria de laticínios iniciaram a campanha anual pelo dissídio coletivo.

Além do reajuste salarial de 100%, eles pleiteavam introduzir o Pacto de Ação Conjunta (PAC), como órgão de cúpula do Comando Geral dos Trabalhadores, e a CNTI como representante legal, inclusive na Justiça do Trabalho. Isso inauguraría uma nova forma de negociação coletiva, facilitaria a unificação das campanhas anuais e fortaleceria o movimento sindical.

Mas a oposição promovida pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) deixou o movimento com poucas esperanças. E isso levou os trabalhadores, em assembleia realizada no dia 28 de outubro, a decidirem pela decretação de uma greve geral.

Assim, no dia 29 de outubro, 700 mil trabalhadores das principais categorias do Estado de São Paulo paralisaram, sendo cerca de 90% dos metalúrgicos e 60% dos têxteis. Houve intensa repres-

são policial e a prisão de quase 2.500 trabalhadores, só na cidade de São Paulo.

Entre os líderes do movimento, destacaram-se Luiz Tenório de Lima, Luiz Firmino de Lima, Francisco Floriano Dezen, Antônio Chamorro, José Molinídio e, pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Eugênio Chemp³¹, José de Araújo Plácido e Affonso Delellis, que assumiu naquele momento a presidência da Comissão de Greve.

Após a pressão dos trabalhadores, a CNTI obteve reconhecimento da assessoria jurídica; e a Justiça do Trabalho, representada por Luiz Roberto Rezende Puech, foi favorável à unificação das datas-bases. A greve também foi declarada legal por parte do ministro do Trabalho e do presidente da República, João Goulart³². Além disso, em assembleia realizada em 2 de novembro, os metalúrgicos aceitaram os 80% de reajuste sobre os salários de novembro de 1962 e a antecipação de 25% a ser paga no sétimo mês de vigência do acordo, que se estendia até 3 de novembro de 1964. No dia seguinte, uma assembleia do PAC decidiu encerrar a greve e retornar ao trabalho com um saldo vitorioso para os trabalhadores.

Para Affonso Delellis, aquela greve fazia parte de um movimento que buscava romper com a estrutura sindical.

Aproveitando o ensejo, o CGT reeditou sua campanha pelas reformas de base. A entidade também estava empenhada na realização de um congresso nacional de trabalhadores, no qual formalizaria um pedido oficial de legalização da central.

³¹ Chemp nasceu na Rússia e chegou ao Brasil com três anos de idade. Interessante destacar que, antes de entrar para a vida sindical, foi jogador de futebol, sendo um centroavante destacado no São Paulo e Botafogo. Sua vida é contada na matéria “*A saga esquecida de Eugênio Chemp, o artilheiro russo marcado pela ditadura no Brasil*”, de Brenno Costa, publicada por Globo Esporte Recife.

³² CORRÊA, Larissa Rosa. “*A greve dos 700 mil: negociações e conflitos na Justiça do Trabalho – São Paulo, 1963*”. Artigo, História Social, 2008.

Rebelião dos Sargentos

No sindicato, a diretoria eleita tomou posse no dia 18 de outubro de 1963. Um mês antes, em 12 de setembro, sargentos e suboficiais se rebelaram contra o dispositivo constitucional que os impedia de concorrerem a postos eletivos. A rebelião foi mais um momento de tensão que antecedeu o golpe militar.

O CGT posicionou-se a favor dos rebelados e alertou todas as entidades sindicais a permanecerem em estado de alerta. Quando estourou o movimento, Affonso Delellis (presidente do sindicato) e José Araújo Plácido (secretário-geral) foram presos por ordem do comandante do II Exército. Ao serem libertados, foram detidos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) paulista por ordem do governador Ademar de Barros.

Foram organizadas assembleias, passeatas e paralisações parciais em solidariedade aos dois sindicalistas presos. João Roja e Eugênio Chemp assumiram, provisoriamente, a presidência e a secretaria-geral do sindicato.

Delellis acusou a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, cujo candidato havia perdido nas eleições sindicais, de pressionar o II Exército para apressar o andamento do inquérito para impedir a vitória da chapa que se opunha à vitória da situação nas eleições da Federação dos Metalúrgicos. Com isso, Argeu Egídio dos Santos, Domingos Alvares e Lazaro Augusto da Cruz derrotaram a chapa de Vitelbino Ferreira de Souza e Affonso Delellis, na Federação dos Metalúrgicos de São Paulo. Era um forte sinal dos tempos.

Ao serem libertados, em janeiro de 1964, os dois dirigentes não reassumiram a direção do sindicato e passaram para a ação clandestina. Delellis afirmou que o golpe militar começou no sindicato, com a prisão dele e do secretário-geral eleito para o sindicato³³.

³³ Depoimento Centro de Memória Sindical, 1979.

O clima na política nacional era cada vez mais tenso. Desde o fim de 1963, uma forte campanha anticomunista se espalhava pelo país, tornando os movimentos sociais cada vez menos aceitos pela elite.

A esquerda também estava dividida, e para tentar reaproximá-la, Goulart pediu a San Tiago Dantas, em fevereiro de 1964, um programa mínimo de reformas de base. O comício da Central do Brasil fez parte desse esforço de unir forças protagonizado pelo presidente.

O golpe militar

Aos primeiros rumores de um possível golpe para depor o presidente, o CGT se mobilizou para defender as liberdades democráticas, ameaçando iniciar uma greve geral e se empenhando na organização do grande comício popular que ocorreria na Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

No sindicato, o jornal *O Metalúrgico* alertava a categoria sobre o agravamento da situação, com consequências imprevisíveis para os trabalhadores. José Araújo Plácido, o vice-presidente, encabeçou o abaixo-assinado, entregue pela caravana de trabalhadores paulistas pró-reformas ao presidente da República, solicitando medidas concretas e imediatas contra a carestia, pelas reformas de base e pelo salário-família.

Em 13 de março de 1964, o presidente Goulart, no famoso Comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, anunciou, enfim, seu plano de colocar em prática as reformas. Aquele comício, que reuniu cerca de 300 mil pessoas, foi um dos atos mais marcantes do processo que se desdobrou no golpe. Nele, as forças de resistência se uniram em torno de Jango, clamando por mudanças que viabilizassem o desenvolvimento do país.

O programa das reformas de base envolvia as reformas agrária, bancária, tributária, fiscal e administrativa e previa desapro-

priações de terras à margem de rodovias federais e ferrovias; a estatização de refinarias de petróleo; uma reforma educacional contra o analfabetismo; o controle da remessa de lucros de multinacionais para o exterior; imposto de renda proporcional; direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos e a elegibilidade para todos os eleitores.

A reação da direita, que queria o liberalismo econômico em vez de um Estado forte, foi imediata. Houve manifestações oposicionistas em São Paulo e Belo Horizonte, e a UDN e partidos da direita pediram o *impeachment* de Goulart. As reações se intensificaram com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade sob a bandeira do anticomunismo e da defesa da propriedade a partir de 19 de março.

Na véspera do golpe, em 30 de março, Goulart estava na cerimônia de posse da Associação dos Sargentos na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, onde voltou a defender as reformas de base. Enquanto isso, nos Estados Unidos, a Casa Branca recebia um telegrama do consulado americano em São Paulo que informava: “Duas fontes ativas do movimento contra Goulart dizem que o golpe contra o governo do Brasil deverá vir nas próximas 48 horas”.

Documentos comprovam que os Estados Unidos já haviam preparado o envio de esquadrilha de aviões, navios para transporte de helicópteros, armamentos e todo arsenal bélico em uma operação chamada Brother Sam.

A preparação do golpe, porém, foi atravessada pelo voluntarismo do general Olímpio Mourão Filho, comandante do IV Exército, que partiu com suas tropas de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro na madrugada de 31 de março de 1964.

Foi uma atitude intempestiva que levou a união das tropas a uma grande conspiração, na qual o Congresso Nacional teve participação decisiva. Auro Soares de Moura Andrade, presiden-

te do Senado, declarou vaga a Presidência do Brasil, empossando o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, como presidente provisório. Consumava-se o ato que setores da direita e das Forças Armadas tramavam desde os eventos que levaram ao suicídio de Getúlio Vargas.

Naquele dia 31, todo o dispositivo de greve geral estava montado pelo CGT. No entanto, na madrugada de 1º de abril de 1964, cerca de 20 líderes da entidade foram presos. Algumas prisões ocorreram no momento em que, reunidos na sede do Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro, líderes do CGT discutiam sobre a estratégia a ser adotada diante do movimento.



Concentração para o Comício das Reformas no Rio de Janeiro em março de 1964



Passeata durante a greve dos 700 mil em 1963



Greve de metalúrgicos de São Paulo e trabalhadores têxteis pelo abono salarial, dezembro de 1961



Foto: Museu Dimitri Sensaud de Lavaud



Affonso Dellelis

Remo Forli e Conrado Del Papa na
inauguração da subsede de Osasco,
1962

Arquivo Nacional/Fundo Correio da Manhã



Antecedentes da instalação do golpe militar no Brasil em 1964

Capítulo 3

Entre 2 e 15 de abril, o governo provisório presidido por Raineri Mazzilli promoveu um vendaval que abalou toda a política social que João Goulart buscava implementar. No dia 9 de abril de 1964, o Ato Institucional Número Um, ou AI-1, instituiu o poder de suspensão de direitos políticos de forma arbitrária. Logo no dia seguinte, 10 de abril, o governo divulgou sua primeira lista de cassações, que atingia políticos, jornalistas, intelectuais, estudantes e sindicalistas.

O CGT foi desarticulado, e os sindicatos foram invadidos e colocados sob intervenção. Talvez seja desnecessário dizer que o 4º Congresso Sindical dos Trabalhadores, que se realizaria em julho de 1964 e regularizaria o CGT como uma central sindical, nunca ocorreu. De maneira geral, as ações políticas nos sindicatos foram vedadas. Um dos dispositivos da repressão, a Lei 4.330, de 1º de junho de 1964, proibia greves por razões consideradas ideológicas.

A sede do sindicato, na Rua do Carmo, foi cercada logo na manhã do dia 31 de março antes mesmo da consolidação do golpe. Atas, fichas e toda a documentação da entidade foi revirada pela polícia. Isso marcou um novo momento na história do sindicato. Delellis e Plácido, que estavam no Rio de Janeiro, retornaram a São Paulo após o golpe, mas atuando na clandestinidade. A diretoria eleita em 1963 foi dissolvida.

No dia 15 de abril, assumia a Presidência da República o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, o primeiro de uma sequência de presidentes militares durante 21 anos de ditadura.

Um interventor no sindicato

Em 6 de abril de 1964, por indicação do presidente da Federação, Argeu Egídio, apoiador do golpe, assumiu como interventor no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo Carlos Ferreira dos Santos, que era assessor na federação. Após assumir, ele fez uma declaração à imprensa acusando o sindicato de promover atividades subversivas e incompatíveis com sua função constitucional. Entre elas estava a acusação de filiar a entidade a organismos internacionais e promover um curso de russo.

Mas sua passagem pelo sindicato durou apenas três meses. Para assumir seu lugar, a DRT nomeou uma junta intervencora em 23 de julho de 1964, já sob o governo militar de Castello Branco³⁴. Compunham essa junta o assessor da delegacia, Breno de Oliveira Machado, e os metalúrgicos Orlando Malvezi e João Vicente.

A primeira campanha salarial realizada naquele contexto, em outubro, pediu 100% de reajuste sobre o salário de novembro de 1963. A FIESP ofereceu 72%, o que foi recusado pelos trabalhadores. O impasse chegou ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que estipulou o valor de 83% para São Paulo, Osasco e Guarulhos.

As eleições sindicais previstas para três meses após as intervenções não ocorreram, gerando um clima de tensão até mesmo entre os sindicalistas que apoiaram o golpe. Só depois de muita pressão foi assinada, em 21 de janeiro de 1965, a portaria que regulamentou as eleições sindicais. Com os quadros mais expressivos na clandestinidade, vários sindicatos buscaram encontrar um meio-termo entre o cerceamento da ditadura e uma representação legítima dos trabalhadores.

Havia o temor de que um militar fosse colocado como interventor, como aconteceu em outros sindicatos. Desta forma, os re-

³⁴ Que assumiu a Presidência em 15 de abril de 1964.

manescentes da antiga diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo optaram por indicar uma pessoa de confiança da federação para as eleições que formariam a direção do ano seguinte. A solução encontrada por diversos sindicalistas, e que acabou empacando, foi compor com o “grupo do Joaquim”.

Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão

O metalúrgico Joaquim dos Santos Andrade, ou Joaquinzão, chegou a ser interventor no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos. Em São Paulo, ele chegou à presidência eleito no pleito realizado em 6 de agosto de 1965³⁵, por meio de uma chapa única articulada para driblar a ditadura.

Em entrevista³⁶ ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, em 1987, ele explicou sua eleição como presidente do sindicato: “Fui eleito presidente do sindicato porque havia uma junta governativa. Fui interventor do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, em um período de quatro meses, depois do golpe militar. Existia uma opção: ou aceitáramos militares, como foi feito em inúmeros sindicatos, como no próprio Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em que era um inspetor um sujeito que não tinha nada a ver com trabalhadores; ou então os trabalhadores iam assumir a responsabilidade de conduzir o seu sindicato até que nova eleição fosse realizada. E foi o que aconteceu em São Paulo, e fomos eleitos em 1965”.

Filho de trabalhadores portugueses, que tiveram que migrar para o Brasil “por razões políticas”³⁷, ele nasceu no bairro da Penha, Zona Leste de São Paulo, em 1926. Começou a trabalhar aos

³⁵ E tomou posse no dia 31/8.

³⁶ Transcrição da entrevista com Joaquim dos Santos Andrade no *Roda Viva*, publicado em 14 de setembro de 2017, em Centro de Memória Sindical. (Visto em 01/09/2023).

³⁷ Conforme disse o próprio Joaquim em depoimento ao Centro de Memória Sindical, em 6 de maio de 1991.

16 anos em uma fábrica de tecido e aos 17 ingressou na Metalúrgica Matarazzo.

Joaquim participou da greve de 1953, ao lado de companheiros como Plácido e Remo Forli. Em suas palavras³⁸: “Conheci [o Remo Forli] quando ele foi eleito. Ele era temperador, trabalhava num forno de têmpera de material e eu me relacionava muito com ele devido à têmpera das ferramentas, que eu era encarregado de afiar. A partir do momento que ele veio para o sindicato, nós aumentamos a vontade de vir, porque ele foi sempre um excelente companheiro, muito cordato, delicado e solidário. Era um companheiro que enfrentava com muito senso de responsabilidade as lutas dentro da fábrica”.

Joaquinzão se filiou ao sindicato em 1957. Disputou a direção contra o próprio Forli em 1961 e contra Delellis em 1963.

Em 1967, ele encabeçaria novamente a Chapa 1, prometendo construir colônia de férias, um hospital para a categoria, bolsas de estudos, cursos de capacitação, além da luta contra a retirada de direitos promovida pela ditadura.

Contra ele concorreram a Chapa 2, de Waldemar Rossi, militante católico, que enveredou por um esquerdismo radical e crítico à estrutura sindical; e a Chapa 3, que era a chapa amarela, da ditadura, liderada por Santo Rizzo.

Na presidência do sindicato, ele permaneceria por 21 anos, até pouco depois do fim da ditadura militar.

Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA)

Em âmbito nacional, a ditadura consolidava seu projeto reacionário. A perda de direitos sociais e trabalhistas foi constante durante o regime. No dia 13 de julho de 1965, o governo promul-

³⁸ *Idem.*

gou a nova lei salarial, a Lei 4.725, que atingia diretamente o bolso dos trabalhadores. Somada à Lei Antigreve, a nova lei, apelidada oportunamente de Lei do Arrocho, criou dificuldades para os sindicatos, sobretudo nas campanhas salariais.

Defasados em relação à inflação e ao custo de vida, os baixos reajustes deixavam os trabalhadores mais pobres. Na primeira campanha salarial sob estas circunstâncias, os metalúrgicos pediram 80%, enquanto o patronato oferecia 34,16%. O impasse, que também atingia Osasco e Guarulhos, levou a uma breve paralisação no dia 6 de novembro, que resultou em um acordo final de 45%, proposto pelo TST, que também não considerou a greve ilegal.

Mas a situação ainda se agravaría. Em 1966, o governo apresentou o plano de criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em substituição aos artigos da CLT que previam indenização de um mês de salário por ano trabalhado, em caso de demissão imotivada, e estabilidade no emprego ao trabalhador do setor privado que completasse dez anos na mesma empresa.

O pretexto para criação do FGTS, que entrou em vigor em 1967, era não apenas financiar a construção de imóveis, mas, principalmente, facilitar a demissão de trabalhadores. Logo que o plano foi apresentado, o presidente do sindicato, Joaquinzão, reagiu por meio de nota publicada no jornal da entidade chamando a medida de “famigerada” e acusando-a de subtrair direitos.

Naquele contexto foi organizado, em outubro de 1967, o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), com mais de 40 dos principais sindicatos do Estado de São Paulo.

Em 12 de novembro, véspera da Segunda Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais, o sindicato, sob vigilância da Força Pública e do Dops (...) sediou uma reunião com 300 categorias na qual se discutiram desde a repressão militar até a legislação sindical. A campanha antiarrocho foi um dos temas mais polêmicos da reunião, explicitando as discordâncias acerca da condução do movimento.

Enquanto alguns grupos pensavam em buscar articulação política até mesmo com o governo, grupos mais radicais achavam que o MIA deveria ser um órgão de agitação, não de conciliação.

José Ibrahim, jovem metalúrgico recém-eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, não só defendia que o movimento sindical radicalizasse, como também a participação dos estudantes, que àquela altura mobilizavam-se intensamente contra a ditadura.

A construção da manifestação do dia 1º de maio de 1968, em São Paulo, seria, enfim, o esgarçamento definitivo das relações. A maior parte dos sindicatos que compunham o MIA projetavam um 1º de maio como uma grande manifestação antiarrocho. Mas um grupo de sindicalistas resolveu, sem que isso fosse consenso, convidar o governador biônico Abreu Sodré para o palanque. O grupo de Ibrahim não aceitou e promoveu uma ação de boicote ao ato, com direito a quebra-quebra, marcha da Praça da Sé à Praça da República e discursos do presidente do sindicato de Osasco e de José Campos Barreto, o Zequinha, que também era do sindicato.

Contrariados com o boicote, líderes sindicais se reuniram na Rua do Carmo de onde divulgaram um manifesto lamentando a “fúria irracional” dos militantes que acabaram com o 1º de Maio.

As greves de 1968

Em Contagem

O ano de 1968 teve muito mais. Antes do 1º de Maio, a cidade mineira de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, foi cenário da primeira greve que enfrentou a ditadura militar. Ela começou no dia 16 de abril, em uma seção da Companhia Belgo-Mineira, e atingiu 1.200 operários que reivindicavam aumento salarial imediato de 25%.

A DRT decretou a ilegalidade do movimento, mas isso não intimidou os trabalhadores. Mesmo sob intensa repressão policial, a greve se estendeu por vários dias até que, às vésperas de 1º de maio, quando os operários ainda estavam em greve, o general-presidente Costa e Silva anunciou a extensão do abono salarial de 10% não só para Contagem, mas para todos os trabalhadores brasileiros.

Cabe registrar a participação do metalúrgico Eustáquio Vital Nolasco naquela greve. Nolasco, que na época tinha apenas 18 anos, foi militante da Juventude Operária Católica (JOC) e da Ação Popular (AP). Ao entrar para a clandestinidade e se mudar para São Paulo após a greve, tornou-se diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo entre 1984 e 1987.

Em entrevista³⁹ para o Centro de Memória Sindical, em 2018, Nolasco falou sobre a greve de 1968: “Foi um sentimento de vitória. Apesar de não termos conseguido os 25% de aumento e nem termos derrubado a ditadura, porque aquilo era um sonho, só pelo fato de a greve ter se expandido e confrontado a ditadura, foi um movimento e tanto”.

Em Osasco

No dia 16 de julho de 1968, os metalúrgicos de Osasco iniciaram a greve por aumento salarial, reconhecimento das comissões de fábrica e o fim do arrocho salarial. Com as experiências anteriores de Contagem e do 1º de Maio, o governo estava preparado para os novos protestos, e a repressão foi imediata.

No dia seguinte, Joaquim dos Santos Andrade e Hermeto Dantas, representando o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, foram a Osasco prestar solidariedade. Deparam-se com um aparato policial ostensivo e “marcação violenta”⁴⁰.

³⁹ CINTRA, André. Entrevista Vital Nolasco “A greve dos metalúrgicos de Contagem”, 2018. Revista 1968 Sindical, CMS.

⁴⁰ Segundo depoimento de Joaquinzão ao CMS.

A greve se estendeu por mais de uma semana e ganhou dimensão política. Alguns diretores foram presos na fábrica, no ato da desocupação pela polícia. Outros aguardaram no sindicato até sua prisão. José Ibrahim entrou para a clandestinidade e, em 1969, saiu do país exilado, retornando somente com a Anistia, depois de dez anos.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5)

Em 13 de dezembro de 1968, iniciava-se o período mais duro do regime militar após a promulgação do Quinto Ato Institucional (AI-5). O Ato autorizava o presidente da República a cassar mandatos parlamentares, suspender direitos políticos de qualquer cidadão, decretar o confisco de bens e suspender a garantia do *habeas-corpus*.

Diversas lideranças sindicais foram perseguidas e as atividades políticas nas entidades foram proibidas. Entre a militância mais radical, crescia a ideia de que a estrutura sindical era falha e as direções não representavam a luta dos trabalhadores. O aumento da repressão estimulou o crescimento das oposições sindicais na década de 1970, com influência de organizações como Ação Popular (AP), Juventude Operária Católica (JOC), Ação Católica Operária (ACO), Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) etc.

Milagre econômico: crescimento desigual no centro da ditadura

Enquanto os sindicatos e os movimentos sociais viviam uma fase muito dura, ao povo era oferecida a ilusão daquilo que o regime pretensiosamente apelidou de “milagre econômico”.

Isso porque, após o ajuste recessivo de 1964 a 1967, o governo aumentou o investimento na indústria pesada, siderurgia, petro-

química, construção naval e geração de energia hidrelétrica; e nas multinacionais, com base em um esquema de subsídios e incentivos fiscais.

Para Belluzzo⁴¹: “O governo atrelou a economia brasileira ao momento mundial ainda favorável, mudou a composição de sua pauta, elevou a exportação de manufaturados *vis-à-vis* à exportação de *commodities*. Depois, a economia disparou através do uso de financiamento externo e da expansão das exportações ligadas à expansão da economia mundial”.

O aquecimento da economia proporcionou crescimento da estrutura e do patrimônio de muitos sindicatos. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, fundado em 1959, comprou sua sede em 1973. Em 1969, começou a ser construída a colônia de férias do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, na Praia Grande. O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco inaugurou sua colônia de férias em Caraguatatuba, em 1977. A colônia de férias do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, também em Caraguatatuba, foi inaugurada em 1979.

Com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo não foi diferente. A colônia de férias do sindicato foi inaugurada em 1969, em Praia Grande, um espaço para os associados que seria ampliado e modernizado ao longo dos anos até se tornar um “centro de lazer” da família metalúrgica. E, em 1971, o sindicato comprou o terreno em frente à sede na Rua do Carmo, onde construiu seu ambulatório médico.

Naquele clima de repressão e “milagre econômico”, ocorreram as eleições sindicais de 1969, que mantiveram a chapa de Joaquim na direção do sindicato. Com o Decreto 701, de setembro de 1969, o governo estendeu por um ano os mandatos sindicais. Outra eleição ocorreria somente em 1972.

⁴¹ RUY, Carolina Maria e CINTRA, André entrevistam Belluzzo para a Revista 1968 Sindical, CMS.

Mas, apesar do rápido crescimento econômico, da condição de pleno emprego e da produtividade do trabalho, houve, no período 1967-1973, enquanto durou o chamado “milagre”, uma queda ou estagnação do salário mínimo real.

Ficou famosa a frase do ministro da Fazenda, Delfim Neto: “É preciso primeiro aumentar o ‘bolo’ (da renda nacional), para depois reparti-lo”. Isso porque o governo defendia que precisava aumentar a poupança interna para crescer e não adotou políticas de distribuição de renda, já que as classes de renda mais elevada pouavam mais do que as de baixa renda.

Assim, mesmo com o elevado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a equipe econômica manteve a política salarial anterior, baseada no ajuste fiscal, adotando uma política salarial que os sindicatos apelidaram de “arrocho salarial”.

Além disso, a alta empregabilidade escondia ainda um alto índice de acidentes de trabalho. Era uma época em que uma grande massa de trabalhadores lotava as fábricas, as construções, as lojas etc. E, com os sindicatos reprimidos, ficava mais fácil para as empresas pagarem menos e oferecerem condições precárias de trabalho.

Esta situação levou o Brasil liderar o triste ranking de acidentes de trabalho, como registra a historiadora Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva, no livro *Brasil, o campeão mundial de acidentes de trabalho: controle social, exploração e prevencionismo durante a ditadura empresarial-militar brasileira*⁴².

⁴² SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. “Brasil, o ‘campeão mundial de acidentes de trabalho’: controle social, exploração e prevencionismo durante a ditadura empresarial-militar brasileira”, Revista Mundos do Trabalho | vol. 7 | n. 13 | janeiro-junho de 2015 | pp. 151-173.

Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo

Campanha salarial 1979, em frente à sede do Sindicato, na Rua do Carmo 171

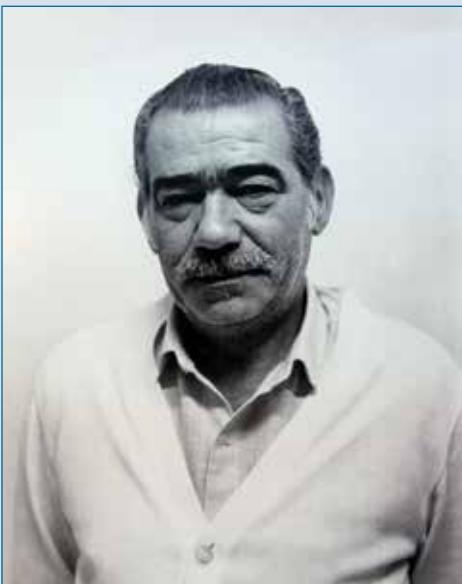




1º de Maio de 1968

Arquivo

Joaquim dos
Santos Andrade
(Joaquinzão)
Presidente do
Sindicato dos
Metalúrgicos de
São Paulo entre
1965 e 1986



Capítulo 4

Tortura e mortes: a parte mais cruel da ditadura

No mesmo período em que durou o “milagre”, entre 1968 e meados da década de 1970, o Brasil viveu os chamados “anos de chumbo”. O nome não deixa dúvidas sobre a natureza das práticas usadas em larga escala pelo governo.

Centenas de pessoas consideradas subversivas ou suspeitas pela ditadura desapareceram naquele período⁴³. Alguns morreram em condições que não foram esclarecidas; alguns corpos nunca foram encontrados. Outros foram forçados a viver no exílio ou na clandestinidade. Muitos foram perseguidos, torturados e obrigados a conviver com grandes traumas e sequelas.

O objetivo da repressão era calar a resistência, que se rearticulou após o Golpe de 1964, e aniquilar qualquer oposição ao governo. Foi um período marcado pelo extremismo político de um lado, com a explosão das guerrilhas e ações armadas, e, por outro, pelo endurecimento do aparato repressivo do Estado.

Alguns estudiosos afirmam que, no Brasil, os anos de chumbo duraram até o fim do governo de Emílio Garrastazu Médici, em março de 1974. Mas o fato é que a violência e as mortes promovidas pela ditadura se estenderam até a redemocratização em 1985, com grande concentração entre 1968 e a Anistia, em 1979.

A violência, a coerção, a tortura e os desaparecimentos, que, como já está comprovado, foram práticas sistemáticas, contrasta-

43 A Comissão Nacional da Verdade, em seu relatório final apresentando em 2014, reconheceu 434 mortes e desaparecimentos políticos entre 1964 e 1988. A maioria no período do regime militar.

vam com o clima ufanista que o governo apresentava para a população. Clima que foi ainda reforçado pela conquista do tricampeonato mundial na Copa do Mundo de 1970, no México. *Slogans* como “Brasil, Ame-o ou Deixe-o”, e canções como “Eu te Amo meu Brasil” e “Pra frente Brasil” são exemplos da imagem que o governo sustentava.

Acusado por militantes e por entidades internacionais de direitos humanos, o governo negava a prática de torturas e as mortes e, ao mesmo tempo, acirrava a censura nos meios de comunicação.

Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Zequinha Barreto, Rubens Paiva, Stuart Angel, Helenira Resende, Alexandre Vannucchi Leme, Vladimir Herzog e Zuzu Angel são alguns exemplos de pessoas mortas pelo Estado naqueles anos.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo também sofreu perdas, como os casos relatados a seguir:

Olavo Hanssen

Conhecido por sua militância aguerrida, o metalúrgico Olavo Hanssen, da Massari S.A. Indústria de Viaturas, membro da oposição sindical, foi morto aos 33 anos nos porões do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), em maio de 1970.

A tática da ditadura era falsificar as causas das mortes que ocorriam sob sua responsabilidade. No caso de Hanssen, os agentes alegaram que ele “teria se suicidado ao ingerir veneno, conhecido por Portion, tendo sido encontrado em um terreno baldio próximo ao Museu do Ipiranga no dia 9 de maio de 1970”⁴⁴. Esta versão sempre foi refutada.

⁴⁴ Memorial da Resistência, Olavo Hanssen (visto em 26/07/2023).

Segundo o jornalista Elio Gaspari⁴⁵, o assassinato de Olavo foi o primeiro “embaraço” do governo Médici, que negava a prática de tortura nas prisões.

Diversos materiais e testemunhos de militantes presos no DOPS nos mesmos dias em que Hanssen ficou ali contradizem a história contada pelos agentes da ditadura. Os laudos necroscópicos também são contraditórios.

A partir da instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011, o caso foi retomado e, em 2018, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou duas autoridades do regime militar pela morte do metalúrgico e pela omissão nas investigações sobre o crime⁴⁶.

Luiz Hirata

Em dezembro de 1971, o filho de imigrantes japoneses e metalúrgico da Mangels também foi morto pela ditadura. Hirata, assim como Hanssen, era da oposição sindical. Ele foi preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury no dia 26 de novembro de 1971 e, de acordo com testemunhas, morreu sob tortura. Ele tinha 27 anos.

A versão da ditadura dizia que “Luiz Hirata teria colidido com a traseira de um ônibus quando tentava fugir a pé, em alta velocidade. Ele teria sido levado ao Hospital das Clínicas, onde morreria em virtude dos ferimentos provocados ao chocar-se com a traseira do ônibus”⁴⁷.

Consta que o delegado Sérgio Fleury requisitou ao médico-legista Harry Shibata um laudo de exame que confirmasse tal ver-

45 GASPARI, Elio. “A Ditadura Escancarada”, 2^a ed. Rio de Janeiro, 2014.

46 “Ministério Público denuncia autoridades do regime militar sob suspeita de colaborar com ditadura”, Folha de S.Paulo, 31 de outubro de 2018 (visto em 26/07/2023).

47 Memorial da Resistência, Luiz Hirata (visto em 26/07/2023).

são. Somente em 14 de maio de 1996 a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro por mais esta morte. O relatório apresentado pelo general Oswaldo Pereira Gomes para a Comissão afirma que “as peças do processo dão a plena convicção de que Luiz Hirata estava preso na polícia paulista e que foi conduzido ao Hospital das Clínicas em estado terminal irreversível”.

Ele foi enterrado como indigente no cemitério Dom Bosco, em Perus, e seus restos mortais permanecem sem identificação⁴⁸.

Manoel Fiel Filho

Em janeiro de 1976, a morte do metalúrgico Manoel Fiel Filho, de 49 anos, se tornaria um dos casos mais difíceis para a ditadura.

O operário foi levado da fábrica onde trabalhava, a Metal Arte, por agentes do Departamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), para prestar depoimento. Ele era suspeito de distribuir o jornal *A Voz Operária*, do PCB. Não tinha nenhum antecedente criminal, inquérito policial instaurado, flagrante delito, nem era alvo de alguma investigação. Não havia ordem escrita, nem comunicação à autoridade competente sobre a detenção. A prisão foi arbitrária e ilegal.

Preso, Fiel Filho foi levado para o Destacamento de Operações de Informações (DOI) do II Exército e submetido a graves sessões de tortura até ser morto por estrangulamento. Os demais presos do destacamento dizem que ouviram os gritos de dor e pedidos de clemência de Manoel. Eles afirmaram que todos foram levados para vê-lo morto, e que, à porta, estavam dois homens. Um deles disse: “Observe bem, esse louco suicidou. Não havia necessidade para isso. Se vocês disserem o contrário lá fora, nós temos o endereço de cada um, e vocês vão pagar pelas consequências”.

48 *Idem.*

Na noite do dia seguinte, um agente, dirigindo um Dodge Dart, parou em frente à casa do operário e, diante de sua mulher, suas duas filhas e alguns parentes, disse: “O Manoel suicidou-se. Aqui estão suas roupas”. As autoridades só entregaram o corpo para a família com a condição de que fosse sepultado rapidamente e em silêncio sobre as circunstâncias de sua morte.

Na manhã do dia 18 de janeiro ele foi sepultado em cerimônia rápida com o caixão lacrado, sem que seus familiares pudessem ver as marcas de tortura.

Uma nota oficial emitida em 19 de janeiro informou que o operário se enforcou na cela com as próprias meias. O Inquérito Policial Militar (IPM) foi concluído em pouco mais de 30 dias e arquivado sob alegação de que as provas eram suficientes para comprovar a hipótese de suicídio. Uma nota publicada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, entretanto, desmentiu a versão oficial afirmando que quando a vítima foi presa, calçava chinelo sem meias.

Logo que tomou conhecimento da morte do operário, Joaquim dos Santos Andrade enviou um telegrama ao governo federal exigindo apuração dos fatos e punição aos culpados. No telegrama, datado de 20 de janeiro de 1976, Joaquinzão manifestou “veemente protesto pelo ocorrido” e cobrou “enérgicas e imediatas providências” para “apuração dos fatos e punição rigorosa dos responsáveis”.

Em junho de 2015, o MPF denunciou à Justiça Federal sete ex-agentes da ditadura militar pela morte de Manoel. O MPF apurou que ele foi levado já sem vida para a cela forte do DOI-CODI, para criar a versão de suicídio. Os agentes amarraram meias em seu pescoço e simularam um enforcamento, forjando, inclusive, a seguinte frase de arrependimento da vítima na parede: “Mãe, perdoe este filho que tanto errou, ore por mim, mamãe. Deus pai todo-poderoso, nos perdoe senhora S. Catarina”.

Nelson Pereira de Jesus

No dia 10 de outubro de 1978, o metalúrgico Nelson Pereira de Jesus saiu para trabalhar e não voltou. Mineiro de Janaúba, Nelson era ajudante geral de tapeçaria no turno da noite da Metalúrgica Alfa. Ganhava um salário mínimo. Ele tinha apenas 22 anos.

O ambiente de trabalho naquela fábrica era dos piores. Não havia Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), a empresa não pagava adicional de insalubridade, não depositava o FGTS dos seus funcionários e não pagava corretamente as horas extras.

Era comum ver o presidente e o advogado da empresa andarem armados pela fábrica em um clima de grande tensão.

Quando ensaiavam paralisar as atividades em protesto, os operários eram reprimidos e humilhados pelos patrões.

Rômulo Magalhães Costa, colega de Nelson, contou ao *Jornal da Tarde*, à época, que naquele dia 10 de outubro, ao constatar que faltavam 600 cruzeiros de horas extras no pagamento, ele e Nelson ficaram revoltados. Tentaram reclamar na diretoria e, sem sucesso, não voltaram ao trabalho.

Um guarda da fábrica, ao vê-los parados, avisou o departamento pessoal, que demitiu os dois sem nenhum direito. Eles ainda permaneceram algum tempo na rua da fábrica “batendo papo com outro guarda, quando chegou o advogado da empresa”.

Nelson fez uma brincadeira com o advogado, Cássio Scatena, perguntando se ele iria pagá-los. O advogado sacou o revólver e Nelson, nervoso, pulou e deu um tapa nele. Segundo Rômulo: “O doutor começou a atirar. Descarregou o revólver todinho acertando quatro tiros em Nelson, que saiu correndo pela rua”. Ele foi levado ao hospital, mas morreu logo depois.

O funeral do jovem foi simples. O corpo foi velado no sindicato, na Rua do Carmo. Nelson foi enterrado no cemitério da Quarta Parada.

Depois da tragédia, os operários iniciaram uma grande paralisação na metalúrgica. Um dos companheiros de Nelson na Alfa era Santo Dias, ativista sindical que também morreria tragicamente um ano depois.

Contratado pelo sindicato para apurar o caso, o advogado Márcio Thomaz Bastos foi taxativo: disse tratar-se de um homicídio qualificado, com pena de 12 a 30 anos. O acusado, por sua vez, alegou “legítima defesa”. “Defesa que o fez descarregar um revólver contra uma pessoa desarmada”, assinalou o jornal *O Metalúrgico* de novembro de 1978.

Scatena foi julgado no dia 7 de novembro de 1986 e condenado a 13 anos de prisão após um longo processo. Em 25 de novembro de 1987, apenas um ano depois, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) anulou o julgamento.

Santo Dias

No dia 30 de outubro de 1979, Santo Dias, que também era da Metalúrgica Alfa, foi baleado pelas costas por um policial, em frente à fábrica Sylvânia e morreu no local. Ele tinha 37 anos.

Era o auge da onda grevista que começou em 1978. Entre os metalúrgicos de São Paulo, o movimento era dificultado pela disputa entre a oposição e a direção do sindicato. Muitas greves aconteceram à base de piquete, e foi em uma ação dessas que Santo, que era do comando de greve, foi assassinado.

Natural de Terra Roxa, interior de São Paulo, Santo Dias da Silva estabeleceu-se na Zona Sul de São Paulo e começou a trabalhar como metalúrgico. Assim como Hanssen e Hirata, ele era da oposição, e sua militância era influenciada por movimentos católicos, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Ação Católica Operária (ACO).

Ao contrário da versão dos policiais, os trabalhadores não iniciaram o conflito e nenhum sindicalista estava armado. Segundo declaração do metalúrgico Luís Carlos Ferreira, em depoimento prestado à Comissão de Justiça e Paz, “Os policiais estavam puxando o Espanhol para um lado. Do outro, Santo segurava o companheiro. Começou então a violência, com tiros para cima e, depois, eu vi o Santo ser atingido na barriga e o tiro sair do outro lado. Escutei três gritos e o Santo caiu no chão. Os policiais continuaram a perseguir outros. Eu fiquei atrás de um poste e posso, com toda segurança, reconhecer o policial que atirou no Santo: tem cerca de um 1,80, alto, forte e aloirado”. Ele reconheceu o soldado Herculano Leonel como o autor do disparo que matou Santo Dias.

Santo foi levado sem vida pelos policiais para o pronto-socorro. Sua esposa, Ana Dias, entrou à força no carro que transportava seu corpo para o Instituto Médico Legal (IML) a fim de impedir que seus restos mortais desaparecessem, como era comum com adversários políticos da ditadura.

O enterro de Santo tornou-se um ato político

A notícia de sua morte se espalhou pelos vários meios de comunicação. Seu corpo seguiu para o velório na igreja da Consolação. No dia 31 de outubro, seu enterro tornou-se um ato político pelo livre direito de associação sindical, de greve e resistência contra a ditadura militar.

O processo contra o policial Herculano Leonel correu na Justiça Militar. Ele foi preso em 5 de dezembro de 1979, mas sua condenação a seis anos de prisão saiu só no dia 8 de abril de 1982. Quatro meses depois, a sentença foi anulada. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) entrou com recurso extraordinário no STF, que arquivou o processo em setembro de 1984.

Distensão relativa no governo

Embora a violência e as mortes tenham se estendido até o fim da ditadura, historiadores consideram a posse do general Ernesto Geisel como presidente da República em março de 1974 um marco do fim dos anos de chumbo, porque Geisel integrava um grupo mais liberal entre os militares.

De fato, ele assumiu a Presidência sinalizando um relativo afrouxamento do regime, o que deixou a linha-dura contrariada.

Outros fatores também contribuíram para a relativa distensão.

Em primeiro lugar, com a crise do petróleo iniciada em 1973, o milagre econômico chegava ao fim.

Em segundo lugar, nas eleições de 1974, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ganhou espaço, conquistando 16 senadores das 22 vagas e 161 das 364 cadeiras na Câmara⁴⁹.

Em terceiro lugar, a pressão social contra as arbitrariedades ocorridas ganhou força assim como as disputas internas de poder, que também contribuíram para esse desgaste.

A morte de Manoel Fiel Filho, por exemplo, embora não tenha mobilizado multidões, teve consequências políticas graves.

Em *A ditadura encurralada*⁵⁰, Elio Gaspari descreve a reação do então presidente da República, o general Ernesto Geisel, diante da notícia sobre a morte de Fiel Filho. Ele começa sua descrição afirmado que “na noite de 18 de janeiro de 1976 Geisel não dormiu direito, atordoado com a notícia e pensando em alguma solução”.

Depoimento do próprio Geisel, citado no livro, afirma que naquela noite o presidente militar concluiu que a solução seria exonerar o general Ednardo d’Ávila Melo do comando do II Exército de São Paulo.

⁴⁹ Especial: Senado 74 – A eleição que abalou a ditadura, 14/11/2014. Fonte: Agência Senado. Acesso em 30 de novembro de 2022.

⁵⁰ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2014.

Gaspari diz que: “(...) o presidente lançou-se ao primeiro choque frontal e público com um chefe militar. (...) Foi ao choque sem deixar espaço para negociação, nem mesmo para salvar as aparências. Sumária, a demissão negou a Ednardo o direito de argumentar que passara o fim de semana fora de São Paulo. Imediatamente estabeleceu a relação de causa e efeito com a morte do operário. (...) O Regime acumulara em torno de trezentos mortos e cerca de 6 mil denúncias de tortura. Mas, na noite de 18 de janeiro de 1976, o problema do general Ernesto Geisel relacionara-se com a disciplina militar, não com os direitos humanos”.

A decisão de Geisel surpreendeu o ministro do Exército, Sylvio Frota, encarregado da demissão. A cautela que permeou aquele episódio mascarava uma crise de grandes proporções no governo militar, crise que chegaria ao ápice com a demissão do próprio ministro Sylvio Frota em 12 de outubro de 1977. Expoente da linha-dura do regime, Frota, que ambicionava ocupar a cadeira de presidente, foi substituído pelo general Fernando Belfort Bethlem, então comandante do III Exército.

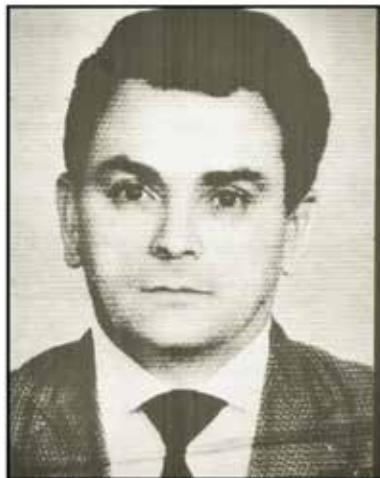
Foi o sinal definitivo de que a linha-dura entrara em decadência. Foi também o começo da luta pela anistia, que só viria em 1979.



*O Metalúrgico,
novembro de 1979,
sobre a morte de
Santo Dias*



Crédito: Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo



Manoel Fiel Filho, metalúrgico assassinado pela ditadura em 17 de janeiro de 1978. Joaquimão, em nome do Sindicato, envia telegrama a Geisel, presidente da República, exigindo apuração dos fatos e punição aos culpados.

Telegrama Joaquinzão sobre Manoel Fiel Filho, 1976

Capítulo 5

Crise do Petróleo e o fim do “milagre”

Em outubro de 1973, o Brasil enfrentou o seu primeiro choque do petróleo e o “milagre” começou a desencantar⁵¹.

A crise irrompeu quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) impôs um embargo aos países ocidentais, em resposta ao apoio destes países a Israel durante a Guerra do Yom Kippur. Isso fez com que os preços do petróleo disparassem, causando uma grave crise energética global.

Com uma intensa produção de automóveis movidos a combustíveis fósseis e grande dependência desta matéria-prima, as nações importadoras enfrentaram escassez e uma abrupta elevação nos preços do petróleo, o que impactou significativamente suas economias e levou a uma desaceleração do crescimento econômico, inflação elevada e instabilidade financeira em muitos países, incluindo o Brasil.

A crise deflagrada em outubro de 1973 mudou profundamente o panorama geopolítico e econômico, provocando transformações estruturais na forma como as nações lidavam com a energia e seus impactos socioeconômicos.

No Brasil, a inflação de 1973 chegou ao preocupante índice de 23,5%. Mas o ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, anun-

51 A situação seria agravada por uma nova crise mundial, em 1979, deflagrada pela Revolução Iraniana, que levou o preço do barril de petróleo a atingir recordes históricos. Esses dois choques do petróleo, em 1973 e 1979, contribuíram para a criação de um cenário econômico precário no Brasil durante a década de 1980, marcado por encolhimento do Produto Interno Bruto (PIB), moratória e uma inflação galopante, conforme reportado pelo *Estadão* em 6 de dezembro de 2014, por Liz Batista.

ciou uma taxa de 15,4%, o que teve um impacto direto nos rendimentos dos trabalhadores.

Para tentar manter o clima de milagre econômico, o governo optou ainda por aumentar os empréstimos no exterior, medida que resultou em um aumento significativo da dívida externa do país, que saltou de US\$ 17,2 bilhões em 1974 para US\$ 43,5 bilhões em 1978⁵².

Em São Paulo, os reflexos da crise foram sensíveis desde o início. Além do prolongamento das jornadas e do aprofundamento do arrocho, aumentaram os acidentes de trabalho, inclusive acidentes fatais. Protestos começaram a pipocar nas metalúrgicas como: operações tartaruga, paralisações parciais e outras formas de lutas que driblassem a repressão.

Tais movimentos, surgidos nas brechas da repressão, impulsionaram as comissões de fábrica, que reacenderam as ações políticas no movimento sindical.

Um exemplo foi uma greve por salário e por não desconto na antecipação salarial, na fábrica de elevadores e motores Villares, Zonal Sul da cidade, em 1973. Demitidos, os grevistas passaram a se organizar nas chamadas “interfábricas” com operários de outras empresas como a Metal Leve, Caterpillar e MWM.

Para o sociólogo Hamilton José Barreto, aquele “foi o movimento fabril mais amplo do início da década”⁵³. O metalúrgico Vital Nolasco, da greve de Contagem de 1968, por exemplo, participou desse movimento que rearticulou a oposição sindical.

No sindicato, desde 1971, foram organizadas seis bases territoriais com diretorias próprias, que poderiam acompanhar de perto o dia a dia das fábricas. Mais tarde, estas bases se tornariam subsedes.

⁵² LAGO, Luís Aranha Correia do. Colaboração especial à FGV. Verbete “Milagre Econômico Brasileiro” (visto em 26 de julho de 2023).

⁵³ FARIA, Hamilton José Barreto de. 1986, *Retrato do Brasil*, Editora Política. São Paulo, vol. II, p. 300. Citado por GOMES, Maria Nelma Coelho. *O Movimento Sindical na Zona Sul de São Paulo: 1974 a 2000*. Tese de doutorado USP/FFLCH, 2007.

No início de 1974, uma onda de prisões em São Paulo atingiu em cheio a oposição e resultou nas prisões de Waldemar Rossi, Antônio Flores, Elias Stein e Victor Gianotti. Isso enfraqueceu a oposição, que não conseguiu montar uma chapa para as eleições sindicais de 1975 e levou ao fortalecimento do grupo ligado à Pastoral Operária.

1977: Manipulação do índice da inflação

Em 1977, uma equipe técnica do Dieese, dirigida pelo economista Walter Barelli, refez as contas apresentadas pelo governo em 1973 e descobriu uma expressiva defasagem: a inflação de 1973 havia sido de 23,5%, e não de 15,4%, como anunciou o ministro Delfim Netto.

Consequentemente, os reajustes dos trabalhadores não haviam acompanhado a alta dos preços no período. Eles haviam perdido 34,1% de poder aquisitivo.

Em depoimento por ocasião dos 50 anos do Dieese, Barelli disse que após a descoberta “começou aquela briga” porque os trabalhadores perderam continuamente em termos de política salarial. Segundo Barelli: “O movimento estava dividido. O Joaquinzão abriu um processo na Justiça Federal, reivindicando a reposição. E o Lula, que estava surgindo como líder sindical, disse: ‘nós não vamos entrar com processo, vamos recuperar os 34,1%, ao longo do tempo, nas nossas campanhas salariais’”⁵⁴.

A luta pela reposição salarial, contra o arrocho e por liberdade política e sindical impulsionou uma onda de greves que marcaria a retomada épica do movimento sindical a partir de 1978.

54 Depoimento concedido ao Museu da Pessoa, 2006. Portal Memória Dieese: <http://memoria.dieese.org.br/>.

Greves do fim dos anos 1970

Desde 1968, quando os operários de Contagem e Osasco cruzaram os braços contra o arrocho salarial, não ocorriam grandes greves no país. Dez anos depois, no dia 12 de maio de 1978, mais de 3 mil trabalhadores metalúrgicos da fábrica de caminhões Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, Grande São Paulo, pararam as máquinas por reposição e aumento salarial.

O movimento rapidamente se espalhou por outras fábricas e para outras categorias, numa explosão de greves que perduraria até dezembro daquele ano e se repetiria no ano seguinte.

Após quatro dias de greve, o governo decretou a ilegalidade do movimento. O empresariado, entretanto, foi obrigado a negociar os reajustes em cada empresa. Com isso, ficou marcada a força das comissões de fábrica, dos delegados sindicais e a capacidade de organização dos operários nos locais de trabalho.

Em São Paulo, as greves começaram na Toshiba: “Nos sete dias de paralisação, entre 26 de maio e 2 de junho, os 524 metalúrgicos da Toshiba conquistaram 15% de aumento e uma comissão de fábrica com 18 pessoas”⁵⁵.

Em meio àquela efervescência, em janeiro de 1979, ocorreu na cidade de Lins, interior de São Paulo, o 9º Congresso Estadual dos Metalúrgicos, onde se formulou a proposta de criar um partido dos trabalhadores e também de reforçar a unidade sindical. Começava-se a debater, dessa forma, uma reorganização do sindicalismo.

1979: novas reivindicações

Em 1979, a inflação atingiu o mais alto nível desde 1964, chegando a 77,2%. No fim de janeiro, os metalúrgicos de São Bernardo

⁵⁵ EVANGELHO, Carmen. “A Organização Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo”, Tese de doutoramento, FFLCH/USP, 1992.

do Campo e Diadema estabeleceram suas reivindicações para a campanha salarial que começou em fevereiro: 34,1% de aumento real; piso salarial igual a três salários mínimos; vigência da Convenção Coletiva de Trabalho, de abril até outubro de 1979, para que pudesse coincidir com a data-base dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos; reconhecimento e estabilidade para os delegados sindicais e redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e reajustes trimestrais.

Assembleia da Vila Euclides

A campanha salarial ocorreu e, não tendo as reivindicações atendidas, os metalúrgicos decidiram em assembleia declarar a greve. O então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luís Inácio Lula da Silva, teve a ideia de convocar uma assembleia capaz de lotar um campo de futebol. E isso aconteceu às vésperas da posse do general João Figueiredo na Presidência da República. A assembleia ocorreu debaixo de chuva fina, com 80 mil metalúrgicos no gramado e nas arquibancadas do estádio da Vila Euclides. Gravações mostram que Lula falou de cima de uma mesa, e suas palavras eram sucessivamente repetidas e passadas para diante, pois não havia palanque nem sistema de som.

A adesão à greve foi maciça: trabalhadores da Ford, da Volkswagen, da Mercedes-Benz, da Brastemp, da Villares, da Schuler, da Vulcanus, da Motores Buffalo, da Saab-Scania, da Chrysler, da Cima, da Cofap, da Otis, da General Electric, entre outras fábricas de pequeno, médio e grande porte. O movimento também repercutiu no interior do Estado, com greves em São José dos Campos, Caçapava, Jacareí, Jundiaí, Campinas e Santa Bárbara d'Oeste.

Os trabalhadores criaram o Fundo de Greve, inédito no país, para fortalecer a resistência com doações de alimentos aos grevistas.

Em apoio aos grevistas de São Bernardo, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo lançou uma campanha de solidariedade para arrecadar fundos e mantimentos. Mas, segundo Carmen Evangelho, “O sindicato encontrou resistência nos diferentes comandos de greve organizados na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo. De um lado, a oposição sindical não desejava que aparecesse a participação de seus adversários sindicais e contou com os grupos vinculados à Igreja para que a solidariedade não fosse divulgada. Por outro, apesar de Joaquim dos Santos Andrade ter ficado contra Ari Campista no recente Congresso da CNTI, a vinculação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo à Federação dos Metalúrgicos provocava desconfiança na diretoria sob intervenção, que rompera com a Federação em 1979”⁵⁶.

Novamente, a greve foi considerada ilegal e reprimida pela polícia militar. Posteriormente, uma trégua de 45 dias foi acordada para tentar obter um índice salarial satisfatório. Ao término desse período, realizou-se uma nova assembleia, na qual um acordo de 63% de reajuste salarial foi aprovado, encerrando a greve, o que deixou muitos trabalhadores decepcionados.

Campanha salarial de 1979

Em São Paulo, a oposição organizada no Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica (MOSMSP) realizou seu primeiro congresso em março de 1979, onde deliberou que os sindicatos deveriam ser independentes do Estado e organizados a partir das comissões de fábrica.

Na assembleia da campanha salarial, realizada na Rua do Carmo em outubro, eles conseguiram emplacar a reivindicação de 83% de aumento salarial, ameaçando entrar em greve caso o patronato não aceitasse.

⁵⁶ EVANGELHO, Carmen. “A Organização Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo”, Tese de doutoramento, FFLCH/USP, 1992.

Newton Cândido, assessor do sindicato, que era do PCB, disse que naquela assembleia o pessoal mais radical usava estratégias para impor sua proposta, chegando a tocar “bumbos” para pressionar os trabalhadores: “Abriram uma faixa de um metro de altura, que começava do início do salão até quase no fundo do palco, escrita: ‘Os trabalhadores da Metal Leve exigem 83%, ou greve’. (...) Quando vi, foi decretada a greve. Os bumbos não deixavam ninguém falar”.

A assembleia foi no domingo e a greve começou no dia seguinte. Mas, conforme relatou Cândido, só os militantes pararam: “todo mundo estava trabalhando”⁵⁷.

João Carlos Gonçalves, o Juruna, metalúrgico da Villares, formado na militância pela Juventude Operária Católica (JOC), lembra que: “Havia duas posições divergentes naquela situação: fazer a greve pelo sindicato, como o Lula fez em São Bernardo, que entrou na diretoria para ganhar espaço e afastar os sindicalistas considerados mais pelegos, ou agir através das ‘Interfábricas’, que eram como sindicatos independentes. Prevaleceu a ação independente. Foram greves de piquete. Não foi uma mobilização fácil”.

Para a oposição, estava claro que, enquanto em 1978 as greves surpreenderam os patrões, em 1979 eles já estavam preparados e com a repressão a postos. Foi naquele contexto que morreu o operário Santo Dias.

No primeiro dia da paralisação, em 28 de outubro, os locais alugados pelo sindicato, que abrigavam os chamados “comandos de greve”, foram invadidos pela polícia militar, e mais de 130 pessoas foram presas. Os metalúrgicos passaram, então, a se reunir na Capela do Socorro.

No dia 30, Santo Dias, como membro do comando de greve, foi conversar com os operários que entrariam no turno da tarde e

⁵⁷ Depoimento ao Centro de Memória Sindical em 1989.

reforçar o piquete em frente à fábrica Sylvânia, no bairro de Santo Amaro. Foi ali que ele recebeu um tiro nas costas e morreu.

Em novembro, em uma nova assembleia, a Oposição, que queria manter a greve mesmo com a repressão e a perda de adepto dos trabalhadores, hostilizou Joaquim, jogando ovos no palanque em que ele estava. Lula, o líder dos metalúrgicos de São Bernardo, também estava naquela assembleia. E ele ficou contrariado com as provocações da Oposição. Segundo registrou o *Jornal da República* de 8 de novembro de 1979: “Nervoso com o que tinha presenciado durante a realização da assembleia, Lula pegou o microfone e, com severidade, dirigiu-se ao auditório que o ouvia em absoluto silêncio: ‘Deve ter patrão dando risada de ver trabalhador atirando ovo em trabalhador. Eu não conheço nenhum patrão que tenha levado ovo na cabeça. Tem que existir um mínimo de respeito entre a plateia e aqueles que vocês elegeram como seus representantes. Eu sei que existem aqui muitos policiais que estão provocando estas bagunças. Tem gente que não é metalúrgico e está aqui, mas vocês é que têm que fiscalizar este pessoal e se descobrir, dar um pau neles’”.

Depois daquela greve, parte da oposição fez uma avaliação sobre se valeria a pena continuar com o paralelismo sindical ou compor com a diretoria. Um segmento, representado pelo PCB, PCdoB e MR-8, começou a trabalhar a possibilidade de entrar na diretoria compondo com os sindicalistas que lá estavam.

Sobre esta situação, Vital Nolasco relatou que: “Estávamos com uma visão de que éramos oposição, mas éramos sindicato”.

A avaliação de Nolasco era de que a correlação de forças nesse momento não era suficiente para varrer da vida sindical o Joaquim e sua turma. “Em 1984, nós ainda não tínhamos conquistado as Diretas Já, a ditadura militar continuava, não sabíamos em que isso ia dar”⁵⁸.

⁵⁸ Depoimento ao Centro de Memória Sindical, 1989.

Sindicato consegue melhores acordos e mais conquistas

Segundo a historiadora Cecília Ornellas Renner⁵⁹, os acordos firmados pelos sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, São Bernardo e Diadema e Rio de Janeiro “romperam as normas habitualmente seguidas nas relações entre capital e trabalho, devido à eclosão de greves em 1978 e 1979”.

Mas o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SMSP), conforme sigla empregada por ela, obteve melhores resultados nas negociações coletivas do que o Sindicato de São Bernardo (SSBCD): “Entre 1978 e 1988, o SMSP — de atuação principalmente conciliadora e discreta — firmou acordos mais avançados do que o SSBCD, apesar de não lograr romper a tendência geral de depreciação dos salários e condições de trabalho imperantes nos anos 80, enquanto o SSBCD — reivindicativo e usando as greves como meio de pressão — lutou, a cada ano, para incorporar as pequenas vantagens que o SMSP obtivera no ano anterior”.

Ou seja, “Salvo raras exceções, as novas cláusulas, que significaram conquistas pioneiras, foram acordadas primeiramente pelo SMSP”⁶⁰.

A historiadora aponta que em 1978 e 1979 os trabalhadores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo efetuaram excelentes acordos, quando comparado aos resultados obtidos em São Bernardo — 13% acima do valor do reajuste oficial. Os metalúrgicos da capital acumularam o reajuste de 78 e 79, o que significou aumento de 22% acima do valor oficial para os que recebiam até 3 salários mínimos; na faixa salarial entre 3 e 5 salários mínimos, acumularam aumento de cerca de 15,5%; e, na faixa entre 5 e 7 salários mínimos, cerca de 12%.

59 RENNER, Cecília Ornellas. *Duas Estratégias Sindicais*, Editora Letras à Margem, São Paulo, 2002.

60 A historiadora usa as siglas SMSP para Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e SSBCD para Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Esses dados e os acontecimentos nos anos posteriores à onda de greves mostram, segundo ela, que o que se chamou de “novo sindicalismo” não gerou um rompimento com o corporativismo e não produziu um “arranque transformador”, mas sim uma situação de “acomodação” no sistema já existente.

Importante ressaltar que as diferenças entre os sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo e São Bernardo e Diadema foram e ainda são apontadas por vários autores: “de um lado, o SMSP, caracterizando o sindicalismo pragmático, que desempenharia seus papéis no âmbito das expectativas definidas pelas formalidades legais, constituindo presença desejada pelo Estado nas relações entre Capital e Trabalho. Do outro, o SSBCD, personificando o ‘novo sindicalismo’, que propõe inovações e a representação autônoma dos interesses dos trabalhadores”.

A despeito desta comparação, entretanto, Renner avalia que a comparação dos acordos salariais entre os dois sindicatos mostra que “os acordos firmados pelo SMSP satisfizeram melhor à maioria de seus trabalhadores”. Em 1979, por exemplo, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo conquistou uma cláusula muito importante, a garantia de emprego ao acidentado no trabalho, e continuou obtendo benefícios importantes nas convenções coletivas após aquele ano.

João Guilherme explica que: “São Bernardo é o que é porque é concentrado e perto. E nós (São Paulo), dispersos e geograficamente amplos. A estratégia de São Bernardo é a estratégia de colina, de montanha. A estratégia lá é murro. A nossa estratégia é envolvimento. A estratégia de São Bernardo é de colina, a nossa é de planície. E nós cumprimos essa estratégia aqui melhor do que São Bernardo cumpriu a estratégia de colina deles. Isso a gente entendeu e fez. A maior quantidade de greves computadas no meio operário fabril daquela época era dos metalúrgicos de São Paulo. E era diariamente. Criamos um método em que o pessoal

ia diariamente para as fábricas. Quando houve essa dinâmica em outro sindicato? E isso com o Joaquinzão. Aquele Joaquinzão que era considerado traíra. Não era não”⁶¹.

Saúde e segurança do trabalhador

A conquista da garantia de emprego ao acidentado no trabalho deu-se em um contexto em que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo protagonizou um movimento que definiria uma política acerca da saúde e segurança do trabalhador.

Era uma demanda importante uma vez que, durante a ditadura e ainda mais durante o “milagre”, houve um aumento exponencial de acidentes de trabalho.

A urgência desta pauta fez do ano de 1979 o marco inicial da luta contemporânea pela saúde e segurança do trabalhador. E o debate foi impulsionado pela retomada das convenções coletivas sem intermediação governamental (suspensas desde o início da ditadura), um dos resultados da onda de greves.

Já na campanha salarial de 1978, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo apresentou uma série de reivindicações em defesa da saúde e da proteção dos trabalhadores.

Esta campanha ganharia corpo com a formação da Comissão Intersindical de Saúde do Trabalhador (CISAT), em fevereiro de 1979. Em maio e setembro daquele ano, a CISAT organizou a Primeira e a Segunda Semana de Saúde do Trabalhador (Semsat). Concebida por médicos ligados ao PCB, que trabalhavam no departamento de saúde e segurança do trabalho do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, como Márcio Melo, Mario Gravishevski e Hélio Baís Martins, a Semsat contou com a participação de 1.800 trabalhadores, 49 sindicatos e seis federações de trabalhadores.

⁶¹ Depoimento ao Centro de Memória Sindical em agosto de 2015.

Nos debates, foram discutidos agentes causadores de doenças, como a silicose⁶² e as doenças pulmonares causadas por poeira. Levantou-se a importância das medidas preventivas e, na área metalúrgica, foi denunciada a presença da poeira de sílica nas operações que ocorriam com jatos de areia para polimentos, fundições e rebarbas, entre outras atividades.

Outra conquista importante da Primeira Semsat foi a inclusão da cláusula de estabilidade para o trabalhador vítima de acidente de trabalho na convenção coletiva da campanha salarial de 1979. Até aquela época, quando o trabalhador se acidentava era comum ser demitido ao voltar do afastamento. O posto, então, ficava com outro trabalhador, que corria os mesmos riscos⁶³.

Na convenção coletiva de 1980, outra conquista: as empresas passariam a ter a obrigação de comunicar, com um mês de antecedência, a data das eleições para os representantes dos trabalhadores nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs).

Com isso, a partir do contato com os próprios trabalhadores, o sindicato conseguiu montar um esquema de fiscalização, promovendo um processo de organização interna dos operários nas empresas. E a pressão do sindicato viabilizou a estabilidade do representante da CIPA na empresa, o cipeiro. Foi um processo que projetou lideranças que se destacaram no movimento sindical a partir de então.

Anistia marca começo do fim da ditadura

No âmbito nacional, o país vivia o processo de Anistia, que marcou o começo do fim da ditadura militar. Desde que o general Ernesto Geisel assumiu a Presidência em 1974, ele sinalizou um

62 A silicose é uma forma de pneumoconiose causada pela inalação de finas partículas de sílica cristalina e caracterizada por inflamação e cicatrização em forma de lesões nodulares nos lóbulos superiores do pulmão. Provoca, na sua forma aguda, dificuldades respiratórias, febre e cianose.

63 A legislação que prevê estabilidade de apenas um ano ao acidentado de trabalho só chegou 12 anos depois, por meio da Lei 8.213/91.

relativo afrouxamento do regime, e a luta pela anistia aos presos políticos e aos exilados começou a ganhar força.

Em 1975, um grupo de mães e mulheres das vítimas da ditadura, liderado por Therezinha Zerbini, levantou a bandeira da “conciliação nacional”.

Em 13 de outubro de 1978, o AI-5 foi encerrado pelo 3º artigo da Emenda Constitucional nº 11, que revogava todos os atos institucionais e complementares contrários à Constituição Federal. A Emenda entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1979.

No lugar do AI-5, Geisel criou uma nova Lei de Segurança Nacional que mantinha poderes arbitrários nas mãos do Executivo, como o poder de decretar “medidas coercitivas emergenciais”. A nova lei revogava as penas de morte, prisão perpétua e banimento, mas continuava considerando crime as “tentativas de subverter a ordem e a organização político-social”, “reorganizar ou tentar reorganizar partido político ou associação dissolvidos” e “realizar greve, comício, desfile ou passeata” que ameaçassem a segurança nacional.

Coube ao último presidente militar daquele período, João Baptista de Oliveira Figueiredo, que assumiu em março de 1979, encaminhar o processo de anistia. Mas não sem controvérsias.

Naquele ano, comitês de anistia inspirados no grupo de mães e mulheres criado por Therezinha Zerbini, em 1975, pipocavam não só pelo Brasil, mas também em cidades na Europa e nos Estados Unidos onde viviam exilados.

Em 28 de junho de 1979, Figueiredo apresentou ao Congresso o Projeto de Lei nº 14/79, com a proposta de anistiar “aos que hajam cometido crimes políticos ou conexos”.

Entre a apresentação e a aprovação da Lei pelo Congresso, no dia 22 de agosto, houve greve de fome de presos políticos e a tentativa de parlamentares de emplacar uma emenda que tornava a anistia total e irrestrita, inclusive para praticantes de sequestro, o que foi vetado pela Arena, partido do governo.

A oposição e o Movimento Pela Anistia teceram duras críticas ao Projeto de Lei, sendo um dos pontos mais polêmicos a expressão “crimes conexos”, que concederia anistia também aos crimes dos agentes do Estado.

Entretanto, em 28 de agosto de 1979, a Lei da Anistia (nº 6.683) foi promulgada, resultando na libertação imediata de 17 presos políticos (35 permaneceram à espera de julgamentos pelo Supremo Tribunal Militar [STM]) e o retorno ao Brasil de cerca de 5 mil exilados. Entre eles: José Ibrahim, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, João Amazonas, Ricardo Zarattini, Gregório Bezerra, Herbert de Souza (Betinho), José Dirceu, Francisco Julião e Rolando Frati.

Congresso da Mulher Metalúrgica

Em 1975, uma conferência mundial na Cidade do México, patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e assistida por 8 mil mulheres de 113 países, definiu aquele ano como o Ano Internacional da Mulher.

Aquele grande acontecimento, cuja principal pauta foi o combate à discriminação de gênero, fomentou o surgimento de novas organizações e instituições voltadas à igualdade de gênero.

Isso animou a mobilização no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo que, em setembro de 1979, no auge da onda de greves, realizou o Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo.

No congresso, as delegadas reivindicaram mais espaço na vida sindical, pautando objetivos imediatos como: creche, jornada de 40 horas semanais, aposentadoria para mulher aos 25 anos de serviço, além de reiterar o anseio por uma central de trabalhadores. Eram sementes de um movimento que viria a crescer.

A oposição compõe com o sindicato

Em 1980, enquanto o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema deu continuidade ao processo grevista iniciado em 1978, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo entrou em uma fase de renovação.

Após o desgaste da greve de outubro de 1979, a oposição sindical, que já apresentava divergências internas, se dividiu ainda mais. O próprio Santo Dias, vítima fatal da repressão à greve, assim como militantes ligados ao PCB, PCdoB e MR-8, rompeu com aquele grupo.

No 2º Congresso da Oposição, em julho de 1980, outros militantes se retiraram, após o acirramento das divergências.

O sindicato ganhava a adesão de militantes egressos da Oposição e, com isso, implementava mudanças em suas ações. Houve uma reformulação da imprensa, com a entrada da assessoria da Oboré⁶⁴, maior presença nas portas de fábrica e reformulação das propostas. As assembleias, que eram realizadas aos sábados pela manhã, passaram a ocorrer às sextas-feiras à noite, facilitando a participação da categoria.

A diretoria também passou a colocar ônibus nas portas das subsedes e das maiores fábricas para garantir a mobilização nas assembleias.

Com isso, a eleição sindical de 1981 foi a mais concorrida desde o Golpe de 1964. Concorreram a Chapa 1, da situação, encabeçada por Joaquim dos Santos Andrade, com vários membros que eram da Oposição; a Chapa 2, da Oposição, encabeçada por Waldemar Rossi, e a Chapa 3, encabeçada por Aurélio Perez, do PCdoB. A Chapa 1 ganhou com 21.363 votos de um colégio eleitoral

⁶⁴ Empresa de comunicação criada em 1978 como uma cooperativa de jornalistas e artistas para colaborar com os movimentos sociais e de trabalhadores urbanos na montagem de seus departamentos de imprensa e na produção de jornais, boletins, revistas, campanhas e planejamento de comunicação.

de 54.233 metalúrgicos. Como não foi por maioria absoluta, houve segundo turno entre as Chapas 1 e 2. No fim, Joaquinzão venceu, obtendo 22.697 dos votos, contra 20.293 de Waldemar Rossi.

Naquele ano, entraram para a diretoria sindicalistas como Luiz Antônio de Medeiros (1º secretário), Walter Schiavon (2º secretário), Francisco José de Oliveira, Chiquinho (suplente) e Geraldino dos Santos Silva (conselho fiscal), do PCB, Cândido Hilário Garcia de Araújo, Bigode (suplente), João Paulo Kulesza (suplente) e Nair Maria de Jesus Goulart (conselho da Federação), que eram do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro).

A entrada de membros que eram da Oposição na diretoria do sindicato causou desconforto nos oposicionistas que ficaram de fora. Isso ocorreu porque os diretores passaram a ocupar os espaços nas portas das fábricas, a levar para as assembleias não só mais trabalhadores, mas também um leque maior de pautas sindicais e políticas, e a assumir um discurso mais engajado.

Segundo João Guilherme Vargas Netto⁶⁵, que era assessor do sindicato pela Oboré, em 1981 foi tomada uma decisão de realmente trabalhar com as bases: “Fizemos um mapa de todas as fábricas e criamos circuitos para os diretores. Esse trabalho criou uma estrutura nos metalúrgicos que vigora até hoje”.

Entre 1981 e 1987, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo teve, nas palavras de Vargas Netto, “a mais importante trajetória sindical no Brasil”⁶⁶. “Essa trajetória (1981 a 1987) dos metalúrgicos de São Paulo considero a melhor trajetória sindical da história brasileira. Primeiro, pela condição de montar um grupo efetivo; segundo, pela capacidade de intervenção do sindicato; terceiro, pelos resultados; quarto, pelo que significou para o conjunto do movimento. Você não tem reivindicação do movimento sindical

⁶⁵ Depoimento ao Centro de Memória Sindical realizado em agosto de 2015.

⁶⁶ *Idem*.

que não tenha surgido dos metalúrgicos de São Paulo, nesse período. E isso com o dinamismo da CUT e do PT”⁶⁷.

Foi com aquela nova diretoria, mais organizada, representativa e politizada, que o sindicato participou da Conclat em agosto de 1981.

Miguel Eduardo Torres

Naquela época, o metalúrgico Miguel Eduardo Torres, que mais tarde construiu uma trajetória que o fez o líder da entidade, entrou para a equipe de assessoria do sindicato. Para ele, Joaquim fez bem em abrir para lideranças novas: “O sindicato se tornou mais forte. Mais organizado. Mais greves por empresa. As campanhas salariais passaram a ser muito fortes. Se ele não tivesse feito essa abertura, tínhamos perdido o sindicato para o MOSMSP”⁶⁸.

Paulistano, Miguel Torres começou na metalurgia ainda na juventude, no início da década de 1970. Como operário, participou da efervescência grevista que tomou conta do país no fim daquela década. Foi atraído para o sindicalismo devido à sua aproximação de Newton Cândido, que, segundo ele, estava todo dia militando nas portas das fábricas.

Como assessor, ou assistente de organização, como se dizia na época, ele participou de importantes campanhas, como a conquista pela redução da jornada de 48 para 44 horas semanais e a campanha pelas Diretas Já. Mais adiante, na década de 1990, ele entrou para a diretoria em outro momento da sua vida sindical, como veremos.

Uma mulher de muitas lutas

Vale destacar, entre os novos egressos, a entrada de Nair Goulart no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Nascida em Dores

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ TORRES, Miguel. Em depoimento ao Centro de Memória Sindical, 29/11/2023.

do Indaiá (MG), foi perseguida durante o regime militar e teve que se mudar para São Paulo em 1977, onde trabalhou na metalúrgica DF Vasconcelos e, depois, na linha de montagem da Caloi.

Nas fábricas, Nair encontrou um ambiente predominantemente masculino e foi pioneira na luta das mulheres: “Era um período de pleno emprego. As fábricas de São Paulo, ali de Santo Amaro, punham aquelas placas enormes: ‘Precisa-se’. A Villares, a Metal Leve, essas fábricas grandes, todas pedindo: ‘precisa de ferramenteiro’, ‘ajudante geral’, tudo. Havia também várias ofertas de emprego, na minha área, controle de qualidade. Aí eu olhei, escolhi e fui na primeira ‘DF. Vasconcelos’, que fabricava periscópio para a Marinha. Olha só, para a Marinha! Eu trabalhava para o Exército! Fui lá, fiz teste e aí voltei. Tinha certeza que tinha ido bem. Sabia o que estava fazendo. Aí o engenheiro foi conversar comigo e disse: ‘Olha, o seu teste foi ótimo. Você está muito bem preparada, tem o perfil, mas tem um problema, não vamos poder te contratar, porque na fábrica não tem mulher trabalhando. Só homens. Como é que você vai poder trabalhar como inspetora?’. Aí eu senti na pele. Mas não tinha consciência nenhuma de gênero, nada disso. Conversei com ele, disse que achava isso uma coisa complicada, porque eu estava preparada para a função e precisava da oportunidade. Resolvemos tentar e fui trabalhar naquela fábrica”⁶⁹.

Sua militância em São Paulo foi bastante profícua. Ela participou do processo de organização das centrais sindicais, da Conclat de 1981 e foi uma das organizadoras do 1º Congresso de Mulheres Trabalhadoras Metalúrgicas de São Paulo, em 1986.

Nair conseguiu se estabelecer e conquistar o respeito dos colegas. Ela tornou-se ao longo dos anos uma das principais referências da luta pelos direitos das mulheres no movimento sindical.

⁶⁹ Depoimento ao Centro de Memória Sindical, 13/03/1985.

Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat)

A Conclat foi uma reivindicação verbalizada pelo eletricitário Hugo Perez em um evento promovido pelo Ministério do Trabalho em 1977. Naquele ano, os empresários realizaram a 4^a. Conclap, Conferência Nacional da Classe Produtora, e os trabalhadores também queriam se organizar.

Embora fosse acentuada a contradição entre o patronato e os trabalhadores sindicalizados durante o regime militar, a partir de 1973 ambos sofreriam com o mesmo problema: os efeitos da crise do petróleo, crise que colocou um fim no período de crescimento desigual que os militares chamaram de “milagre” e que, somada às diversas denúncias de crimes praticados pela ditadura, jogou o regime na corda bamba.

A ideia de realizar a Conferência da Classe Trabalhadora cresceu durante a onda grevista entre 1978 e 1980. Em 1981, a preparação para o evento atraiu e aproximou as principais lideranças sindicais do país.

Composta por 29 membros, a Comissão Executiva Nacional reuniu-se seis vezes entre março e agosto de 1981.

Concluídos os trabalhos, foi indicada uma comissão executiva composta de sete entidades que se subdividiu em: finanças (Arnaldo Gonçalves e Luiz Inácio da Silva), organização (Raimundo Rosa de Lima e Joaquim dos Santos Andrade), secretaria e divulgação (Hugo Perez, Crispim da Cruz e Édson B. dos Campos).

Como membro da comissão organizadora, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo sediou reuniões preparatórias e disponibilizou sua infraestrutura. E a Conclat ocorreu, enfim, nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 1981, na colônia de férias do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, na cidade de Praia Grande (SP).

O evento reuniu nada menos que 5.036 delegados de 1.091 entidades, representantes de 363 sindicatos rurais, 469 sindicatos

urbanos, 32 associações de funcionários públicos, 179 associações de profissionais, 16 federações rurais, 27 federações urbanas e 5 confederações participaram da Primeira Conclat.

Passaram pela Conclat: Luís Carlos Prestes, Ulysses Guimarães, Mário Covas, os deputados Audálio Dantas e Alberto Goldman, além, é claro, dos sindicalistas Joaquim dos Santos Andrade, o metalúrgico de São Bernardo, e Luiz Inácio Lula da Silva, que foi um de seus protagonistas.

Entidades internacionais como a Federação Americana do Trabalho/Congresso de Organizações Industriais (AFL/CIO), a Federação Sindical Mundial (FSM), Central Sindical Alemã (DGB), Central Latino-Americana de Trabalhadores (CLAT), Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), entre outras, também marcaram presença.

Autonomia e liberdade sindical, unicidade e pluralidade, contrato e convenção coletiva, receita, despesa e contribuição sindical, independência do Estado, comissões de fábrica, “interfábricas”, paralelismo sindical e a criação de uma central sindical foram algumas das questões debatidas.

Mas, naquele evento, a visão em torno de duas propostas dividiu as correntes que pretendiam disputar a hegemonia do movimento sindical. Uma delas propunha a filiação à central de qualquer organização sindical, inclusive as oposições sindicais, além, claro, dos sindicatos, federações e confederações.

Esta tese entrou em choque com a outra proposta das correntes ligadas ao PCB e ao PCdoB, que defendiam que somente as entidades regulamentadas deveriam ser filiadas à central.

Na terminologia sindical, tratou-se de um embate entre unicidade (que pressupõe a criação de um sindicato por base territorial, uma federação por Estado e uma confederação nacional) e pluralidade sindical.

Foi ali que aqueles sindicalistas decidiram constituir uma central sindical que congregasse todas as entidades sindicais. Para isso, foi eleita a chamada Comissão Pró-CUT, e o Congresso para a fundação da central sindical foi marcado para 1982.

Pelo critério da composição de forças, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquinzão, tinha o direito de participar da Comissão Nacional Pró-CUT, mas a pressão de grupos impôs que ele disputasse a vaga para representar os metalúrgicos de São Paulo com Valdemar Rossi, mesmo que Rossi tenha perdido a eleição.

Por fim, Joaquim foi excluído. Segundo Carmen Evangelho: “Trava-se da exclusão do presidente reeleito não só do maior sindicato do país, mas de um sindicato que havia bancado a maior parte da infraestrutura necessária para a realização do evento, o que levou várias entidades a abandonar o movimento pró-CUT”⁷⁰.

Em dezembro de 2022, o jornalista Carlos Pereira disse: “O veto a Joaquim — presidente do maior sindicato da América Latina, responsável pela convocação da Conlat — na comissão pró-CUT a esvaziou. Ao excluírem os metalúrgicos de São Paulo e Joaquinzão, principal liderança da grande maioria do movimento sindical, que tinha a unicidade como princípio, emascularam a comissão, que ficou sem capacidade para o que quer que seja, a não ser tirar notas ‘unitárias’, numa conjuntura revolucionária”⁷¹.

Em 1982, pela primeira vez desde 1964, os brasileiros foram chamados a eleger os governadores dos Estados num pleito que envolveu cerca de 60 milhões de eleitores. Como muitos participantes da Conlat foram candidatos ao parlamento, o congresso para criação de uma central foi adiado para 1983.

⁷⁰ EVANGELHO, Carmen. *A Organização Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo*, Tese de doutoramento, FFLCH/USP, 1992.

⁷¹ Artigo chamado *Joaquinzão: a construção da unidade dos trabalhadores na luta contra a ditadura*, publicado no jornal *A Hora do Povo*.

Reorganização interna

Após aqueles eventos, o sindicato tratou da sua organização interna. Conseguiu uma ampliação de diretores desligados da produção e da cota de auxiliares para cada diretor. Além disso, começou a implantar subsedes. O jornal *O Metalúrgico* passou a ser mensal, e a imprensa começou a lançar um informativo semanal. Por fim, foi fundado o Centro de Pesquisas sobre Saúde do Trabalhador Metalúrgico.

Em 1983, o sindicato realizou seu 6º Congresso, o primeiro após o Golpe de 1964: “De 29 de abril a 1º de maio de 1983, 1.128 metalúrgicos receberam credenciamento como delegados ao congresso, depois de serem indicados nas reuniões de suas fábricas”, dizia um informe emitido pelo sindicato.

Divididos em dez comissões, os operários se reuniram na sede-escola da Rua Galvão Bueno. Lá, discutiram desemprego, salário, política econômica e ação sindical. Nos debates do congresso, também surgiram temas como comissão de fábrica e a criação de uma central sindical.

Greve geral

Ainda em 1983, os trabalhadores viveriam um intenso processo de reivindicações que culminou com a maior greve geral desde o golpe.

As profundas mudanças que ocorriam no Brasil refletiam um contexto internacional marcado por uma política econômica calcada no estado mínimo e na austeridade fiscal.

Pressionada pelo fim da bonança do milagre e pelos encargos da dívida externa, a economia brasileira entrou em colapso fazendo o governo recorrer aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI), que impôs severas condições para efetuar a transação. Com isso, o governo teve que mudar as regras para a política sala-

rial, rebaixando ainda mais os vencimentos e cortando investimentos na área social.

A elevação do desemprego e do custo de vida foi consequência imediata. E a imposição de uma série de decretos pioraria ainda mais a vida dos trabalhadores.

O primeiro deles foi o Decreto-Lei nº 2.012, de 25 de janeiro de 1983, sobre a política salarial. O segundo, Decreto-Lei nº 2.025, de 30 de maio de 1983, que eliminava benefícios e direitos dos empregados das estatais e do funcionalismo público, levou os trabalhadores a aprovarem o estado de greve.

O governo chegou a recuar, mas treze dias depois, o presidente Figueiredo assinou um novo Decreto, o de nº 2.036, que retirou do funcionalismo direitos como abono de férias, promoções, auxílios-alimentação e transporte, salário adicional anual e a participação nos lucros.

Manifestações contra as medidas do governo se espalhavam pelo país, mesmo assim, o famigerado Decreto 2.045 foi anunciado em 14 de julho de 1983. Este decreto arrochou ainda mais os salários e atingiu os aluguéis e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Seguiu-se daí uma grande mobilização entre os trabalhadores, que se prepararam para a greve. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo distribuiu um milhão de panfletos convocando os trabalhadores para a paralisação.

Uma semana depois da decretação do 2.045, no dia 21 de julho de 1983, uma quinta-feira, cerca de três milhões de trabalhadores de diversas categorias e Estados paralisaram suas atividades na maior greve geral ocorrida durante o regime militar.

Aquele dia amanheceu como um feriado. Entre os grevistas, a adesão de 255 motoristas e cobradores de ônibus reforçou o clima de paralisação que dominava a cidade de São Paulo. E a cavalaria da polícia militar, que tomou o centro da cidade, promoveu uma intensa repressão, com mais de 800 prisões.

Apesar disso, os trabalhadores conseguiram derrubar os decretos 2.036 e 2.045, e todo esse processo de lutas contra os decretos levou a um expressivo aumento da participação dos trabalhadores nas assembleias sindicais.

Joaquim enfatizou o caráter político da luta e a importância da unidade sindical que se verificou na greve geral de 21 de julho⁷²: “Neste ano de 1983, somos 500.000 metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco unidos na campanha para derrubar os decretos-lei do arrocho salarial, garantindo novas conquistas no campo social, econômico e político-sindical. Os metalúrgicos dos três municípios estão encaminhando esta luta cientes das dificuldades e responsabilidade histórica que o momento exige. Sabemos que para superar os difíceis obstáculos que enfrentamos a união é fundamental. Por isso, estamos enfrentando os patrões e a política econômica do governo com uma pauta de reivindicações unificada. Aumento de 87% nos nossos salários, estabilidade no emprego até 31 de outubro de 1984. Comissão Sindical de Fábrica, piso salarial de Cr\$ 172.000,00 por mês são algumas de nossas metas nesta campanha salarial e estamos lutando por elas. A participação e mobilização dos trabalhadores em cada base, em cada fábrica e em cada seção é a nossa principal arma. Temos convicção de que sairemos vitoriosos desta campanha, assim como fomos vitoriosos com a rejeição do 2.045. Mas vitórias não caem do céu: conquistam-se. E para sairmos vitoriosos desta campanha salarial de 83, temos a firme convicção de que é necessário unidade, luta e organização”.

Desdobramentos da Conclat

Após o adiamento da “Segunda Conclat” devido às eleições de 1982, a Comissão Pró-CUT, da qual o sindicato estava excluído des-

⁷² Revista do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ano 1, 2ª edição, outubro de 1983.

de 1981, aprovou regimento interno e programou o congresso para 27 e 28 de agosto de 1983. O regimento garantia a participação de todas as categorias, assumindo um anseio de grupos ligados à Igreja de incorporar as oposições e movimentos populares. “Por esse dispositivo do Regulamento Interno, incentivava-se a participação individual em detrimento da participação institucional”, o que garantiu a participação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

Desta forma, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada no 1º Congresso da Classe Trabalhadora, ocorrido em agosto de 1983, por sindicalistas ligados à Igreja Católica (Pastoral Operária) e sindicalistas do PT. Outros grupos, ligados ao PCB, PCdoB, MR-8 e alguns grupos conservadores de federações e confederações, ficaram de fora, vindo a construir a CGT em 1986, a Força Sindical em 1991 e as demais centrais sindicais que surgiram ao longo dos anos.

Diretas Já!

Em Brasília, a ditadura vivia a derrota relativa das eleições de 1982, com a manutenção da maioria nos governos estaduais e no Senado, mas não na Câmara dos Deputados, onde a oposição conseguiu mais representantes.

Era uma configuração que tornava mais palpável o sonho da volta da democracia e que encorajou a oposição a coletar assinaturas para o projeto de emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira, que estabelecia eleições diretas. O projeto foi apresentado em março de 1983.

A expectativa em torno da votação da proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira pelo Congresso instigou o povo brasileiro, levando multidões às ruas em um movimento sintetizado pelo senador alagoano Teotônio Vilela (no programa *Canal Livre da Rede Bandeirantes*) como: “Diretas Já!”.

Os metalúrgicos de São Paulo, que na greve geral de 21 de julho demonstraram poder de mobilização, unidade e influência ao fazer com que mais de 90% dos metalúrgicos da capital aderissem, participaram ativamente do movimento pelas Diretas.

O ano de 1983 foi marcante para o sindicato. Uma passagem do livro *Metalúrgicos de São Paulo – Documentos – 1979-1983* revela o espírito dos dirigentes metalúrgicos à época: “1983 tem sido um ano de muitas lutas. Soubemos combinar de maneira inteligente e criativa nossa proposta contra a recessão, o desemprego e o arrocho com iniciativas de resistência, de organização e qualificação dos ativistas, realizando dezenas de greves localizadas contra o facão e participando das grandes lutas contra a política econômica, pela democracia e participação dos trabalhadores. Os eventos realizados, desde a Conclat, na Praia Grande, até o VI Congresso dos Metalúrgicos da Capital, foram momentos importantes com nossa participação. (...) Nossa ação sindical, expressão de uma vontade de luta e de mudança, contrariou os prognósticos mecânicos e pessimistas daqueles acomodados que condenavam o movimento sindical a um refluxo inapelável decorrente da crise”.

A entidade passava por um processo de renovação e fortalecimento, reafirmando sua amplitude e capacidade de diálogo com todas as forças democráticas que defendessem os interesses dos trabalhadores.

E o movimento pelas Diretas Já! também estava na agenda do sindicato. No congresso da categoria, realizado em 1983, ao lado de bandeiras avançadas que visavam a um país mais livre e mais evoluído, estava a pauta das eleições diretas. Esta pauta seria levada para as fábricas por meio de atos, panfletos, jornais e até mesmo pela produção de camisetas personalizadas, para que os trabalhadores as usassem nos comícios. Essas camisetas eram identificadas pela união da marca dos metalúrgicos com a marca das Diretas Já!.

Segundo Vital Nolasco⁷³, o sindicato participou de forma organizada de todo aquele processo: “Naquele momento o Joaquim [dos Santos Andrade] também sentia necessidade de se reciclar, de aparecer para a opinião pública como um cidadão avançado e progressista”.

De fato, em seu depoimento de maio de 1991 ao Centro de Memória Sindical, Joaquinzão confirma que cultivava ideias progressistas ao afirmar que “o país necessitava de um novo modelo econômico” por causa do “empobrecimento gradativo da classe trabalhadora”. Para ele, “tudo isso estava ligado ao desejo de eleições diretas”: a liberdade de organização partidária, a luta pela anistia política e o levante sindical de 1978 e 79. “O Brasil começava a ser apertado pelo endividamento externo, e nós sentíamos que a partir daí ia piorar (...) Daí a razão de termos aberto o leque para as eleições diretas, porque entendíamos que os militares, aguilhoados pela rudeza da nossa situação econômica, poderiam amenizar e deixar a administração do país para um brasileiro que fosse eleito democraticamente pela sociedade. Embora naquela altura dos acontecimentos não acreditássemos ainda numa democratização total e em curto prazo, era uma luta que tinha que ser iniciada. E quando ainda pouca gente falava em eleição direta, nós fomos os primeiros a falar sobre isso”, disse o dirigente.

Ele ainda afirmou que: “(...) os trabalhadores tinham sido punidos com tratamento selvagem, como enfiar agulhas nas unhas e coisas extremamente dolorosas. Nós sabíamos. Isso que vinha ao nosso conhecimento era praticado, o que aumentava a nossa obrigação e a nossa sede de democratizar o país para acabar com essa violência e tortura que havia por toda a parte no Brasil”.

Encerrar esse período, que em 1984 completava 20 anos, era o anseio dos brasileiros que lotavam os comícios pelas Diretas, comí-

⁷³ Em depoimento ao Centro de Memória Sindical, abril de 1989.

cios que alcançavam mais de um milhão de pessoas em São Paulo e no Rio de Janeiro, com a presença de sindicalistas, artistas, intelectuais, esportistas, religiosos e demais democratas. E que sofreram tentativas de repressão por parte do presidente João Figueiredo. Mas o autoritarismo foi atropelado pela massa que saía às ruas.

O movimento pelas Diretas Já! teve grande influência nas transformações vividas pelo país naquele momento, mas o principal objetivo, as eleições diretas, não foi conquistado, e o povo só iria às urnas para eleger um novo presidente em 1989. Isso porque a mudança deveria passar pelo Congresso Nacional que, por meio de manobras dos militares, derrubou a Emenda Dante de Oliveira na noite de 25 de abril de 1984.

A ditadura, entretanto, já mostrava sinais de derrota.

Eleições sindicais de 1984

Nas eleições sindicais de 1984, a diretoria viveu mais uma vez uma onda de renovação. Enquanto a chapa da situação se aproximava cada vez mais da militância, a oposição perdia quadros. Aquela seria a última gestão de Joaquim, o que representava o encerramento de um ciclo.

Para a diretoria, se a oposição lançasse o nome de Lúcio Bellentani para presidir o sindicato, ele teria chances de ganhar. O melhor candidato da oposição, para eles, seria Helio Bombardi, que foi quem disputou, afinal. Os dois lados faziam cálculos, e o clima estava tenso. Houve até mesmo confrontamento físico, em um episódio que a historiadora Carmen Evangelho chamou de “batalha da Rua do Carmo”.

A vitória da Chapa 1 foi contestada pela oposição, que acusava a diretoria de fraude e de ganhar com os votos dos aposentados. A contagem dos votos mostrou que, de fato, os metalúrgicos aposentados definiram a eleição.

Porém, a oposição não poderia reclamar, já que eles também tinham feito campanha neste grupo, defendendo “salário do aposentado, direitos e participação em todas as atividades da categoria”. E mais da metade da composição que saiu vitoriosa era formada por membros procedentes da oposição.

Em 1984, o sindicato ainda realizaria seu sétimo congresso, entre 14 e 16 de setembro. O congresso foi pautado, entre outras coisas, pela preocupação com a organização das CIPAs, prevenção de acidentes e doenças do trabalho, dando continuidade a um trabalho que vinha sendo desenvolvido desde 1978.

A renovação de 1984 deu força e grande habilidade para o sindicato, que teve condições de desligar pessoas da empresa para trabalhar na entidade. João Guilherme declara que: “Aquela foi, provavelmente, a melhor equipe sindical jamais acontecida no Brasil. Comparada com singularidade em São Bernardo, com os petroleiros, o que quiser. Existia um procedimento, e nisso o Joaquim foi muito aberto, muito avançado, em que toda a madrugada, toda a equipe ia para porta de fábrica, exceto o pessoal administrativo.

A imprensa sindical dos metalúrgicos (na época não tinha internet, era jornal ou panfleto) era imbatível comparada com qualquer outro sindicato, na época, pela tiragem, pela dispersão, pela distribuição, pela leitura comprovada dos materiais. Nós tínhamos um levantamento dos boletins de fábrica, a partir dos quais tínhamos condições de saber se haveria ou não greve no mês seguinte. Se iria ou não haver reivindicação no mês seguinte. Era um negócio altamente efetivo. Montamos os circuitos de distribuição de material. Tínhamos condição de calcular quanto tempo levaria para atingir toda a base e fazer greve nos quatro pontos cardeais.

Então, teve uma etapa em que a Oboré prestava serviços. Quem fazia os *layouts* e os desenhos dos materiais do sindicato era o Jânio Prates. Inventamos a novidade de folhinhas sindicais, por exemplo, com recado. Um papel *couché* bonito com barrinhas de

metal para o trabalhador pendurar na parede. A produção de boletins por fábrica, controladamente em relação às regiões. À medida que o trabalho cresceu, o sindicato achou mais favorável, mantendo o vínculo com a Oboré, criar sua própria imprensa. Tanto que o primeiro diretor de comunicação do sindicato, nessa fase, foi o Ricardo Paoletti, que era da Oboré, cedido para o sindicato”.

1985: Os trabalhadores da Rheem

O ano de 1985, para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, foi marcado pela luta pela redução da jornada de 48 para 44 horas semanais. Esta seria a pauta da campanha salarial unificada, com as categorias que tinham data-base em novembro, como químicos, têxteis, metalúrgicos de Guarulhos e de Osasco.

Mas antes, o sindicato envolveu-se com reivindicações dos trabalhadores da Metalúrgica Rheem.

O conflito entre a Metalúrgica Rheem e seus funcionários, que trabalhavam em condições degradantes e com baixos salários, marcou a decadência da famigerada Lei 4.330, a lei antigreve.

A Rheem, localizada na Chácara Santo Antônio, tinha um alto índice de trabalhadores com membros mutilados nas máquinas. Isso ocorria porque, segundo diretores do sindicato, a fábrica, para pagar menos, contratava trabalhadores como ajudantes, sem treinamento, e os fazia operar prensas. Além disso, aquela metalúrgica não oferecia aos funcionários a possibilidade de ascender dentro da fábrica, a chamada “equiparação salarial”, nivelando os salários ao valor mais baixo.

Após várias reivindicações, a empresa chegou a prometer melhorias, como registrar os “ajudantes” em suas reais funções e promover a equiparação salarial a partir de 1º de julho de 1985. Mas as promessas não foram cumpridas, e os trabalhadores procuraram o sindicato.

Naquela fábrica, havia poucos sindicalizados: 56 em um contingente de cerca de 1.500 pessoas. Em um dia de agosto de 1985, os diretores da subsede da Zona Sul foram surpreendidos com a chegada de mais de 70 trabalhadores da Rheem. Recebidos pelo diretor Milton Brum, os trabalhadores apresentaram suas queixas. Falaram que os patrões não haviam cumprido o que havia sido acordado e colocaram policiais dentro e fora da fábrica para inibir a realização de assembleias.

O sindicato fez um boletim afirmando que a Rheem não atendia reivindicações “porque não queria”, uma vez que em 31 de dezembro de 1984 apresentou um crescimento de 256,4%. Mesmo assim, a empresa não abriu negociação.

Como não houve solução, os trabalhadores, apoiados pelo sindicato, resolveram entrar em greve por equiparação salarial, classificação na carteira, estabilidade no emprego, adicional de insalubridade, aumento real, redução da jornada de 48 para 40 horas semanais e pela imediata retirada dos policiais de dentro da fábrica.

Diversas maneiras de negociar foram buscadas. Cerca de 150 metalúrgicos realizaram uma manifestação no Palácio dos Bandeirantes, sob o governo de Franco Montoro, para buscar apoio e chamar a atenção do setor público para a intransigência da Rheem. Nada disso levou a empresa a negociar. E a greve foi parar no tribunal.

Os trabalhadores sabiam que o julgamento seria contra eles. Isto porque a Lei de Greve 4.330, promulgada em 1º de junho de 1964, no regime militar, restringia a greve à cobrança de salários atrasados.

Porém, o sindicato achou que era hora de tomar uma atitude para desmoralizar aquela lei apelidada pelos trabalhadores de lei antigreve.

Miguel Torres lembra que “na Rheem tinha muita repressão aos trabalhadores e muito acidente”. Como o sindicato não conse-

guia penetração naquela empresa, que era, segundo ele “aliada da polícia”, foi feita uma greve de ocupação que teve um papel importante naquele momento. Segundo Miguel: “O Joaquinzão deu toda a assistência, mesmo estando no meio de uma campanha salarial. E a greve durou uns dez dias. Teve um julgamento onde jogamos ovos nos juízes. E nasceu tudo na nossa turma ali de Santo Amaro”⁷⁴.

A ideia de dar ovadas no juiz era para desmoralizar o processo judicial e a lei antigreve. O plano era que 24 pessoas levassem um ovo cada e, na hora em que eles falassem que as reivindicações eram justas, mas que a greve era ilegal, alguém gritaria e então jogariam os ovos. Assim, no dia 4 de setembro, uma quarta-feira chuvosa, às 16:30 horas, quando o juiz Nelson Medeiros proclamou que a greve era ilegal, uma intensa revolta agitou os trabalhadores, que manifestaram seu repúdio.

Juruna, recém-ingresso na diretoria, conta que: “Só as 24 pessoas sabiam dos ovos. Mas, quando começamos a ação, os trabalhadores foram para cima dos patrões e dos juízes, com guarda-chuvas e tudo. Nossos diretores e advogados foram acalmando o pessoal, porque a ideia era só desmoralizar a lei, e não agredir ninguém”.

Dali, os cerca de 300 trabalhadores saíram em caminhada até a Praça da Sé.

“Fábrica de moer carne”

Em artigo publicado no jornal *Notícias Populares* em setembro de 1985, o deputado federal Davi Lerer, cassado em 1968 e médico do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, classificou a Rheem como uma “fábrica de moer carne”. Lerer relatou que um trabalhador da Rheem estendeu-lhe a mão esmigalhada com três dedos a menos e

⁷⁴ TORRES, Miguel. Em depoimento ao Centro de Memória Sindical, 29/11/2023.

disse: “Me obrigaram a trabalhar com duas prensas ao mesmo tempo. Não me ensinaram o serviço. Eu, com medo de perder o trabalho, calava. A prensa não tinha proteção e lá se foram os dedos”.

Até o fim a empresa se negou a negociar. Mas, pressionada porque os trabalhadores mantiveram a greve, três meses depois fez a equiparação salarial. O episódio repercutiu em quase todas as fábricas e serviu como exemplo. “Eu me lembro que a primeira greve julgada depois dessa foi a dos bancários. Na época, o presidente era o Luiz Gushiken. O nosso sindicato ajudou fazendo piquetes. E quando foi julgada pela primeira vez, o tribunal deu aumento real, uma coisa que nunca tinha acontecido desde o golpe. Isso desencadeou um clima de debate. A Lei de Greve acabou sendo desacreditada. Os juízes perceberam que poderiam ser mais conciliadores. Era o que os trabalhadores queriam, que a lei fosse mais democrática e permitisse a realização da greve”, lembra Miguel Torres.

A Lei de Greve 4.330 foi desgastada e desmoralizada por episódios como este. Sua completa mudança se deu na Constituição de 1988, que dispôs, em seu art. 9º, que: “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”.

Redução da jornada de trabalho

Em 1985, o país passava por um momento de mudanças na produção, com o advento de novas tecnologias e um padrão mais liberal na relação entre capital e trabalho. Como a jornada era de 48 horas semanais, inclusive aos sábados, isso gerou dificuldades em manter empregos.

Um dos mote do movimento sindical era “reduzir a jornada para que todos trabalhem”. Além de significar mais empregos, isso significava também mais lazer e mais tempo para a qualificação profissional.

Juruna, que era da diretoria do sindicato naquele ano, disse que em 1984 e 1985 o sindicato iniciou ações nas empresas pela redução da jornada: “Tivemos negociações por empresa, com greve ou manifestações, onde conseguia-se reduzir a jornada de 48 para 46, 45, 44 horas semanais gradativamente. Foram acordos coletivos conquistados em várias empresas”⁷⁵.

Tratava-se de uma bandeira histórica que atingia diversas categorias: metalúrgicos, químicos, pessoal da alimentação, vidreiros, têxteis. Segundo ele, “foi uma ação da área industrial de sindicatos que tinham campanha salarial de outubro a dezembro”. Cada sindicato tinha sua pauta: reposição das perdas salariais, aumento real, direitos da mulher, condições de trabalho etc. Mas o item sobre redução de 48 para 44 horas semanais unificou as campanhas.

“Houve um debate no Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, na Rua dos Carmelitas, para unificar as campanhas salariais de fim de ano sob a bandeira da redução da jornada de trabalho”, disse o dirigente.

A conquista se deu em decorrência destas manifestações e da campanha salarial unificada, após a greve de novembro de 1985, que mobilizou toda a cidade de São Paulo, principalmente os metalúrgicos, que tinham uma capilaridade muito forte, com subsedes e organizações de base.

Foi a primeira vez após a ditadura militar que ocorreu uma campanha unificada intercategoria. Juruna esclarece que os metalúrgicos de São Bernardo haviam conquistado a redução da jornada, mas não na convenção coletiva: “Eles conseguiram por empresa; nós tínhamos também conseguido por empresa, mas na campanha salarial, ela foi oficializada em convenção coletiva para toda a categoria”.

⁷⁵ Entrevista ao jornalista Fábio Casseb, em 18 de março de 2024.

Foi uma conquista que serviu de exemplo e foi estendida para todos os trabalhadores brasileiros na Constituição de 1988.

Eleições presidenciais de 1985

As eleições para a Presidência de 1985 ocorreram sem nenhum militar na disputa, pela primeira vez desde 1964. Entretanto, ainda eram eleições indiretas.

Desde o fim do bipartidarismo, em 1979, os militares e os políticos alinhados com o regime visavam manter a unidade da antiga Arena por intermédio do PDS, enquanto a oposição se fragmentava em diversas siglas: PMDB, PP, PTB, PCB, PCdoB, PDT e PT.

Nas eleições de 1985, o partido da situação ficou dividido entre três candidatos: Aureliano Chaves, Mário Andreazza e Paulo Maluf. Com uma campanha agressiva, Maluf venceu com facilidade a convenção que o tornaria o candidato, provocando um racha naquele grupo. As tendências derrotadas romperam com o PDS e fundaram o Partido da Frente Liberal (PFL) que, ironicamente aproximou-se do PMDB naquela eleição.

Por meio de um “acordão” que visava facilitar a vitória de Tancredo Neves, o PMDB formou a chapa PMDB/PFL com políticos dissidentes da antiga Arena. A chapa, desta forma, foi composta por Tancredo Neves, do PMDB, para presidente; e o maranhense José Sarney, do PFL, para vice.

No dia 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral reuniu-se e Tancredo foi eleito presidente para um mandato de seis anos com 480 votos (72,4%) contra 180 de Maluf (27,3%).

Houve 26 abstenções, principalmente de parlamentares do PT, que foram orientados a votar nulo pelo diretório nacional do partido.

Tancredo Neves faleceu no dia 21 de abril de 1985, antes da posse, e o vice, José Sarney, assumiu o mandato, iniciando um período de tentativas de implantação de planos que visavam contornar a alta inflação e a crise econômica.

Foto: CEDEM



Walter Barelli, diretor técnico do Dieese, e Joaquim dos Santos Andrade, Joaquinzão, em reunião sobre reposição dos índices da inflação, 1977

Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo



Lançamento da Pedra Fundamental do Palácio do Trabalhador, abril de 1978



Joaquinzão, sentado. Em pé, da esquerda para direita, Jacó Bittar, Luiz Inácio Lula da Silva e Henos Amorina. Campanha salarial dos metalúrgicos, 1979

Foto: Wagnu Anancini



Hugo Perez,
Osmarzinho e
Afonso Dellelis,
na Conclat,
agosto de 1981

Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo



Miguel em assembleia, década de 1990

Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo



Sindicato dos Metalúrgicos na Greve Geral de 1983

Foto: Centro de Memória Sindical



Geraldo Magela,
Walter Schiavon,
Toninho Campana e
João Carlos Juruna,
em frente à fábrica
Villares, abril de 1984

Foto: Centro de Memória Sindical

Sindicato dos
Metalúrgicos na
campanha pelas
Diretas Já, 1984



Foto: Rosa Gauditano



Cândido Hilário (Bigode) na Conclat, agosto de 1981

Foto: Arquivo CMS



Greve na fábrica Walita pela redução da jornada de 48 para 44 horas semanais, novembro de 1985



Greve na Philco pela redução da jornada de 48 para 44 horas semanais,
novembro de 1985



Marisa Antônia Pereira (Sindbast), Nair Goulart, José Ibrahim e Luiz Antônio de
Medeiros na década de 1990, primeiros anos da Força Sindical

Capítulo 6

Brasil pós-ditadura

Somente na década de 1960, a população urbana do Brasil tornou-se superior à rural. Portanto, conforme aponta artigo do professor Fausto Brito⁷⁶, “o rápido processo de urbanização é um fenômeno estrutural relativamente recente, tendo o seu auge medido pela velocidade do crescimento da população urbana, entre os anos 1950 e 1970”.

Em 1985, quando a ditadura militar chegou ao fim, a população do país era mais urbana do que rural, sendo a maioria de seus trabalhadores encontrados em setores da indústria e serviços.

Segundo Brito: “A grande concentração espacial do desenvolvimento da economia brasileira, comandada pelo processo de industrialização no Rio de Janeiro e, principalmente, em São Paulo, ampliou os desequilíbrios regionais e sociais, impulsionando as migrações internas, que transferiram a população do campo para as cidades”.

Mas, ao mesmo tempo em que aumentava a população nas grandes cidades em busca de emprego, a crise econômica e social se acentuava, gerando um quadro de crescente desemprego e informalidade.

O professor de economia Daniel Pereira Sampaio explica: “Da década de 1930 até meados da década de 1980, o Brasil construiu um parque industrial diversificado e nacionalmente integrado sob

⁷⁶ BRITO, Fausto. “O deslocamento da população brasileira para as metrópoles”, Dossiê Migração, Estud. av. 20 (57), 2006.

hegemonia paulista, nos moldes da Segunda Revolução Industrial”⁷⁷. Mas “dos anos 1970 até 1985, tem início uma desconcentração produtiva regional virtuosa, tendo em vista que São Paulo teve taxas de crescimento elevadas, porém as taxas das demais regiões do país foram superiores. No fim daquela década, o país detinha uma estrutura industrial diversificada, nacionalmente integrada no padrão tecnológico da Segunda Revolução Industrial. A partir de 1985 até os dias atuais [2015], as taxas de crescimento foram reduzidas, sendo menores as de São Paulo”.

Ele aponta três motivos para a economia paulista ter sido a mais afetada pelo processo de reestruturação produtiva: “por ter o maior parque industrial do país; por concentrar maior parcela das indústrias de maior intensidade tecnológica, justamente aquelas mais afetadas pela abertura comercial e financeira; e porque liderou o processo de integração do mercado nacional, sob sua hegemonia”.

No artigo “Um acordo melhor para os trabalhadores do mundo”, o professor de economia na Universidade Harvard, Dani Rodrik, afirma que desde 1979 “os ganhos para aqueles com menos educação frequentemente estagnaram, apesar dos ganhos da produtividade geral do trabalho”. E que “a insegurança do mercado de trabalho e a desigualdade aumentaram, e muitas comunidades foram deixadas para trás, quando as fábricas fecharam e os empregos migraram para outro lugar”.

O neoliberalismo crescia conforme aproximava-se o fim da Guerra Fria, e com ele um forte modelo de terceirização e flexibilização se impunha. Isso levou a um empobrecimento da classe trabalhadora e a um enfraquecimento dos partidos de esquerda e do movimento sindical.

O termo “globalização” passou a ser usado como um chavão para designar os novos tempos. Mas o mundo, pretensamente sem

⁷⁷ SAMPAIO, Daniel Pereira. *“Desindustrialização e desenvolvimento regional no Brasil (1985-2015)”, Desenvolvimento Regional 1985-2015 – IPEA Capítulo 12.*

fronteiras, se baseava muito mais na possibilidade de produzir com custos menores em diversas outras partes do que na distribuição da riqueza, a qual se concentrou cada vez mais.

8º Congresso

No Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o 8º Congresso, entre 1º e 4 de agosto de 1986, marcou um período de mudanças.

Reunidos na sede-escola, os cerca de mil metalúrgicos presentes deliberaram sobre: campanha salarial, que se daria em plena vigência do Plano Cruzado; comissões de fábrica como ferramenta de organização; pela ampliação das subsedes para 40, a fim de aumentar a mobilização nos locais de trabalho; e até mesmo para abolir a foto na carteirinha de sócio, como medida para facilitar e ampliar o número de sócios. O congresso também deliberou que o sindicato não deveria se filiar nem à Central Única dos Trabalhadores (CUT) nem à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), que havia sido fundada em março daquele ano.

Segundo Carmen Evangelho, os diretores começaram a pressionar, e Joaquim acabou não se recandidatando para a diretoria. Em seu lugar, assumiu o vice Luiz Antônio de Medeiros, no dia 15 de julho 1986.

Na entrevista⁷⁸ que concedeu ao programa *Roda Viva*, de 1987, Joaquim relativizou essa pressão por seu afastamento. Ele disse que: “Fomos eleitos em 1965. E daí para cá, reeleitos pela vontade dos trabalhadores sucessivas vezes, sete me parece, culminando meu mandato que termina agora. Não me candidatei, apenas apoiei a chapa que ganhou as eleições e tomará posse agora no dia 30; já que no ano passado eu fui eleito, num Congresso de Trabalhadores, presidente da CGT”.

⁷⁸ Transcrição da entrevista com Joaquim dos Santos Andrade no *Roda Viva*, publicada em 14 de setembro de 2017 no Centro de Memória Sindical (visto em 01/09/2023).

Na mesma ocasião, ele também fez uma avaliação sobre as ideologias que influenciavam o movimento, já contemplando o processo pela Constituinte pelo qual o país passava. Na época, ele era filiado ao PMDB: “Sempre fui criticado pelas esquerdas. Aqui os jornalistas conhecem bem o teor dessas críticas. Por ser um elemento ponderado e nunca ter tido a oportunidade de aconselhar trabalhadores a greves doidas, a movimentos tresloucados e insensatos, ou impatrióticos. Entendo que quando fui presidente de um sindicato, o maior sindicato da América Latina, procurei estabelecer uma política baseando-me nas pequenas conquistas para ganhar a credibilidade da categoria. E nas últimas eleições eu seria testemunha de que essa respeitabilidade existe exatamente porque sempre tivemos juízo. De que nunca misturamos partido com sindicato e nunca precisei de greve para fazer estrelato ou para virar manchete”.

Ele fez uma comparação entre a CUT e a CGT, defendendo a unicidade sindical: “Se nós consultarmos as decisões de ambos os congressos da CUT e da CGT, nós vamos ver que 90% dos resultados das decisões nesses congressos são semelhantes. Mas há algumas questões de fundo. Nós defendemos a unicidade do movimento sindical. E a CUT defende o pluralismo sindical. Nossa postura tem sido de combate sistemático, de resistência sistemática, unificando os trabalhadores em torno de propostas viáveis, consequentes”.

E falou sobre sua perspectiva acerca da Constituinte: “Sempre detestamos os esqueratismos violentos, fruto quase sempre nos países que emergem de uma ditadura muito grande, caso específico de Portugal e Espanha. Isso nos leva a retrocessos. Diria que me filio na linha esquerda do meu partido, que quer transformar a nova Constituição em um instrumento progressista”.

O racha na diretoria

O processo de mudanças e transições foi tenso para o sindicato. E isso ficou claro na campanha salarial que antecedeu as eleições de 1987.

Com base na argumentação de que a entidade tinha dado “um salto triplo” expresso na conquista de uma série de aumentos salariais, na realização de cerca de 180 greves e no êxito do 8º Congresso, os diretores Walter Schiavon, Nair Goulart, João Carlos Gonçalves (Juruna), Geraldo Magela, Geraldino Santos Silva, Luiz Antônio de Medeiros e Nelson Cardim (Xepa) convocaram o 5º Encontro de Fortalecimento do Sindicato em Atibaia.

O encontro mobilizou cerca de 1.500 lideranças de base, mas a pauta do evento, que a princípio era ampla, acabou se restringindo à disputa eleitoral e aos rumos do sindicato. A discussão repercutiu para além do evento, gerando a publicação do documento “Unificar os metalúrgicos, avançar a luta, democratizar e fortalecer o sindicato”.

Um novo encontro, chamado pela Comissão de Fábrica da Ford (que era dirigida pela Oposição), foi realizado na subsede do Ipiranga no dia 21 de fevereiro. Compareceram 110 comissões de fábrica, 11 diretores que iniciaram o processo (os sete já mencionados e também: Cândido Hilário [Bigode], João Paulo Kulesza, Eustáquio Vital Nolasco e Neleu Alves) e parte da oposição.

Naquela altura, as divergências internas já eram sensíveis. A mobilização crescia e, como decorrência, uma assembleia foi convocada para 20 de março de 1987, para debater alterações nos estatutos e na regulamentação das eleições. Houve ampla divulgação, com direito à distribuição de panfletos das correntes em disputa, que eram: os diretores que não estavam entre o grupo dos 11 e defendiam a manutenção de 24 diretores, sendo sete da executiva; os 11 diretores, que defendiam a ampliação da direção

para 105 membros, sendo 15 da executiva; e a Oposição, organizada no MOMSP, que defendia a existência de 24 diretores, sendo sete da executiva.

Na assembleia de 20 de março de 1987, o número de presentes extrapolava a capacidade da sede do sindicato. Os sindicalistas espalharam-se pelas escadas do prédio e se aglomeraram no salão, descendo até a Rua do Carmo, de onde muitos assistiram ao racha da diretoria. Medeiros, o presidente interino, tão logo foi aberta a sessão, se negou a dar continuidade aos trabalhos, retirou-se deixando a assembleia a cargo de uma mesa diretora.

O que estava por trás da crescente tensão eram as mudanças nas composições das chapas e na formação da diretoria. A ampliação para 105 membros na direção foi a proposta vitoriosa naquele 20 de março. Mas a assembleia foi anulada, agravando ainda mais a tensão. No dia seguinte, 24 auxiliares dos 11 diretores foram demitidos.

Por “respeito às decisões da assembleia”, Newton Cândido e João Carlos Juruna iniciaram uma greve de fome no dia 6 de abril.

Com a diretoria oficialmente partida, formaram-se três chapas para as eleições: a Chapa 1, da situação, encabeçada por Medeiros; a Chapa 2, dos 11 diretores, encabeçada por Lúcio Bellentani; e a Chapa 3, da oposição, encabeçada por Carlúcio Castanha. A CGT, central criada em 1986 e presidida por Joaquinzão, apoiou Medeiros; a CUT, presidida por Jair Menegueli, apoiou Carlúcio e “desautorizou Bellentani a falar em nome da central”, embora ele fosse da direção. As Chapas 1 e 3 escolheram como principal adversário a Chapa 2.

Nas eleições, houve violência física e verbal. A Chapa 1 ganhou o primeiro turno, e a Chapa 2 ficou em segundo lugar. A vitória já era previsível: ganhou a chapa de Luiz Antônio de Medeiros. A posição formada pela Chapa 3, do MOMSP, no segundo turno não era clara. Mas a análise das urnas mostrou que onde eles venceram no primeiro turno, Medeiros venceu no segundo.

Miguel Torres resumiu a revolta que se abateu sobre o grupo dos 11 com a frase: “No nosso entender, nós ganhamos a eleição, mas não levamos”⁷⁹.

Para Carmen Evangelho: “As consequências do processo eleitoral de 87 se refletiram nas três forças envolvidas, e nenhuma delas saiu ilesa do processo. Internamente, a diretoria eleita se viu privada da maioria dos seus quadros capazes de influir numa política para a entidade. Fraca e inexperiente, a diretoria passou por momentos difíceis e foi obrigada a concentrar as decisões do sindicato na figura do presidente, Luiz Antônio de Medeiros. A gestão 87/90 foi de inteira responsabilidade sua”⁸⁰.

A Oposição viveu, a partir de então, um processo de enfraquecimento, que foi agravado com a eleição de Luiza Erundina, do PT, para a Prefeitura de São Paulo, em 1989, já que lideranças como Waldemar Rossi e Anísio Batista foram trabalhar com ela.

Diversos diretores derrotados, que ficaram fora do sindicato alguns anos, voltariam mais tarde. Segundo Geraldino dos Santos, metalúrgico que compunha aquele grupo: “A diretoria [que ganhou em 1987] era fraca. Então, o Medeiros foi atrás de nós. Eu, Juruna, Nair... O mandato acabou dia 31 de julho de 1987. Eu fiquei fora até janeiro de 89. Um ano e meio fora do sindicato. Alguns voltaram antes, outros, depois”.

Para Geraldino não houve traição: “O Medeiros tentou compor com a gente. Não nos sentimos traídos”.

Em entrevista realizada em março de 2011 para o livro *Força Sindical - 20 anos de luta*⁸¹, Medeiros disse: “Quando ganhei as eleições para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 1987, nosso grupo modernizou o sindicato. Criamos cinco

⁷⁹ TORRES, Miguel. Em depoimento ao Centro de Memória Sindical, 29/11/2023.

⁸⁰ EVANGELHO, Carmen. “A Organização Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo”, Tese de doutoramento, FFLCH/USP, 1992.

⁸¹ *Força Sindical - 20 anos de luta*, Geração Editorial, 2011.

subsedes, equipamos com carros, organizamos os trabalhadores nas fábricas como delegados sindicais. Com isso, o sindicato passou a se tornar conhecido, a ser uma referência, o que nos aproximou dos trabalhadores.

Havia dois grandes sindicatos de metalúrgicos: o de São Paulo e o de São Bernardo do Campo. Tínhamos 500 mil pessoas nos metalúrgicos. O sonho da CUT era ter esse sindicato, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, porque era o maior. Se eles ganhassem o de São Paulo, seria uma central única. E esse negócio de ser único já é uma oposição à ideia de pluralidade democrática. Não dava para a gente (do sindicato) se render aos radicais que queriam fazer um sindicato com objetivos. Por outro lado, também não queríamos ser identificados com aquele sindicalismo apático, pelego, com aquele pessoal do atraso que apenas administrava arrocho sindical.

Então dissemos: ‘Não, esse negócio de único, não’. Tem que ser democrático. Numa fábrica, tem gente que é socialista, outros são comunistas, tem gente de direita, de esquerda, católico, protestante e a cúpula também tem que refletir isso. No sindicato, temos que ter as várias visões dos trabalhadores. Por que a cúpula tem que ser única?’

Para Cecília Ornellas Renner, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, “habilidosamente, ampliou seus espaços e absorveu modalidades do novo desempenho sindical, compatível com a atuação corporativista no sistema democrático que despontava, beneficiando-se com a convivência. A seguir, formulou seu último e indispensável passo, definindo sua identidade sob a proposta de ação eficaz no então denominado ‘sindicalismo de resultados’”⁸².

Medeiros instituiu uma nova maneira de conduzir o sindicato. Seu objetivo era a obtenção de vantagens práticas e imediatas aos trabalhadores. Para isso, ele entendeu que teria que manter

⁸² RENNER, Cecília Ornellas. *Duas Estratégias Sindicais*, Editora Letras à Margem, São Paulo, 2002.

negociações com os patrões e o governo. Segundo Renner, ele mantinha contatos regulares com os trabalhadores, “duas vezes por semana na porta de fábrica”, e incorporou à política sindical a greve por empresa. Após o desencadeamento da greve, Medeiros aparecia para negociar.

Constituinte

A nova Constituição foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988, contemplando quase 12 mil sugestões populares, mais de 66 mil emendas e um expressivo conjunto de conquistas sociais. Por isso, foi apelidada de Constituição Cidadã pelo então presidente da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Ela equiparou os trabalhadores rurais aos trabalhadores urbanos, criou o seguro-desemprego, reduziu a jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais⁸³, ampliou a licença-maternidade e a licença-paternidade, instituiu o abono de férias e direitos trabalhistas a empregados domésticos, unificou o salário mínimo, reconheceu as convenções coletivas, entre outras coisas.

Mas, como a transição democrática foi pactuada entre setores progressistas e conservadores, a Constituição também refletiu a encruzilhada histórica em que o Brasil se encontrava. Apesar da grande representação popular, a Constituinte contou também com representações do empresariado nacional e dos neoliberais aliados ao capital estrangeiro.

Com essa espécie de tripartição, o povo não teve maioria suficiente para fazer prevalecer seu programa, e o texto final da Carta abrangeu restrições que impediram a plena vigência de direitos, como a reforma agrária, a regulamentação das comunicações, o

⁸³ Já incluída na convenção coletiva do Sindicato dos Metalúrgicos São Paulo, Osasco, Guarulhos e da Federação Estadual dos Metalúrgicos, de novembro 1985. Graças à campanha salarial unificada de 1985, que reuniu diversas categorias.

reconhecimento do direito de greve de servidores públicos e o imposto sobre grandes fortunas.

Segundo Miguel Torres: “Depois de 1988, da Constituição, que foi um ápice do movimento sindical e da luta social, o movimento sindical se torna mais tranquilo. Não tem mais aquelas lutas que haviam na ditadura. Muitas das lutas foram contempladas com a prática das convenções coletivas”⁸⁴.

O *impeachment* de Collor

Em 1989, a primeira eleição direta para presidente desde 1960 foi marcada por campanhas e debates acalorados.

Ao lado de candidatos como Luiz Inácio Lula da Silva, que despontou como líder das greves de 1978 e do PT; Leonel Brizola, que encabeçou a campanha pela legalidade, buscou manter o legado do Getúlio fundando o PDT e foi um dos líderes na luta pelo fim da ditadura militar; Mário Covas, senador e ex-prefeito de São Paulo, um dos fundadores do PSDB; e de Ulysses Guimarães, do PMDB, o homem da Constituição Cidadã de 1988; o jovem Fernando Collor de Mello (PRN), um desconhecido governador de Alagoas, se projetaria em um desfecho desastroso para o país.

Apoiado por empresários e pela mídia, Collor se valeu de calúnias e chantagens contra Lula, com quem disputou o segundo turno das eleições, e foi eleito presidente com 55,7% dos votos. Mas seu governo não durou mais do que dois anos.

No dia seguinte à sua posse, 16 de março de 1990, Collor apresentou seu plano econômico com medidas que incluíam o confisco da caderneta de poupança, a redução da máquina administrativa com a extinção ou fusão de ministérios e órgãos públicos, a demissão de funcionários públicos e o congelamento de preços e salários.

⁸⁴ TORRES, Miguel. Em depoimento ao Centro de Memória Sindical, 29/11/2023.

Seu governo foi marcado pela abertura descontrolada do mercado para importações e pelo aprofundamento de um programa de privatizações, política que, entre outras mazelas, aumentou a recessão econômica, causando a extinção de mais de 920 mil postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1.200% ao ano em 1990.

O crescente inconformismo do povo com o presidente seria agravado com as denúncias de seu próprio irmão, Pedro Collor de Mello, à revista *Veja* em maio de 1992. Entre outras coisas, Pedro Collor revelou um esquema de corrupção no governo que envolvia o ex-tesoureiro da campanha, Paulo César Farias.

Foi o estopim de uma crise política que se desdobraria em grandes manifestações pela saída do presidente. Pela primeira vez em quase 30 anos, o povo ia às ruas protestar contra um presidente, em um movimento que se popularizou como “caras-pintadas”.

No dia 29 de setembro de 1992, 930 dias após a posse, a Câmara depôs Collor por 441 a 38 votos, em uma decisão histórica. Em 29 de dezembro de 1992, Collor renunciou à Presidência da República, horas antes de ser condenado pelo Senado, e ficou inelegível até 29 de dezembro de 2000. Foi a primeira vez na história republicana do Brasil que um presidente eleito pelo voto direto era afastado por vias democráticas.

Geraldino afirma que, nas eleições de 1989, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, “a maior parte da diretoria apoiou o Brizola no primeiro turno. O Medeiros apoiou o Brizola”⁸⁵. Mas, apesar de membros da diretoria do sindicato terem participado dos protestos pelo *impeachment*, o sindicato, sobretudo, o presidente Medeiros, conseguiu estabelecer um diálogo com Collor em seu curto mandato como presidente da República.

⁸⁵ Depoimento ao Centro de Memória Sindical, em 16/11/2015.

Força Sindical

José Ibrahim, que foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco em 1968, aliou-se a Medeiros no início da década de 1990 para fundar a Força Sindical. Ele, que voltou ao Brasil em 1979 com a Anistia, participou da fundação do PT, da Conlat, da CUT e de todo o processo de redemocratização.

No livro sobre a história da Força Sindical⁸⁶, Ibrahim contou que: “Na cabeça de alguns, principalmente dirigentes da CUT, o sindicalismo estava dividido entre revolucionários e pelegos. Eu não concordava com isso. Achava que existiam condições para criar uma nova opção para o movimento sindical fora dessa dicotomia. Quando fui falar com o Medeiros, ele me respondeu que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, por si só, já era uma central. E eu discordei: ‘Não, por mais forte que seja o sindicato, por melhor que seja a história que o sindicato tem, ele representa apenas uma categoria, não o conjunto’”.

O Brasil vivia sob a Presidência de Fernando Collor e, segundo Ibrahim: “O Collor sabia que tinha que negociar com o movimento sindical, mas com a CUT não havia negociação. Não que tivéssemos uma aliança tácita com o Collor, mas ele nos via com bons olhos, sim, e indiretamente dizia: ‘Esses aqui pelo menos são mais civilizados para conversar’”.

Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e da CGT, aproximou-se de Collor na época, chegando a ser ministro do Trabalho em seu governo. Em entrevista⁸⁷, ele disse que o “Medeiros viu uma brecha” devida ao clima de desconfiança que havia entre o Collor e a CUT e “falou ao presidente que ele queria formar uma central”.

⁸⁶ *Força Sindical - 20 anos de luta*, Geração Editorial, 2011.

⁸⁷ Entrevista realizada em 7 de dezembro de 2022, por Maria Edna de Medeiros e Carolina Maria Ruy.

Junto com Medeiros, Magri criou o *slogan* “sindicalismo de resultado”: “Um sindicato que tem resultado, que é capaz de ter uma boa discussão, tirar proveito, aquela coisa toda”.

Ibrahim e Medeiros também conversaram com Leonel Brizola e César Maia para fundar a Força Sindical: “Antes da fundação da Força, levei o Medeiros à casa do Brizola. Então o César Maia se dispôs e ajudou a gente a elaborar os primeiros documentos”, disse Ibrahim⁸⁸.

A Força Sindical surge no dia 8 de março de 1991, nesse contexto de restituição da democracia, por um lado, e acirramento do neoliberalismo, por outro. Isso ocorreu em um momento em que havia uma maior necessidade de representação sindical.

Presidente do sindicato e primeiro presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros, no livro⁸⁹ *Força Sindical - 20 anos de luta*, sobre a fundação, ele disse: “Lá estavam reunidos representantes de três grandes categorias: metalúrgicos, comerciários e alimentação. Trabalhávamos como um núcleo central, e cada um levou a proposta para as suas categorias. Queríamos formar uma central sindical que não fosse nem radical e nem imobilista”.

Ele ressaltou o caráter independente e plural da central: “Logo no início, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, abrimos um grande processo pela reposição das perdas de mais de 40% do Fundo de Garantia no governo Collor. E quem abriu esse processo fui eu, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. É um bom exemplo de como a Força nunca perdeu a noção de independência e hoje é uma das maiores centrais do país”.

E destacou seu caráter assertivo: “A Força Sindical teve a coragem de botar a cara para bater, o que não era muito a característica do sindicalismo naquela época. Sempre tivemos um progra-

⁸⁸ IBRAHIM, José para o livro *Força Sindical - 20 anos de luta*, Geração Editorial, 2011.

⁸⁹ *Força Sindical - 20 anos de luta*, Geração Editorial, 2011.

ma afirmativo, de luta, propostas e projetos. Proporcionamos aos trabalhadores a participação em conselhos, como o Conselho de Fundo de Garantia, o Conselho da Previdência Social etc.”.

Em uma situação ainda tensionada pelas sequelas da ditadura e pelo fim da Guerra Fria, nos primeiros anos a central sofreu com a forte disputa política no movimento social. E assumiu uma atitude de resistência diante da crise de desemprego e alta da inflação.

Ainda no livro *Força Sindical - 20 anos de luta*, o jornalista Luiz Fernando Emediato destacou o perfil dos sindicalistas presentes na fundação da Força Sindical⁹⁰. Segundo ele: “Coerentes com a proposta da nova Central de ser suprapartidária e pluralista, a pesquisa revelou que havia ali gente de todos os credos políticos: 17,7% simpatizavam com o PT, 16,9% com o PMDB, 16,6% com o PDT, 13,5% com o PSDB, 6,7% com o PCB e PCdoB, 8,9% com outras legendas e 18,9% não tinham preferência por nenhum partido. Ao contrário dos que consideravam a Força Sindical ‘de direita’, a pesquisa mostrava que a maioria simpatizava com partidos considerados progressistas, de centro-esquerda ou de esquerda. E mais: ainda que os críticos insistissem que a Central nascia sob a inspiração do então presidente Fernando Collor, a maioria havia votado em Lula (27,4%), Mário Covas (17,6%), Brizola (17,6%) e apenas 14,7% em Collor. Alguns poucos – 5,4% – haviam votado em Roberto Freire”.

Mesmo com a crise econômica e com a desindustrialização, o sindicato continuou lutando por conquistas para os metalúrgicos de São Paulo, como a concessão de cestas básicas, aumentos reais de salários, recuperação das perdas salariais, valorização dos aposentados, condições mais dignas de trabalho e a luta por medidas econômicas e políticas que promovessem a redistribuição de renda.

⁹⁰ “Vinte anos de conquistas”, Emediato, Luiz Fernando, em *Força Sindical - 20 anos de luta*, Geração Editorial, 2011.

Sindicato cresce

Após a eleição de Medeiros para as gestões de 1987 e 1990, o sindicato investiu na organização de base nas fábricas e na criação das assessorias para a diretoria e para os delegados sindicais. Investiu também na estrutura da entidade com a aquisição de carros de som, a reformulação gráfica e do sistema de comunicação.

O sindicato aumentou seu patrimônio, com a construção das subsedes da Lapa, Tucuruvi e Itaquera, com a reforma da colônia de férias da cidade de Praia Grande, a reforma do sítio de Mogi das Cruzes e, principalmente, com a conclusão do Palácio do Trabalhador, que inicialmente foi usado como sede-escola e, a partir de 2001, como a sede do sindicato.

Em 1992, o país ainda vivia às voltas com o problema da hiperinflação, e a mudança da moeda para o Real, em 1º de julho de 1994, proporcionou, após diversas tentativas dos governos anteriores, a estabilidade monetária. Atribuiu-se o mérito desta criação ao então ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco (substituto de Collor), Fernando Henrique Cardoso.

Greves e negociações

Com o sucesso do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso se elegeu presidente da República em 1995, renovando seu mandato em 1999.

O processo de transformação da moeda, porém, resultou em perdas para os trabalhadores. Contra estas perdas, foram realizadas greves na base da Força Sindical, conhecidas como “Greves Andorinha”. O sindicato participou desse processo grevista.

Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, que assumiu a presidência do sindicato em 1994, quando Medeiros se licenciou para ser can-

didato ao governo de São Paulo, disse no livro⁹¹ *Força Sindical - 20 anos de luta*: “A grande negociação que fizemos durante o governo Fernando Henrique foi com relação ao do Fundo de Garantia do Plano Collor. Foi a nossa grande batalha para recuperá-lo, porque havia 42 milhões de pessoas que tiveram perdas do FGTS, e uma parte tinha entrado na Justiça. O sindicato também havia entrado na Justiça e ganhou”.

Ele propôs ao presidente Fernando Henrique que fizesse um acordo e pagasse mesmo para quem não entrou na Justiça pelas perdas do fundo durante o Plano Collor. E isso resultou em uma grande negociação que envolveu 42 milhões de pessoas. Paulinho disse que o então ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, afirmou que este “talvez tenha sido o maior acordo que fizemos na História, porque 37 milhões de pessoas receberam o fundo”.

A gestão de Paulinho, tanto como presidente do sindicato e depois como presidente da Força Sindical, foi marcada por campanhas de caráter nacional e por uma aproximação com a CUT e com as demais tendências do sindicalismo, em um movimento que seria reforçado ao longo dos anos.

Para Geraldino, “começou a nascer uma concepção nova na era Paulinho, que hoje chamamos de unidade de ação”⁹².

Na década de 1990, a oposição estava em parte desarticulada e em parte atuando dentro do sindicato. Além disso, as divergências que marcaram as disputas no período da ditadura se diluíram no contexto de recessão e desindustrialização que abateu a economia do país.

Paulinho explica que: “Tivemos várias lutas dos trabalhadores e uma tentativa do governo Fernando Henrique, logo no início, de fazer uma reforma da Previdência. Então, nos unimos com a

⁹¹ *Força Sindical - 20 anos de luta*, Geração Editorial, 2011.

⁹² Geraldino, em entrevista ao CMS em 16/11/2015.

CUT para fazer uma greve nacional que, embora não tenha parado o Brasil, talvez tenha sido uma das maiores do país e barrou a reforma da Previdência, que poderia tirar direitos dos trabalhadores. Havia uma tentativa de aumentar a idade mínima, aquele negócio todo, e nós fomos contra. Acho que essa foi a primeira paralisação na qual a Força se uniu com a CUT durante o governo Fernando Henrique”⁹³.

Sindicalismo cidadão

No fim da década de 1990, com o avanço do liberalismo e, consequentemente, retração das ações do Estado, começou a ganhar força uma concepção que se convencionou chamar “sindicalismo cidadão”, segundo a qual o sindicato poderia oferecer mais serviços.

Nesse contexto, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, além dos serviços que já oferecia, como ambulatório médico e colônia de férias, fomentou iniciativas como o Centro Biopsicossocial Meu Guri, para atuar na área de proteção à infância e juventude em situação de risco, e suas famílias, fundado em agosto de 1997; o Centro de Solidariedade ao Trabalhador, de 1998, sediado no prédio do Sindicato dos Metalúrgicos, para intermediação dos desempregados com as empresas; a Fundação do Sindicato Nacional dos Aposentados, em 2000; e a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo SICOOB METALCRED, fundada em 2001.

Ainda em 1998, o sindicato unificou sua base com a base de Mogi das Cruzes, passando a chamar-se Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes.

⁹³ Força Sindical - 20 anos de luta, Geração Editorial, 2011.

O fim de uma era

No fim de 1996, o jornalista Carlos Pereira e o vice-presidente da CGT, Ubiraci Dantas de Oliveira, que também foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, visitaram Joaquinzão “em sua casa de operário ferramenteiro da Matarazzo, na Perinha”. Pereira relata, em artigo publicado no jornal *Hora do Povo*, que o sindicalista estava bastante lúcido, apesar do AVC que sofria. “Fizemos denúncia contra anarco-sindicalistas que estavam fazendo uma greve irresponsável. Ele colocou um disco de Lupicínia Rodrigues para dizer o que isso representava e riu muito quando ouvimos ‘Esses moços... Saibam que deixam o céu/ Por ser escuro/ E vão ao inferno/ À procura de luz’”, lembra Pereira.

Joaquim morreu logo depois, no dia 5 de fevereiro de 1997, aos 70 anos, internado no Hospital Municipal do Tatuapé (Zona Leste de São Paulo), por insuficiência respiratória, broncopneumonia e derrame cerebral.

Em seus últimos dias de vida, dividiu o quarto com mais dez pessoas por dois meses. Depois que a situação foi divulgada na imprensa, ele foi transferido pelo filho para uma clínica na Zona Norte da capital.

A diretora do Sindicato dos Metalúrgicos, Nair Goulart, disse que o sindicalista havia representado um papel importante no processo de transição para a democracia brasileira. Já o então presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, disse que Joaquinzão foi um dirigente sindical importante e lamentou que ele estivesse em seus últimos meses de vida.

Atuação nacional e política

Uma marcha para Brasília pelo salário mínimo de 100 dólares e pela recuperação das perdas do FGTS inaugurou os anos 2000.

Cerca de 150 trabalhadores de sindicatos filiados à Força Sindical, dentre os quais, os Metalúrgicos de São Paulo, marcharam a pé de São Paulo para Brasília durante 31 dias.

O metalúrgico Miguel Torres⁹⁴ considerou a marcha um momento de grande importância: “Acampávamos todos os dias. Foi uma luta que uniu as principais categorias: metalúrgicos, trabalhadores da construção civil, da alimentação, costureiras, químicos, comerciários. Todos os grandes sindicatos da época nos ajudaram, e acho que a marcha foi um marco também neste aspecto”.

A ação seria a semente de uma série de marchas que as centrais sindicais realizariam a Brasília poucos anos depois.

A reivindicação era a recuperação das perdas do FGTS, com aqueles planos Bresser, Collor, e um salário mínimo de 100 dólares. O salário mínimo era em torno de 55, 60 dólares. O Medeiros era deputado federal e ele também participou dessa marcha. Miguel lembra que “um grupo montava as barracas, um grupo fazia a comida, e o grupo todo andava, andava, andava. Bolhas e bolhas. Não era só metalúrgico. Fizemos com as entidades filiadas nossas. Costureiras, químicos, plástico, construção civil”.

No ano seguinte, 2001, Paulinho licenciou-se da presidência do sindicato para dedicar-se exclusivamente à Força Sindical, e quem assumiu foi o vice Ramiro de Jesus Pinto. Foi uma gestão breve, uma vez que, um ano e meio depois, Paulinho retornaria, já em plena campanha salarial de 2002. Seu retorno também foi breve. A central exigia maior dedicação e, além disso, na campanha presidencial de 2002, ele foi vice na chapa do ex-governador do Ceará, Ciro Gomes, para concorrer à Presidência da República.

Mas Ciro terminaria a disputa em quarto lugar. Em 2002, o país ainda vivia os reflexos de uma crise econômica provocada pela queda do crescimento, desemprego e aumento da dívida pública. Com isso, o PSDB, que estava no poder, não conseguiu eleger José

⁹⁴ TORRES, Miguel. Em depoimento ao Centro de Memória Sindical, 29/11/2023.

Serra, e o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, que disputou todas as eleições presidenciais desde 1989, venceu, pela primeira vez.

O PT abandonava a postura radical de antes, assumindo um discurso não apenas para os trabalhadores, mas também para a classe média e para o empresariado. Tanto que o vice na chapa foi o empresário José Alencar, fundador da Coteminas, e a coligação que o apoiava contava com partidos conservadores, como o PL e o PMN, além de grupos ligados a outros partidos conservadores, como o PP, o PTB e o PMDB.

Após as eleições, Paulinho voltou a dedicar-se exclusivamente à Força Sindical. No seu lugar, em 29 de janeiro de 2003, o metalúrgico Eleno José Bezerra, até então secretário-geral, assumiu a presidência do sindicato. “O Eleno era mais arrojado, mais afoito politicamente. Ele começou conosco em 1984. Em 87, ele era militante da Chapa 2”⁹⁵, lembrou Geraldino dos Santos.

Em dezembro de 2004, nas eleições sindicais, Eleno foi eleito presidente do sindicato. Em 2005, coordenou novamente a campanha salarial que levou à conquista de mais aumento real para a categoria. Nos dois anos como presidente do sindicato, conquistou aumento real (acima da inflação) de 7%.

Participação nos Lucros e Resultados

A luta pela correção da tabela do imposto de renda, travada durante anos e ao longo de tantos governos, foi consagrada em 2007, quando foi aprovada, no Congresso Nacional, a medida provisória que criou uma política de correção anual da tabela, em 4,5% de 2007 até 2010.

Os metalúrgicos de São Paulo também foram a primeira categoria a conquistar a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), que

⁹⁵ Geraldino em entrevista ao CMS em 16/11/2015.

foi posteriormente estendida a todos os trabalhadores por meio de medida provisória editada em 1994 e transformada na Lei nº 10.101 em 2000.

Além de representar um ganho financeiro, a PLR propicia uma participação mais efetiva dos trabalhadores nos modos de produção. Em 2005, por exemplo, a categoria dos metalúrgicos foi a que mais fechou acordos de PLR no país. O sindicato fechou 1.400 acordos – 20% a mais do que em 2004 – beneficiando cerca de 143 mil trabalhadores, com a distribuição de mais de R\$ 107 milhões entre os beneficiados.

Marchas das centrais sindicais

O governo Lula, a partir de 2003, ampliou os espaços de diálogo com a sociedade, o que resultou em grande mobilização do movimento sindical, com destaque para as campanhas unitárias chamadas de “unidade de ação”.

A maior expressão dessas mobilizações foram as Marchas das Centrais Sindicais para Brasília, que ocorreram entre 2004 e 2009. Uma das principais reivindicações das marchas foi a valorização do salário mínimo, que sofreu grande perda com a recessão das décadas de 1980 e 1990.

A primeira, em dezembro de 2004, teve como tema a “Recuperação do Salário Mínimo e Correção da Tabela do Imposto de Renda”. Os dirigentes sindicais, ao final do ato, foram recebidos pelo presidente Lula que, atendendo às reivindicações, anunciou aumento do salário mínimo de R\$ 260,00 para R\$ 300 e a correção em 10% da tabela.

Na segunda marcha, em 2005, a bandeira das centrais era que o mínimo passasse para R\$ 400.

Em 2006, a terceira marcha pediu aumento de 20%, além de uma política permanente de valorização do mínimo e correção da

tabela do imposto de renda. O movimento conseguiu, em 27 de dezembro de 2006, firmar um “Protocolo de Intenções (nº 05/2006), entre as Centrais Sindicais e o governo federal, prevendo a almejada política de valorização do salário mínimo e a correção da tabela do imposto de renda, a vigorar no período de 2007 a 2011”.

O valor começaria a vigorar em abril de 2007. A partir de 2008, o salário mínimo passou a ser reajustado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado desde a correção anterior, acrescido de um ganho real equivalente à variação do PIB de dois anos antes. Outra medida foi a antecipação em um mês, a cada ano, da data de reajuste salarial, de forma a fixá-la em janeiro, a partir de 2010.

A cada marcha, o nível de participação aumentava, e em 2007 mais de 40 mil sindicalistas foram à Brasília com uma agenda de reivindicações mais ampla. Eles pediam: redução da jornada de trabalho, mais e melhores empregos, o fortalecimento da segurança social e das políticas públicas, além da valorização salarial.

Em março de 2008, atendendo a uma luta histórica do sindicalismo, as centrais sindicais obtiveram reconhecimento oficial pela Lei nº 11.648. Isso reforçou a representação política dos trabalhadores.

Mas, apesar das conquistas obtidas nos últimos anos, a quinta marcha, em dezembro de 2008, ocorreu no início da crise financeira internacional. Um momento mais turbulento abria-se no horizonte, e o movimento sindical marchou para Brasília, em dezembro, sob um tema mais genérico: “Desenvolvimento com Valorização do Trabalho”.

Este seria o mantra ao qual os trabalhadores se agarrariam pelos anos que se seguiram, sofrendo atropelos e baixas de origens distintas. O épico processo de marchas das centrais se encerraria no ano seguinte com uma pauta ainda mais diversificada, com itens que muitas vezes iam além dos temas tradicionais do sindicalismo.

Para Miguel Torres, as marchas reforçaram a unidade das centrais: “A marcha de 2000 foi a pioneira e depois, em outras marchas, conseguimos incorporar novos temas e pautas dos trabalhadores. O que havia de convergente nós levamos para a marcha, e isso ajudou as centrais a se unirem em torno de determinadas propostas, o que beneficiou os trabalhadores. Essa unidade foi tão importante que chegamos a conseguir a legalização das centrais sindicais. Até então, as centrais existiam, mas não do ponto de vista jurídico”⁹⁶.

Eleno Bezerra

Na tarde de sábado do dia 20 de setembro de 2008, o presidente do sindicato, Eleno Bezerra, foi vítima fatal de um acidente de carro na rodovia Fernão Dias, aos 52 anos.

O site da entidade informa que ele “vinha promovendo diversas ações, entre elas, seminários, encontros, cursos de formação de dirigentes visando à unificação da categoria metalúrgica em âmbito nacional e o fortalecimento das entidades. Em 2007, Eleno Bezerra coordenou a campanha salarial que garantiu um reajuste de 7,45%, com 2,6% de aumento real, e novos benefícios à categoria – um dos melhores acordos salariais do país”.

Foi o único presidente que morreu no exercício do cargo, para tristeza de toda a categoria, especialmente da diretoria que convivia com o sindicalista.

Miguel Torres lembra que Eleno era um trabalhador de chão de fábrica que evoluiu na vida sindical: “Foi um exemplo de luta e de força de vontade. E estava em uma ascensão muito forte. Infelizmente, ele saiu de São Paulo para ir a um comício, pegou a estrada para Minas, perdeu a direção, caiu em uma ribanceira e morreu na hora. Infelizmente”⁹⁷.

⁹⁶ TORRES, Miguel. Em depoimento ao Centro de Memória Sindical, 29/11/2023.

⁹⁷ *Idem*.

Miguel Torres, que era secretário-geral do Sindicato, assumiu a presidência interinamente e na eleição seguinte foi eleito presidente.

A crise de 2008

Em setembro de 2008, uma crise no mercado financeiro dos Estados Unidos se espalhou pelo mundo causando impacto comparável ao da Grande Depressão de 1929.

Seguiram-se à crise manifestações como a Primavera Árabe, que teve início em dezembro de 2010, o Occupy Wall Street em 2011, e o movimento de junho de 2013 no Brasil. Além disso, ocorreram outras manifestações pelo mundo, como na Ucrânia em 2014. Manifestações aparentemente populares, mas que escondiam um forte componente de despolitização, já que eram insufladas pelas redes sociais.

Foi um contexto que deixou os trabalhadores em uma situação vulnerável, reduzindo a capacidade dos países de controlar e executar políticas de suporte ao desenvolvimento econômico, com geração de emprego e inclusão social.

O sindicato entrou em um período de grandes desafios, de ordem macroeconômica e até mesmo cultural.

Houve uma mudança no perfil do trabalhador metalúrgico. Nas palavras de Geraldino dos Santos⁹⁸: “No setor da indústria, principalmente, temos um grande número de trabalhadores jovens. Isso requer políticas diferentes. A questão da mulher também mudou muito. Hoje tem muita mulher dentro das fábricas. Na nossa categoria, eram muito poucas as mulheres que trabalhavam. Principalmente na indústria metalúrgica. Vai ver hoje. Tem empresa que tá pau a pau. E é um desafio ainda para o movimento sindical: política para as mulheres, política para os jovens”.

⁹⁸ Geraldino, em entrevista ao CMS em 16/11/2015.

E também na forma de se organizar: “Você não tinha acesso ao trabalhador a não ser ir lá. Acho que nos acomodamos muito com a tecnologia. A política é corpo a corpo. Tem hora que tem que sentar, pegar na mão, abraçar o companheiro. E isso está cada vez mais distante. O trabalhador também é diferente hoje. Tá mais sabido, tá indo mais pra escola, está mais bem informado”.

É uma nova realidade que apresenta grandes desafios: “Temos que acompanhar a tecnologia e descobrir formas novas de como organizar a categoria. Não como organizávamos há 20 anos, mas fazer como a gente fazia naquela época, porque a essência é a mesma. As reivindicações dos trabalhadores são as mesmas”.

Para Miguel Torres⁹⁹: “O que era ser metalúrgico 30 anos atrás? Era entrar na empresa e ficar pelo menos 20 anos. O pai trabalhava na metalúrgica, o filho entrava e ficava até aposentar. Então, tinha um perfil mais permanente. Isso mudou. Agora a permanência é muito curta por causa da tecnologia, da formação das indústrias. As metalúrgicas são outras. São coisas que vão mudando”.

Entre 1932 e 2008, o sindicato teve 10 congressos e 17 diretorias. Sofreu quatro intervenções e teve quatro sedes. A categoria metalúrgica retraiu, porque caiu o nível de industrialização, principalmente a partir da década de 1980.

O jornalista João Guilherme Vargas Netto resume a história do sindicato de uma maneira positiva: “Eu vejo nitidamente o seguinte: há uma tradição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo de uma direção ampla, baseada nas empresas. E as lutas internas que se deram na cúpula não perturbaram essa tradição, que terminou se impondo. Ou seja, se impõe na tendência de ser um sindicato verdadeiramente representativo. Isso é indiscutível. Até hoje, com todos os problemas, o sindicato é representativo. Ele tem uma representatividade. Ele é vivo na relação que tem com a base”.

⁹⁹ TORRES, Miguel. Em depoimento ao Centro de Memória Sindical, 29/11/2023.



8º Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de SP, agosto de 1986



Chapa 2 das Eleições do Sindicato de 1987

Foto: Arquivo Senado Federal



Promulgação da Constituição de 1988 que garantiu alguns avanços para os trabalhadores, como o direito de sindicalização e de greve e a jornada de 44 horas semanais

Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo



Campanha salarial na Rua do Carmo, 1989



Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo

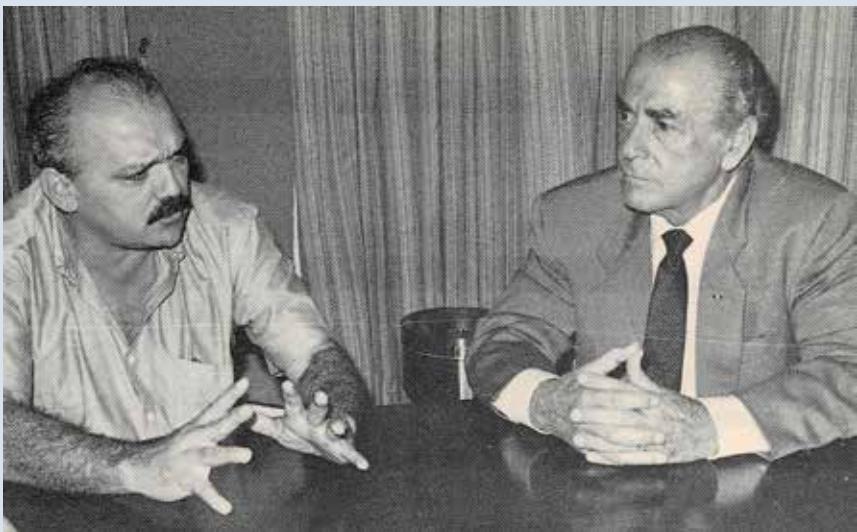
Metalúrgicos, anos 1990

Foto: Força Sindical



Fundação da Força Sindical em março de 1991

Foto: Força Sindical



Luiz Antônio de Medeiros e Leonel Brizola, em 1991

Foto: Força Sindical



Paulo Pereira da Silva, Paulinho da Força, em ação de solidariedade em Monte Santo, Bahia, 1998



Campanha salarial dos Metalúrgicos, na Praça da Sé, SP, 1998



Ramiro de Jesus
Pinto, 2001

Medeiros passa o posto
para Paulo Pereira da Silva,
Paulinho, em 1999



Foto: Sind. dos Metalúrgicos de S. Paulo

Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo



Eleno Bezerra em assembleia na fábrica Continental, 2003

Foto: Força Sindical



Primeira Marcha para Brasília, 2004



1º de Maio na Praça Campos de Bagatelle, 2005

Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo



Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo



Miguel Torres em assembleia na FAME, 2008



Miguel Torres, João Carlos Juruna e Eleno Bezerra, em protesto contra o apagão de 2001



1 - Ramo Forti
2 - Affonso Delleire
3 - Joaquim dos Santos Andrade
4 - Luiz Antônio de Medeiros
5 - Paulo Peninha da Silva
6 - Ramiro de Jesus Pinto
7 - Eleno José Bezerra
8 - Miguel Eduardo Torres



Palácio do Trabalhador, sede do Sindicato, em foto de 2010

BIBLIOGRAFIA

ALMANAQUE DIEESE. *50 Anos Fazendo História*, Museu da Pessoa, 2007.

CINTRA, André. Entrevista José Luiz Del Roio “*Por uma jornada que dê para viver e um salário que dê para não morrer de fome*”, 2017. Revista Memória Sindical. 100 anos da greve de 1917, CMS.

CINTRA, André e RUY, Carolina Maria entrevistam Luiz Gonzaga Belluzzo “*A economia na década de 1960*”, 2018. Revista Memória Sindical. 1968 Sindical, CMS.

CORRÊA, Larissa Rosa. “*Abono de Natal: Gorjeta, prêmio ou direito? Trabalhadores têxteis e a Justiça do Trabalho*”, artigo publicado em 2007, em Esboços, histórias em contextos globais, Unicamp.

ESTEVES, Cris Andrada Egeu. “*Paul Singer: uma vida de luta e de trabalho pelo socialismo e pela participação democrática*” <https://www.scielo.br/j/ea/a/ysVLgn8ksjFwVY4Ndnt87rt/?lang=pt> (visto em 05/06/2023).

EVANGELHO, Carmen. “*A Organização Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo*”, Tese de doutoramento, FFLCH/USP, 1992.

GASPARI, Elio. “*A Ditadura Escancarada*”, 2^a ed. Rio de Janeiro, 2014.

GIRARDI, Eduardo Paulo. “*Atlas da questão agrária brasileira, Características socioeconômicas gerais*”, acessado em maio de 23.

- GOMES, Maria Nelma. *O Movimento Sindical na Zona Sul de São Paulo: 1974 a 2000*. Tese de doutorado USP/FFLCH, 2007.
- HOBSBAWM, Eric. “*A era dos extremos*”, 1994, Companhia das Letras.
- HOBSBAWN, Eric. “*Como mudar o mundo*”, 2011, Companhia das Letras, capítulo “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”.
- LOUREIRO, Felipe. “*Nos fios de uma trama esquecida: a indústria têxtil paulista nas décadas pós-depressão, 1929-1950*”, FFLCH/USP, 2006.
- PAES, Maria Helena Simões. “*O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo 1932 – 1951*”, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1979.
- RENNER, Cecília Ornelas. *Duas Estratégias Sindicais*. Editora Letras à Margem, SP, 2002.
- RODRIGUES, Leônicio. “*Capitalismo industrial e sindicalismo no Brasil*”, 1966, Editora Difusão Europeia do Livro.
- SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. “*Brasil, o ‘campeão mundial de acidentes de trabalho’: controle social, exploração e prevenção durante a ditadura empresarial-militar*”, em Mundos do Trabalho, Trabalho, saúde e medicina na América Latina, Vol. 7, 2015.
- SUZIGAN, Wilson. “*A Industrialização de São Paulo: 1930-1945*”.



Este livro foi impresso em janeiro de 2025. O texto foi composto com a fonte Palatino Linotype corpo 11/15. O papel do miolo é Polen natural e o da capa Cartão triplex 250g.

Tamanho do livro: 15cmx21cm.



"O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes lança um livro sobre os 90 anos de sua existência. A partir de uma extensa pesquisa histórica, o documento relata, contextualiza e esclarece com lucidez sobre a importância e o protagonismo dessa entidade.

A trajetória do sindicalismo, com esse viés metalúrgico, é documentada como uma sociedade escrevendo a sua saga em cada momento histórico e que pôde atravessar esses períodos conturbados com lutas, vitórias, negociações, conquistas e enfrentamentos".

Miguel Torres, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes

"Em seus 90 anos de história, o sindicato demonstra as vicissitudes da ação sindical e o esforço permanente dos metalúrgicos em defesa de seus direitos, da democracia, do desenvolvimento nacional, tornando vivo hoje em dia o lema de que 'a luta faz a lei'."

João Guilherme Vargas Netto, jornalista e consultor sindical



**SINDICATO DOS
METALÚRGICOS**
DE SÃO PAULO E MOGI DAS CRUZES



CMS
Centro de Memória Sindical
• Fundado em 14 de junho de 1981 •